

GREVISTAS PEDEM: DEMOCRATAS AJUDEM-NOS

Lançada a **CAMPANHA NACIONAL DE SUSTENTAÇÃO DA GREVE**. Diante da intransigência e das arbitrariedades dos patrões e do governo, os grevistas procuram o apoio de «*todos os brasileiros e democratas que lutem pelas liberdades, pela anistia, pela Constituinte e pelo verdadeiro estado de Direito*», deixando claro que a sua luta não é apenas dos metalúrgicos do ABC.

A íntegra do manifesto do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e a cobertura das greves nas páginas 5, 6 e 7.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 56 — DE 22 A 28 DE MARÇO DE 1979



Repressão em Minas

Ex-banido é preso. Sequestros. Oposições levam 5 mil as ruas.

Pág. 3

“Vietnã esta com a razão”

Wilfred Burchet defende o internacionalismo vietnamita no conflito indochinês.

Pág. 9



Universidade S.A.

Pague e não bufe

Pág. 10

Menores torturados

Em São Paulo e em Minas, a tortura é método corrente de educação na FEBEM.

Pág. 12

Últimos capítulos da “Novela da traição”

EM TEMPO publica a última série da panfletagem da linha dura atacando Golberi

Pág. 4

«Por eleições livres, abaixo o Figueiredo.»

São Paulo

Apesar das determinações do deputado Robson Marinho — líder do MDB — ao capitão Antônio de Paulo, comandante do policiamento interno da Assembleia, para que não permitisse a entrada do policiamento repressivo, e deixasse que os estudantes se manifestassem a vontade, e das garantias dadas pelo último, ocorreu exatamente o contrário: três estudantes foram detidos e cinco outros presos. A posse do novo governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, foi marcada por protestos estudantis, na Assembleia Legislativa, nas faculdades e em várias escolas da capital, em repúdio ao sistema de eleições indiretas.

No ato, de repúdio, os estudantes distribuíram carta aberta à população, condenando o sistema de eleições indiretas, através do qual foram levados ao poder os governantes, sem consulta ao povo. Durante a manifestação os estudantes levantaram a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita ao exigirem «Queremos Honestos», o último presidente da UNE, desaparecido em 1973. Também a reconstrução da UNE foi apontada através da palavra de ordem «A UNE somos nós». E o delegado Fleury, ao passar para assistir a solenidade de posse foi recebido com um coro retumbante de «assassinos». (M.C.)

Porto Alegre

O Dia Nacional de Luta contra a posse de Figueiredo em Porto Alegre acabou com uma passeata na rua Sarmento Leite e início da Osvaldo Aranha, imediações do campus da UFRGS, com a participação de mais de mil pessoas. A concentração, marcada para o pátio da Faculdade de Direito, foi decidida numa assembleia geral do DCE, onde se definiu também que o general Fi-

gueiredo seria submetido a um julgamento.

Tendo como pano de fundo a bandeira da UNE começou o julgamento, enfatizado pelos estudantes como «nao da pessoa Figueiredo, mas da ditadura militar que ele personifica».

Após rápidas intervenções de estudantes, artistas de teatro, bancários — todos falando em nome das classes exploradas — a decisão de enforcar o Figueiredo estava tomada. Um boneco com um capacete e botas estava à espera da consumação da pena.

Enquanto buscavam o caixão, um dos manifestantes denunciou que, na concentração que se realizava em BH, a repressão já havia prendido mais de 10 pessoas. E num coro de Abaixo a Ditadura surgiu a proposta de passeata pela maioria. Organizaram-se filas e a passeata teve início, congestionando totalmente o trânsito.

A repressão, entretanto, formou piquetes nas esquinas da Osvaldo Aranha com a Sarmento Leite, não permitindo que a passeata fizesse o seu curso planejado. Os mais de mil manifestantes se concentraram então na esquina da Faculdade de Arquitetura e já com o início da Osval-

do Aranha paralisada, queimaram o caixão com o Figueiredo dentro, seguindo depois pela Osvaldo Aranha em direção a Reitoria, sempre seguidos pela Brigada Militar. Nova concentração antes de chegar à Reitoria. Foi quando a repressão acossou os manifestantes, obrigando-os a entrar para dentro do campus.

Os estudantes fizeram a volta pelo Campus e se concentraram novamente no pátio do Direito onde decidiram tirar comissões para passar nas salas onde houvesse aula ainda e chamar todos para se fazer um balanço do acontecimento.

Belo Horizonte

No passado, era uma festa a posse do governador eleito pelo povo. Mas este ano, somado ao fato do novo governador não ter sido escolhido pelo voto direto, os sequestros e prisões atrapalharam ainda mais a fria posse de Francelino Pereira dos Santos. Muita tensão e pouca presença de populares foi a tônica máxima da solenidade.

Enquanto Francelino afirmava que seu compromisso «não será apenas com a democracia política», viaturas da polícia civil e Política tomavam posições estratégicas

próximas da Faculdade de Direito da UFMG, onde seria realizado um ato público de desagravo e de repúdio pelas posses de Figueiredo e de Francelino.

Para a solenidade de posse, que Francelino queria simples, um forte esquema policial foi montado desde as primeiras horas do dia 15.

O governador que deixava o cargo, o possedista Ozanan Coelho, leu o seu discurso com vez embargada, lembrando que «em Minas, o poder responsável há que se inspirar nas tradições históricas de seu povo. A Minas aborrece o êxito da glória efêmera». Se foi ou não uma referência direta a Francelino, este parece não ter percebido, pois seu discurso monótono e fraco, apenas apressou a chuva que caiu forte sobre Minas como se representasse o desabafo dos mineiros ante o poder arbitrário que não lhe permitiu escolher seu próprio governador. (H.B.)

Salvador

«Abaixo Figueiredo. O povo não tem medo» e «Abaixo ACM (Antonio Carlos Magalhães). O povo nada teme» foram as duas palavras de ordem mais gritadas durante a concentração e a passeata realizadas no dia 15 em Salvador. Em protesto contra a posse do novo general-presidente e do governador indicado da Bahia. Mais de 4 mil pessoas, em sua maioria estudantes, participaram das manifestações, caminhando do Campo Grande até a Praça da Sé (cerca de 5 quilômetros) durante o início da manifestação convocada nacionalmente pela Comissão Pró-UNE, nas escadarias do Teatro Castro Alves, falaram as lideranças estudantis e, o deputado do MDB, Filemon Matos, representando vários parlamentares opositores presentes, como Ademo Oliveira. No final do ato de protesto, em nova concentração



Ceará quer Anistia

Cerca de 300 pessoas entre professores universitários, profissionais liberais, intelectuais e estudantes universitários, lotaram, sábado passado, o Auditório do Curso Visão, em Fortaleza quando da realização da primeira Assembleia Geral para fundar o Comitê Brasileiro pela Anistia-CBA — seção-Ceará, homologar o Estatuto da Entidade e realizar as eleições da Comissão Executiva e Conselho Consultivo para compor a primeira Diretoria, que ficará no cargo até 1980, segundo os Estatutos.

Segundo os Estatutos aprovados os objetivos principais do CBA-Ceará são os seguintes: a) lutar pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a

todos os presos e perseguidos políticos brasileiros, bem como a todos os que foram atingidos por atos de exceção; b) pugnar pela Democracia, com a revogação dos atos e medidas de exceção e a defesa dos direitos humanos e sociais, sob a inspiração da Declaração Universal dos Direitos do Homem; c) difundir os objetivos da Entidade, através da Assembleia, atos públicos, publicações, estudos e demais meios que julgar necessários; d) enviar todos os esforços para manter uma e nacional a campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; e) manter intercâmbio com entidades congêneras, nacionais e internacionais. (Escritório de Fortaleza).

A briga dos posseiros da Paraíba

que estavam ali, destruíram a lavoura e a casa.

Esse foi o primeiro de uma série de despejos que estão sendo promovidos pela Usina Central Olho D'Água, de Pernambuco, contra 300 agricultores que residem naquelas terras há mais de 50 anos. As ameaças aos agricultores começaram em 1976, quando a usina adquiriu a propriedade. Desde essa época são constantes as ameaças de destruição das lavouras. Além

O «progresso» na Bahia

Barra, município do norte da Bahia, começa a sentir os efeitos do «progresso». Quem o trouxe, foi a rodovia Brasília-Salvador que, cortando suas terras, mostrou-as aos olhos ávidos de empresários que contam com os incentivos fiscais do governo. Com isso, os antigos posseiros encontram-se às voltas com grileiros que, com títulos de propriedade, estão expulsando-os da região, com a ajuda da polícia.

As mortes são frequentes e o medo já se alastrou. As roças são queimadas, os moradores forçados a abandonar suas terras. Quando há

reação, a polícia é requisitada e o posseiro levado a justiça.

Esta história de Barra é a mesma de outros lugares onde há posseiros (e índios). Os interesses capitalistas aguçados pelos incentivos fiscais e engraxados por uma facilidade incrível de «legalizar» terras que não lhes pertencem, vem espalhando no País toda a miséria, o exodo rural (que o governo diz combater) e a violência. A concentração de renda avança, com o patrocínio do progresso e do desenvolvimento. (J.V.)

Falta de cartaz

A cotação do Figueiredo, pelo jeito, não anda lá muito alta na terra do Tio Sam: mandaram para a sua posse a mulher do vice-presidente dos Estados Unidos. E certo que a senhora Joan Mondale tem um visual bem melhor que o seu marido ou o presidente Carter, mas se a gente for ver bem, mulher de vice-presidente não é nada mais que uma cidadã comum, não tem nenhum poder em relação aos negócios do Estado.

Ou será que a mulher do Aureliano Chaves poderia ir lá no Paraguai e decidir alguma coisa? (RVN).



Libertem Flávio Koutzii

No dia 12 de março, um ato público na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul marcou o início da campanha pela libertação de Flávio Koutzii, gaúcho preso nos cárceres da ditadura argentina há aproximadamente 4 anos. A mesa que coordenou os trabalhos estava composta por representantes do CBA/RS, Movimento Feminino pela Anistia; deputado Carlos Augusto de Souza pelo MDB; Décio Freitas, advogado de Flávio Schilling; Clara Koutzii, mãe de Flávio; Otávio Caruso da Rocha, representando a OAB e Ailton Soares, deputado e advogado.

Também foi convidada a integrar a mesa Sara Basso, mãe de Jorge Basso, brasileiro desaparecido desde 15/04/76, quando foi detido na Argentina. D. Sara relatou sua via crucis pelos órgãos oficiais e prisões argentinas em busca de localizar o filho; solicitando que seu nome fosse incluído nas campanhas que ora se realizam pela anistia.

Ailton Soares relatou a situação de Flávio na prisão, as sucessivas transferências a que foi sujeito ultimamente,

seu precária condição de saúde e isolamento. Carlos Augusto, após recordar o período em que ele e Flávio participavam do movimento estudantil da UFRGS, declarou que o senador Pedro Simon irá propor na próxima semana uma comissão, ao nível de Senado, de ambos os partidos, para gestiona a libertação de Flávio junto a embaixadas, Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty, bem como a libertação de Flávio Schilling, presa no Uruguai.

As conclusões da reunião foram: lançamento de um abaixo-assinado pela libertação de Flávio, elaboração de um bônus unificado para as mais diversas pessoas ou entidades enviarem para o governo argentino, publicação de um boletim contendo dados e a história de Flávio, montagem de peças por grupos de teatro, abordando a questão da anistia e especificamente a prisão de Flávio, palestras da mãe de Flávio por todo o País e promoções semelhantes a que se realizava neste dia, tendo por local associações de vilas e bairros, bem como em cidades próximas.

Racismo à mineira

Novamente volta a tona a lei Afonso Arinos. Agora é em Muriaé-MG., onde Carlos Alberto Coutinho abre processo contra Mauro do Carmo Silva. Segundo documento enviado ao Fórum local pedindo a abertura do processo, Carlos Alberto Coutinho foi moralmente agredido por Mauro do Carmo Silva, presidente de Muriaé Tênis Clube, que afirmando não ser ali lugar de preto, mandou-o embora.

Na ocasião, o clube estava emprestado para o Rotary Clube, que promovia um baile beneficente aos flagelados da enchente, em Muriaé, com convites vendidos em toda a cidade.

Na exposição dos fatos, o documento revela ainda, não ser este o primeiro caso no clube, havendo reincidência, inclusive, por parte do acusado, que sempre demonstrou ter um racismo arraigado.

A cidade está esperando o desenrolar dos fatos, havendo quem afirme que o processo não vai dar em nada, pois a corrupção e o tráfico de influências é grande. (J.V.)

Souza Cruz quer intimidar líderes sindicais

A Souza Cruz, através da diretoria de sua fábrica em Belo Horizonte, solicitou ao presidente da Junta de Conciliação e Julgamento que procedesse a Interpelação Judicial do Presidente do Sindicato dos Fumageiros de Belo Horizonte. A empresa acusa-o de ter declarado ao EM TEMPO que os dirigentes da Souza Cruz eram nazistas.

O Presidente do Sindicato, Nilton Borges, fez a defesa por escrito e declarou ao EM TEMPO: «o jornal falou uma coisa e a Souza Cruz disse outra. Eu não disse que os diretores são nazistas.

Disse que a fábrica parece uma prisão nazista. Isso pode ser comprovado pela leitura do artigo (Ver EM TEMPO Nº 49). Essa interpelação foi uma atitude baixa da Souza Cruz, uma tentativa de me intimidar pelo fato de o Sindicato ter apoiado a recente

greve dos fumageiros. Ela espalhou pelo Brasil inteiro a notícia de que ia me processar, antes mesmo de eu saber. Deve ter sido para intimidar os dirigentes de outros sindicatos de fumageiros do País. Quanto a mim, é bobagem dela, que ela não vai conseguir me intimidar.

Ela pode me processar quantas vezes quiser. Desde que ela melhore as condições de trabalho na fábrica, tire a poeira e o barulho, remunere melhor os operários e sirva uma alimentação condizente, pode mandar quantos processos quiser», concluiu Nilton Borges. (Carliando Rodrigues).



TRT é cego

O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo acabou de desmoralizar de vez a justiça trabalhista brasileira.

Na questão entre os metalúrgicos e os seus patrões, em que o TRT deveria ser o mediador, ou árbitro, mostrou que não é nada mais do que um defensor da classe patro-

nal. E puxa-saco, mais realista que o rei, pois os patrões já tinham concordado em dar aumento de 63% e o TRT ficou batendo o pé nos 44%. Dá para se concluir que por meios «legais» os trabalhadores nunca vão conseguir nada pois a Justiça Oficial é mais injusta que a injustiça dos patrões. (RVN).



Assine EM TEMPO:

EM TEMPO: Operários x Patrões

EM TEMPO: Presos Denunciam 233 Torturadores

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone Estou enviando o cheque nº

do Banco em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG CEP 30.000.

Em São Paulo, Rua Mathus Grou. 57. Pinheiros São Paulo. (SP)

CEP 05415. fone 853-6680.

Anual: Cr\$ 600,00 Exterior: Anual: US\$ 90,00

Semestral: Cr\$ 350,00 Semestral: US\$ 50,00

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Ali, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). **Suplentes:** Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Robinson Ayres.

Secretário de Redação: José Luiz Nadai

Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini, Tibério Canuto, Antonio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sergio Ali, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira. **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Lionel Almeida, Aluisio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marneide Oliveira Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valdez Amorim.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração: Sian, Martine, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdez Amorim.

SUCURSALS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884) Alberto Duarte (Chefe da sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lelio Santos Maia Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sergio Aspahan (redação); Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre:** (av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Aveine, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Rio de Janeiro:** (r. da Lapa 200, sala 408) Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Alvaro Caldas, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Camara, Claudio Cardoso, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Laisos Meireles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Camara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sergio Sbragio, Sueli Caldas.

Salvador: (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Ademelo Oliveira, João Henrique Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS - Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira; **Araçáju:** David Dantas. **Campinas:** Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinívio de Araujo (administração) e distribuição). **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal:** Cleo Correia, Francisco de Assis. **Maceió:** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo) Isac Barbosa da Silva, Aparecida da Silva, João Carlos, Samira Zaidan, Edward Silva; **Monéya Brauns. Assessoria Jurídica:** Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Marcondes Piccina (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Ademelo Oliveira (Salvador).

Diretor - Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). **Redação:** Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 - 853-6680 Distribuidora (Rio, SP, BH, Brasília): Super Bancas.

Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados. Rua Sete de Abril, 290 - São Paulo - SP.

Prisões em Minas

Oposição reage à ação repressiva

De repente, a caça às bruxas volta a reinar em Minas. Sequestros, desaparecimentos. Um ex-banido, trocado pelo embaixador suíço em 1971, que vivia no Brasil, é o principal alvo dos ataques da polícia. As oposições reagem.

Na última terça-feira, cinco mil pessoas gritavam na Praça Afonso Arinos: «Libertem os presos. Queremos Fatinha. Queremos Nelson»

Por Giselle Nogueira



Pouco antes do meio-dia da quarta-feira da semana passada, os fregueses habituais da «Cantina do Lucas» presenciaram algo fora da rotina diária do Edifício Maleta: o sequestro do sociólogo e livreiro Antonio Roberto Bertelli, sócio da livraria e editora «Aldeia Global». Ele estava chegando da gráfica

quando foi cercado por quatro homens armados e empurrado para dentro de um Fiat azul, estacionado na porta do prédio. De quebra, o tradutor da editora, Eustáquio Ferreira, que acompanhava Bertelli, também, foi levado pelos sequestradores, que, evidentemente, não se identificaram.

Logo mais, a impressão de que as bruxas voltavam a andar à solta na cidade, às vésperas da posse do novo general-presidente, viria se confirmar, mais uma vez, no Maleta. Este edifício da Av. Augusto de Lima, no centro de Belo Horizonte, durante o dia tem uma vida bem diferente daquela das altas madrugadas, quando as luzes e a agitação dos bares cedem lugar ao corriqueiro vai e vem de funcionários das centenas de escritórios ali existentes e dos moradores do setor residencial. O corre-corre dos funcionários é acrescido ao dos inúmeros visitantes das galerias comerciais do andar térreo e da sobrelaja, com suas livrarias entre elas a «Aldeia Global». E foi lá, por volta de uma e meia da tarde, que José Adão Pinto, preso político de 1969 a 1974, conseguiu desvendar, por experiência própria, o «mistério» da ausência de seus dois colegas de trabalho. Da mesma forma que seu sócio Bertelli e o tradutor Eustáquio, João também foi sequestrado, na presença dos funcionários da livraria.

«Na hora o Zé ainda chegou a criar caso, mas não teve jeito. Afinal o que é que está acontecendo?» — indagava a mocinha vendedora, assustada, procurando uma explicação para o ocorrido no seu local de trabalho.

Essa mesma indagação continuou levantada durante toda a tarde e chegou ao debate promovido pelo EM TEMPO, sobre «Conjuntura e Liberdade de Expressão», realizado à noite na

Casa do Jornalista, a propósito da apreensão do número 54 do jornal, que divulgou o 2º listão de 442 torturadores. Um estudante de Medicina denunciou, então, o «desaparecimento» de Maria de Fátima Oliveira, a Fatinha, ex-diretora de DCE/UFMG na gestão 77/78, atualmente presidente do diretório do Instituto de Ciências Biológicas. Relatando fatos que precederam o «desaparecimento» de Fatinha, entre eles o de ela estar sendo constantemente seguida, o estudante conseguiu convencer a todos de uma realidade que logo mais viria a se constatar: a líder estudantil também fora sequestrada.

Enquanto os estudantes passavam a se reunir em outra sala, para decidir o que encaminhariam, no dia seguinte, em suas escolas, integrantes dos movimentos pela Anistia, de entidades sindicais, professores e jornalistas decidiram seguir o exemplo e formar uma comissão para, ainda naquela noite, visitar o DOPS e a Polícia Federal, a fim de tentar confirmar a presença dos sequestradores naquelas delegacias na medida em que as tentativas anteriores feitas pelos procuradores da Universidade Federal e pelo advogado Geraldo Magela não tinham obtido êxito.

Já passava da meia-noite quando o grupo formado por D. Helena Greco, presidente do núcleo mineiro do Movimento pela Anistia, Alberto Duarte, presidente do CBA no Estado, e mais representantes dos DCEs e DAS das Universidades Federal e Católica, deixou a Casa do Jornalista e se dirigiu para o DOPS. Ali, o detetive de plantão deixou escapar as primeiras informações. Admitiu que as pessoas sobre as quais se perguntava estavam na delegacia e chegou a responder a uma pergunta sobre a Fatinha, indagando «Qual das duas é a Fatinha», o que, no mínimo, deixava claro que outra moça também já fora sequestrada pelos policiais.

QUINTA, PROTESTOS

A quinta-feira foi marcada pelo ato público em repúdio à posse de Figueiredo, convocado nacionalmente pela Comissão Executiva Pró-UNE, do qual participaram, em Belo Horizonte, apesar do temporal que caiu sobre a cidade, mais de 500 pessoas. Os protestos contra os sequestrados cometidos na véspera saíram então dos meios oposicionistas e chegaram à Assembleia Legislativa, em plena posse do governador indicado, Francelino Pereira. D. Helena Greco e o deputa-

do Dalton Canabrava, do MDB, exigiram esclarecimento do governo, interpellando o Secretário de Segurança — que respondeu à presidente do núcleo do MFA que o assunto não era da sua alçada — e fazendo repercutir as denúncias das prisões, conforme divulgou toda a imprensa.

SEXTA-FEIRA, ALGUNS RESULTADOS

Dois dias após as primeiras notícias dos sequestros, as pressões e mobilizações dos movimentos de oposição, praticamente reunidos em assembleia permanente, começaram a dar resultados. Na manhã de sexta-feira, o reitor da UFMG, acompanhado do governador Francelino Pereira, estiveram no DOPS para obter informações sobre os presos que ainda estavam na delegacia. Os livreiros José Adão Pinto e Antonio Bertelli, o tradutor Eustáquio Ferreira, o médico Custódio Mata e o farmacêutico Alberto Guerra haviam sido libertados na noite anterior.

A trama dos sequestros se esclareceu. Um dos presos, que até então estava incomunicável e que fora preso no Rio de Janeiro a pedido da Polícia Federal mineira, estava indentificado. Trata-se de Nelson Chaves dos Santos, um ex-banido, de 34 anos, que foi trocado em 1971 pelo embaixador suíço, Giovanni Bucher, em meio a 70 presos políticos brasileiros. Nelson, devido à condição de banido, viu-se obrigado a retornar ao Brasil com outra identidade, passando a viver em Minas Gerais. A onda de sequestros realizada pelos policiais mineiros às vésperas da posse de Figueiredo relacionava-se, assim, à prisão de Nelson, fato comprovado pelas acusações em que os outros presos estavam sendo acusados de manter contatos com ele. Tudo indica que Nelson já fora indentificado há algum tempo pela polícia mineira, estava sendo seguido e tendo registrados os seus contatos. A escolha do momento da prisão e a forma como foi desencadeada remetem, entre outras coisas, à situação política do país, com a troca de generais na presidência.

A questão central sobre o caso, no entanto, foi claramente abordada pelo primeiro comunicado do CBA/MG à imprensa e ao povo em geral. Diz ele em um dos seus parágrafos: «O CBA/MG reafirma que apenas em países ditatoriais como o Brasil constitui um crime a organização político-partidária dos cidadãos. Reafirmamos o direito de todos os brasileiros se organizarem livremente em partidos políticos, sindicatos ou associações classistas para defenderem seus interesses». Uma referência direta às acusações policiais de que Nelson, também conhecido como «Ricardo», participa do grupo político MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro).

SEGUNDA-FEIRA, AÇÃO JURÍDICA

Na última segunda-feira, o advogado de presos políticos e presidente do CBA-SP, Luis Eduardo Greenhaugh, chegou a Belo Horizonte, acompanhado da irmã de Nelson, Maria Chaves dos Santos. Depois de se entrevistar com o chefe das investigações, delegado Wilson Ramalho, o advogado conseguiu quebrar a incomunicabilidade de Nelson, obtendo um encontro à tarde com o

seu cliente, no qual ele recebeu atendimento médico e pode se encontrar rapidamente com sua irmã, que não o via há mais de dez anos. No final da tarde, numa entrevista coletiva à imprensa, concedida na sucursal do EM TEMPO em Belo Horizonte, Luis Eduardo deixou claro que, aparentemente, Nelson não fora sequestrado ou torturado no DOPS, mas que isso não significava qualquer dívida da polícia, mas uma conquista democrática das oposições brasileiras. «Até bem pouco tempo — disse o advogado —, os banidos encontrados no país eram sumariamente, executados, na maior parte das vezes no ato da prisão. Muitos foram metralhados».

Com relação ao estado de saúde de Nelson, que se supunha estivesse tuberculoso, o médico Celso de Castro, constatou, a partir de um exame precário (sem Raio X, por exemplo), que o ex-banido está com problemas no pulmão esquerdo e com uma infecção renal. Ficou comprovado também que Nelson foi preso no Rio, na quarta-feira, e trazido para Minas no mesmo dia em que, paralelamente, a polícia desencadeava a onda de sequestros em Belo Horizonte.

TERÇA-FEIRA, 5 MIL NA PRAÇA

Semelhante ao de quinta passada, outro forte temporal caiu sobre a cidade. Mesmo assim, mais de cinco mil pessoas compareceram ao ato público de repúdio aos sequestros realizados pela polícia. Os policiais do DOPS e Metrópol, comandados pelo delegado Tarci Menezes e João Perfeito, acompanhados das tropas de choque da PM, procuraram logo bloquear os acessos à Praça Afonso Arinos, fechando os quarteirões em frente à Faculdade de Direito. Qualquer aglomeração fora da Praça, por ordem da Secretaria de Segurança, era reprimida. Populares foram empurrados o tempo todo por policiais armados com cassetetes. Um estudante ia sendo preso, quando o deputado Raimundo de Oliveira, do MDB do Rio de Janeiro, tomou a frente e impediu a arbitrariedade. Das janelas dos edifícios, saíram vaias contra cada tropa que chegava ao local.

O ato público de repúdio às prisões foi convocado por uma comissão formada por várias entidades democráticas, entre elas os DCEs das

Universidades Federal e Católica — onde os estudantes ainda permanecem em greve —, pelo CBA e MFA—MG, pelo Grupo de Padres pelos Direitos Humanos, federações de cine-clubes e escritórios mineiros, associações de bairros e oposições sindicais. Durante todo o fim de semana, mais de 200 pessoas estiveram mobilizadas na distribuição do «Manifesto à Nação». Mais de 50 mil notas foram divulgadas pela cidade.

Além dos representantes das entidades que compuseram a comissão de convocação do ato público, falaram representantes dos DCEs do Rio e de São Paulo, do CBA da Bahia e o deputado Raimundo de Oliveira. O único deputado mineiro que atendeu a convocação foi o emedebista Dalton Canabrava. Os discursos foram quase todos na linha de denúncia da falsa abertura propalada pelo general Figueiredo, na crítica à falta de liberdade de organização e manifestação no país e na defesa de uma anistia, ampla, geral e irrestrita.

A professora Zilda Engracia Gama de Oliveira, do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, também sequestrada e só libertada na terça-feira, também foi objeto de saudação dos manifestantes, satisfeitos com sua libertação. A prisão de Zilda provocou diversos pronunciamentos de protesto por parte de órgãos acadêmicos, inclusive do Departamento de Fisiologia e Biofísica ao qual ela está integrada.

No início, durante e no final da manifestação, os gritos constantes foram pela exigência da imediata libertação de Nelson e Fatinha, os dois que continuam ainda presos. «Queremos Fatinha». «Queremos Nelson». Segundo os advogados Luis Eduardo e Geraldo Magela, Fátima poderá ser libertada hoje à noite, quinta-feira. A situação de Nelson permanece indefinida. Luis Eduardo, contudo, está tentando obter sua transferência imediata para São Paulo, onde o ex-banido responde a um processo, acusado de participar da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Ainda hoje à noite, a comissão de defesa dos presos promoverá debates sobre anistia, estando previstas a participação dos parlamentares emedebistas Ailton Soares, José Eudes, Geraldo Siqueira e o cassado Lisâneas Maciel.



Diretas ficam tortuosas

O MDB começa a enfrentar dificuldades na medida em que a luta por eleições diretas para as prefeituras das capitais esbarra em questões concretas. Assumir ou não o cargo de prefeito, através de medida judicial é uma questão que hoje divide até mesmo os parlamentares mais progressistas.

Por Ailton Ortiz e Flávio Andrade

O MDB gaúcho fechou questão em não apreciar nomes indicados pelo governador Amaral de Souza para a prefeitura da capital. Num gesto rápido porém, o governador indicou o nome do atual prefeito Guilherme Socias Villella que teve sua nomeação homologada em 1975 pela Assembleia Legislativa, quando assumiu o cargo à convite do então governador Sival Guazeli.

Um dos problemas que ainda não está esclarecido, será levantado no caso do MDB aprovar em segundo turno a emenda de Lélcio Souza que obriga a audiência à Assembleia também para o caso de manutenção de titulares dos cargos para cujo provimento há necessidade de referendendum legislativo. Como o prefeito, foi conduzido no dia 16 de março, ainda de acordo com a vigência da legislação eleitoral anterior, não se tem certeza quanto a validade da ação. Outro aspecto que está inquietando a bancada oposicionista é que para aprovar a emenda, segundo a constituição estadual, seria necessário 2/3 do quorum, o que o MDB não tem. Se por um lado a oposição alega que a Constituição Federal alterou o quorum para aprovação e promulgação de emendas constitucionais de dois terços para maioria absoluta — metade mais um — e que a adaptação do texto federal ao estadual é automática, também a Arena alega que nesse caso, segundo a Constituição Federal, nenhum presidente de empresas públicas precisaria de referendendum para a sua nomeação, o que respaldaria a atitude do governador.

No meio parlamentar, o senador Pedro Simom alega que «o MDB foi surpreendido porque espertávamos o diálogo e este se encontra em Brasília, na emenda

Benevides». O senador chamou a atenção para «o estilo do governador fazer política», o que poderá criar sérios problemas «no futuro entendimento entre as duas casas».

Enquanto isso, em reunião realizada terça-feira o MDB gaúcho resolveu não brigar na Justiça pela prefeitura mas vetar todos os nomes do segundo escalão do governo que deverão passar pelo crivo da Assembleia.

CAMPANHA POPULAR

Pregada desde o início pelo Setor Jovem do MDB e pela Tendência Socialista, ambos dentro do partido, a ação parlamentar e jurídica seria apenas uma medida de apoio à verdadeira luta que a oposição deveria seguir, isto é, a ampla mobilização popular em torno das eleições diretas. Além de comprometer os políticos arenistas com a opinião pública, isto acabaria exercendo forte pressão junto ao Congresso Nacional na hora da aprovação da emenda Benevides.

Paralelamente ao debate jurídico-parlamentar, a oposição vem desenvolvendo uma campanha junto ao eleitorado portealegrense pelas eleições diretas. Agora, menos confiante em outras soluções, os próprios líderes do partido estão dando amplo apoio aos setores envolvidos nos movimentos junto ao povo. Buscando uma possível saída junto à opinião pública, o MDB já marcou um grande comício no centro da cidade para o dia 12 de abril, quando seus membros estarão falando em nome de eleições diretas nas capitais de Estado.

O RACHA PAULISTA

Enquanto isto em São Paulo, o MDB se dividia diante de questão semelhante. Por um lado a maioria dos vereadores apoiava a iniciativa do presidente da Câmara

de Vereadores, o emedebista Euripedes Salles, de entrar na Justiça contra a permanência do antigo prefeito, Olavo Setúbal, reivindicando o cargo para a Presidência da casa. E nesta questão contava ainda com o apoio de vários diretórios distritais e do senador Orestes Quêrcia. De outro lado a Executiva estadual do partido, por maioria de 4 votos a 3 decidiu o contrário, ou seja, não apoiar politicamente a iniciativa de Euripedes Salles.

Para os primeiros o MDB deve ser coerente com sua pregação e buscar de todas as formas adequar a prefeitura à opinião do eleitorado, mesmo que imediatamente, não por vias eleitorais. Para os segundos, assumir a prefeitura deste modo, seria comprometer o princípio das eleições diretas e aparecer de público como um partido simplesmente interessado no ganho do poder.

Mesmo entre os parlamentares autênticos ou populares a questão dividia. Uns achando que assumir a prefeitura judicialmente seria uma maneira a mais de pressionar o regime para a aprovação da emenda Benevides. Outros, pelo contrário, julgando que assumir o cargo levaria a uma acomodação na luta pelas diretas, e mais, poderia-se comprometer a imagem do partido perante a opinião pública, não só pela característica de pura disputa do poder que a atitude ganharia, mas também pelo comportamento que o duvidoso oposicionista Euripedes poderia vir a ter de posse do cargo.

Enquanto a controvérsia se desenvolve, apenas uma questão fica de todo clara. O MDB, pela sua heterogeneidade de posições carrega uma enorme dificuldade em levar suas propostas políticas além das declarações genéricas de princípios. Sobre tudo quando enfrenta questões que o aproximam realmente de alguma fatia de poder.

MDB vacila sobre CPI dos Direitos Humanos

Para resolver o impasse surgido com relação à proposta de uma CPI dos Direitos Humanos, o MDB acabará optando por uma solução mediadora: que deverá reunir informações sobre violações dos Direitos Humanos nos últimos quinze anos de regime militar.

Por L. Nadai

Se os ventos oposicionistas não mudarem pelas bandas do parlamento, o MDB acabará formando uma Comissão de Parlamentares com o objetivo de reunir dados necessários para a fundamentação do pedido da CPI dos Direitos Humanos. Esta é a expectativa do deputado federal Ailton Soares — MDB SP — que considera a atuação desta espécie de Pré-CPI junto aos familiares de presos políticos, mortos, desaparecidos e todos os demais setores engajados na luta pela defesa dos direitos humanos como «de fundamental importância para a apuração de todas as violações destes últimos 15 anos».

Ainda, segundo Ailton Soares, essa Comissão poderá ter um papel político «tão importante quanto a própria CPI», pois será um instrumento de denúncias tendo à frente os parlamentares mais comprometidos com a luta pelas liberdades democráticas. Desse modo, o MDB parece caminhar para uma solução adequada do impasse criado durante a semana passada quando, até alguns oposicionistas autênticos acabaram se posicionando contra tal CPI.

Isto não significa, no entanto, que os opositores da proposta tenham abdicado de suas posições. Eles continuam insistindo que a proposta de uma CPI dos Direitos Humanos é uma forma de criar argumentos para o regime militar reprimir ainda mais ou que «não devemos cutuca a onça com vara curta». Entretanto, o que estes parlamentares esquecem, como aponta o ex-deputado, cassado, Lisâneas Maciel, é que «atualmente são 56 casos de desaparecidos, cujas famílias merecem — juntamente com toda a sociedade brasileira — no mínimo, uma explicação razoável. O governo brasileiro tem a obrigação de dar uma satisfação para estas famílias».

Os esforços para a efetivação desta CPI, na hipótese de retomada da proposta, serão muito maiores do que se pode imaginar. «Todos devem se lembrar que no início de 1975 o MDB acabou se omitindo frente à proposta de Lisâneas Maciel pedindo a CPI dos Direitos Humanos. Segundo o ex-deputado os argumentos que aparece-

ram na época foram os mesmos só que defendidos pelos moderados do partido. Acusaram-no de retardar o processo de abertura e diziam que não adiantava nada a CPI porque ninguém iria colocar o general Geisel no banco dos réus. «A importância da CPI para a época, explica Lisâneas, era que as pessoas não tinham onde recorrer frente às torturas e às incriáveis violências diariamente cometidas, e a proposta era uma tentativa de parar com tudo aquilo. Neste sentido a CPI era de uma necessidade absoluta e se não se ia sentar os grandes no banco dos réus, pelos menos os pequenos seriam ouvidos».

Naquela época Lisâneas chegou, inclusive, a conseguir o número de assinaturas suficiente para a instalação da CPI. «Era uma sexta-feira pela manhã — lembra o ex-deputado — mas à tarde o ex-Ministro da Justiça,

Armando Falcão, anunciou, através de uma encenação característica uma lista de 22 nomes de parlamentares — entre os quais o meu — que teriam recebido apoio da esquerda para se elegerem. Na segunda-feira não tinha nem sequer 30 assinaturas apoiando a proposta».

Este fato é ilustrativo para mostrar as dificuldades na constituição da CPI dos Direitos Humanos, pois se nestes anos todos os parlamentares não conseguiram a CPI, isto foi porque de um lado houve as pressões de diversos setores do governo e de outro, o MDB não fez muita força. O episódio mais recente de pedido de enquadramento do repórter da revista «Veja» na Lei de Segurança Nacional, pelo artigo «Descendo aos porões» e da apreensão da edição de número 54 de EM TEMPO (que continha uma lista de 442 nomes de policiais, civis e militares acusados de praticarem torturas), são exemplos típicos das formas de intimidação que o governo está disposto a utilizar para evitar qualquer apuração dos crimes praticados. Por outro lado, como argumenta o próprio Lisâneas Maciel «um erro político, uma falta de visão. achar que a tática de recuar agora nesta questão levará a uma futura vitória pela anistia.»

Queremos saber o que aconteceu com nossos parentes

A bancada do Movimento Democrático Brasileiro O CBA de São Paulo, através de sua Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos vem expor sua posição em relação à abertura de uma CPI de Direitos Humanos, a qual está sendo objeto de amplo debate entre parlamentares. Neste sentido, apoiamos o trabalho dos deputados e senadores que estão empenhados na instauração desta CPI, pois sua realização vem de encontro a uma aspiração já contida na luta dos familiares de opositores ao regime, que foram sequestrados e «desaparecidos» ou mortos em circunstâncias até hoje não esclarecidas.

A nossa luta pela abertura desta CPI é inspirada sobretudo num desejo de saber o que realmente aconteceu a nossos parentes. Embora sabendo que tal CPI, hoje, ainda não teria força suficiente para uma responsabilização e apuração total destes fatos, acreditamos que ela será importante como um fórum de registro e denúncias. A CPI teria, portanto, o papel de acumular informações, depoimentos e provas que

subsidiem uma futura ação jurídica. Confiamos que os parlamentares cumpram sua linha programática em que figura a Anistia ampla, geral e irrestrita e luta pelos Direitos Humanos, e afirmamos que o esclarecimento das torturas, desaparecimentos e mortes de presos ocorridos nestes últimos quinze anos, é condição indispensável a participação nacional.

Hoje a necessidade desta CPI deixou de ser uma exigência apenas nossa, para ser um anseio de todo o povo brasileiro. Solidários com a iniciativa do MB que hoje luta pela instauração desta CPI, nos colocamos à disposição dos parlamentares para torneio de depoimentos, provas e outras informações que forem necessárias.

Apurar as violências aos Direitos Humanos em nosso país é pressuposto da conquista da Anistia Ampla Geral e Irrestrita pois são trabalhos que não colidem, ao contrário, completam-se.»

Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos.

Mais quatro emocionantes capítulos da novela em que

Golbery do Couto e Silva é o galã:

A traição militar, segundo a linha dura.

Capítulo III

Seguem os capítulos finais e um epílogo da

«Novela da Traição à Revolução de 1964», uma série de panfletos militares que circularam nos quartéis principalmente no ano de 1975, acusando os governantes de corrupção e convivência com a «infiltração comunista». O chefe da Casa Civil de Geisel e agora de Figueiredo, general Golbery do Couto e Silva, é o objeto central destes documentos de autoria da linha dura militar. Semana passada foram publicados quatro capítulos, visando mostrar o clima que atingiu o conflito interno das Forças Armadas.



ção nacional de intrigantes (SNI) para seu uso pessoal executivo, embora pago pelos cofres públicos. Esta «gang» de traidores e corruptos tem ramificações em todos os setores do Governo Federal e Estadual, e até nas Forças Armadas;

• está em curso uma operação com indistigável apoio dos comunistas e corruptos, visando preparar as bases da candidatura de Golbery ou a de um seu fantoche para suceder ao atual Presidente em qualquer hipótese.

• atualmente nos Mercados de Capitais do Rio de Janeiro vem se destacando a Corretora Laureano. Tal corretora, antes praticamente falida, de repente tornou-se uma das principais da praça, graças aos generosos favores do Banco Central que lhe patrocina todos os seus «bons negócios». Quem está por trás dessa arapuca? Um filho de Golbery.

Aqui renovamos o apelo no sentido da maior divulgação deste Capítulo onde procuramos, mais uma vez, apontar aos Companheiros da Revolução de 1964 a corrupção e a traição de Golbery «et cetera».

COMPANHEIRO: FILIE-SE IMEDIATAMENTE A UM GRUPO DE RESISTÊNCIA. POR UM BRASIL LIVRE DE COMUNISTAS E TRAIADORES

Capítulo VII

Foi com grande satisfação que vimos circular, em todo o País mais um documento dos «Voluntários da Pátria», que do Nordeste levam suas vozes em apoio ao movimento de repúdio às traições que vêm sendo perpetradas contra o regime revolucionário instaurado desde 1964. Nesse documento verifica-se a perfeita identidade com as idéias que vimos transmitindo, as quais acreditamos são coincidentes com a de todos aqueles que não traíram os princípios revolucionários! Estamos certos de que outros companheiros nos mais distantes rincões do Território Nacional estão solidários e apoiam a luta por nós encetada e que há de culminar com a expulsão do Governo de todos esses verdadeiros vendilhões da Pátria!

A Nação inteira estareceita acaba de assistir mais um acintoso ato de corrupção passional proporcionado no auspicioso e oportuno afastamento definitivo do Gregório Branco de suas nefastas atividades de mentor raspuniano desse atual Governo. A pretexto de buscar assistência médica no exterior para o «Traidor da Revolução» verdadeira orgia de gastos foi desencadeada com o afretamento de um «Boeing 707» para transportá-lo juntamente com sua «entourage», na qual se incluía não somente sua concubina, mas também médicos, criados e até motorista! Agora perguntamos, quem teria pago toda essa fabulosa e desnecessária despesa de caráter particular? A Nação, todos nós? Por que tanto privilégio, quando sabemos que o Gregório Branco recebe cumulativamente milhares de dólares da Dow Chemical e mais três fontes do Tesouro

e seus aliados a chamada distensão - dos resultados negativos colhidos com essa traição à Revolução de Março.

Confessou o Gen. Geisel a infiltração dos agentes de Moscou em todos os setores da administração pública como se isso foramenômeno de geração espontânea e não consequência direta de sua convivência, sob a guia do corrupto, tráfuga e laçao da Dow Chemical - o Gregório Branco! Com o recurso de jogo de palavras procurou o atual ocupante do Planalto, confundir a opinião pública e, particularmente, os revolucionários quanto à verdadeira finalidade desse processo sub-reptício e paulatino de destruição da obra revolucionária, favorecendo a corrupção e a comunização do País!

Por que S.Excia. não disse uma só palavra sobre a vasta corrupção que se alastra em todos os níveis da administração pública, desde os desvãos do covil do gerente da Dow Chemical, até os mais secundários escalões administrativos? Entretanto seus áulicos insuflam, com o apoio de toda a imprensa vermelha, intensa campanha visando denegrir a imagem dos governantes revolucionários que lhe antecederam, com denúncias bombásticas de atos de corrupção! Esquece, todavia, o Gen. Geisel de que seu dever seria em primeiro lugar fiscalizar o exigir a probidade no trato da coisa pública dos seus auxiliares, e não facilitar o jogo dos comunistas e pelegos nessa tentativa de enlamear a colossal obra administrativa realizada pelos três primeiros governos da Revolução!

Aqui cabe uma indagação: o que fazem os órgãos de segurança e informações para coibir tais crimes contra o patrimônio nacional? Que faz o SNI, criado exatamente para apontar as autoridades competentes toda essa série de

crimes? Na realidade, que se poderia esperar de uma equipe de governo tão má escolhida desde o início e que vem sendo, dia a dia, incrementada com novas nulidades, desonestos ou subversivos? Essa trupe é constituída, salvo honrosas exceções, de despreparados provincianos, incapazes administrativamente (Dirceu Nogueira, Rangel Reis, Ney Braga, Arnaldo Prieto, Severo Gomes, Alisson Paulinelli e o tão conhecido Silveirinha).

Politicamente, o quadro talvez consiga ser pior - Magalhães Pinto, Célio Borja, Petrólio Portela e mais recentemente o Francelino Pereira, mero «office boy» do Banco Nacional de Minas.

Com tais elementos, na sua quase totalidade comprometidos com o sistema corrupto-subversivo anterior a 1964, não seria lógico esperarmos o prosseguimento da obra revolucionária. E o resultado aí está flagrante, a derrocada do processo revolucionário com a paralisação da economia nacional, o endividamento externo, a queda das exportações, o tumulto no Min. dos Transportes, a sovietação do Min. da Educação e Cultura, a quebra dos compromissos assumidos contra as nações comunistas, enfim todo um descalabro administrativo-econômico e moral, que humilha e enxovalha os verdadeiros revolucionários, aqueles que arriscando suas vidas deram um «basta» ao processo caótico liderado por J. Goulart e seus asseclas! Por Certo, não nos referimos a esses pseudo-revolucionários que aí estão autênticos papa-banquetes, turistas às expensas do Tesouro Nacional, sanguessugas da Pátria, mas que um dia há de responder por tudo isso que aí jaz!

LEIA E DIVULGUE!

UNA-SE A NÓS FILIANDO-SE A UM GRUPO DE RESISTÊNCIA!

Epílogo

Brasileiros: Tivemos a oportunidade feliz de ler alguns capítulos da «Novela da Traição», elaborados por verdadeiros patriotas, definidos e não acovardados diante do que se passa no atual Governo. Nós atendemos ao apelo e nos filiamos ao Movimento de Recuperação, divisando nele as raízes exatas da Revolução de 1964.

Nossa Revolução acha-se marcada, neste 4º Governo, por inúmeras perturbações. Em algumas áreas, com maior ou menor nitidez, vemos o indistigável desejo de uma mutação que não seria admissível a revolucionários. O tempo e outras implicações estão fazendo envolver civis e militares, que já esquecem os compromissos assumidos com os autênticos homens da Revolução, com o povo e com a Nação. Poder-se-ia dizer que o Governo está dando um salto no indefinido ou navegando num mar perturbador e desconcertante; em crise de finalidade. Está havendo uma decomposição moral de elementos do Governo e as estruturas estão sendo abaladas. ALGO DE GRAVÍSSIMO PODERÁ ACONTECER!...

Tudo em favor da Revolução está sendo contestado ou posto entre parênteses. O verdadeiro homem sente-se quase frágil no atual Brasil frágil, ameaçado por forças vivas e presentes, prejudiciais aos seus destinos. Dentro do abismo para onde caminhamos, estamos sendo lamentáveis testemunhas do irremediável declínio dos objetivos revolucionários.

Somente com a visão perfeita e os demais sentidos inalterados, podem as autoridades orientar a execução do modelo brasileiro, e não, o interesse pessoal de cada um ou o do Comunismo Internacional, que volta a atuar com melhores condições no nosso País. Vários são os comunistas, corruptos e negociatas que se acham nos mais altos postos do Governo, participando da administração nefasta que aí se encontra.

Hoje, um pouco distante do centro de onde emanam as decisões nacionais, lançamos também um apelo aos seletos leitores deste memorável documento, para que não deixem de incluir como co-responsável por todo esse processo de apodrecimento da Revolução, aquele que recebeu o crédito de confiança de todos os verdadeiros revolucionários. Impassível às tramas

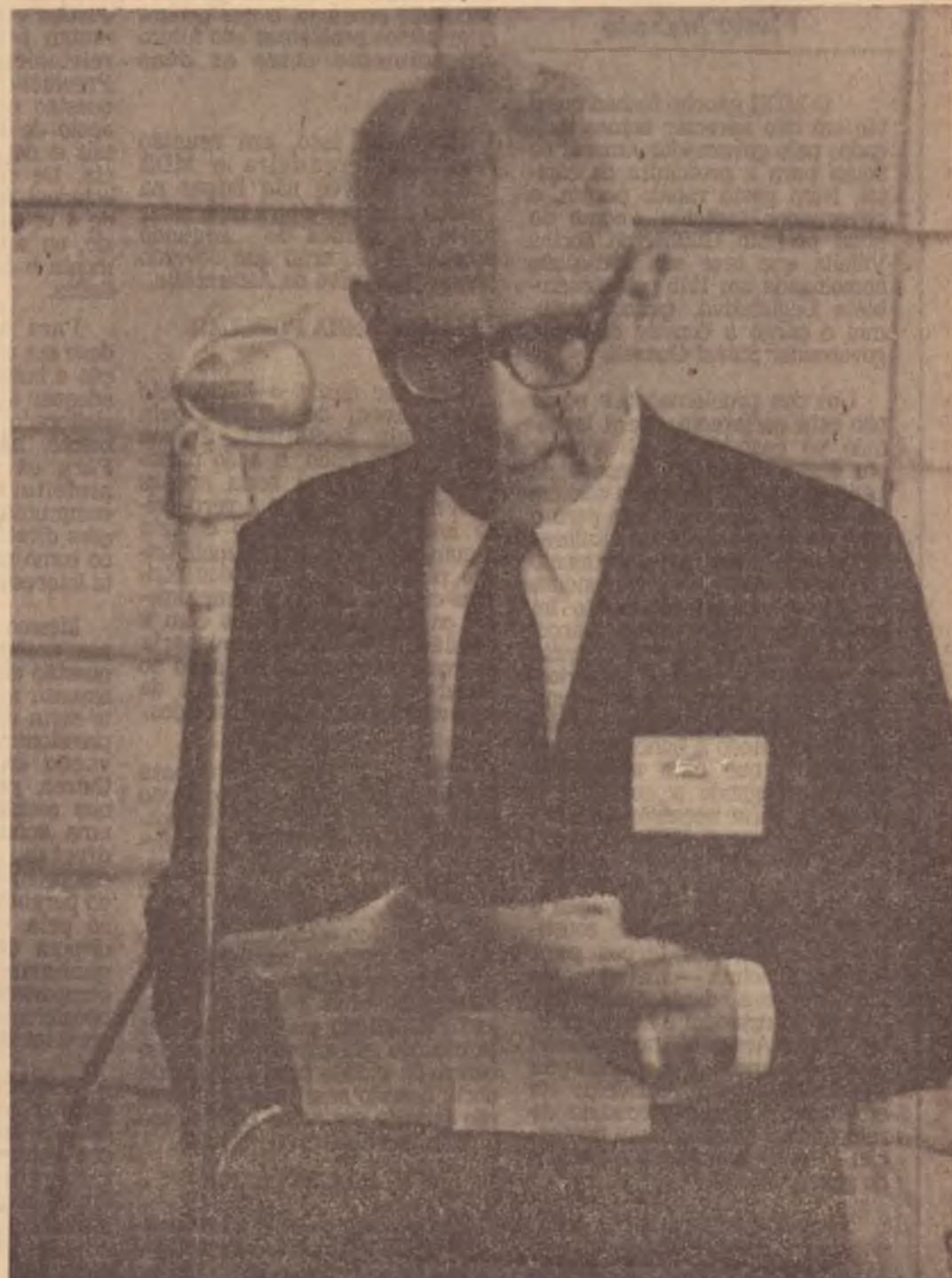
comunistas e corruptas nos seus mais importantes setores de desenvolvimento, deixa o Brasil ser encamalhado para o caos, levado por suas mãos maculadas, sentimentos, breadas consciências e conspirados procedimentos. O Governo Central já pede apoio a governadores comprometidos que nem mesmo podem se apoiar. Há um recuo a 1963, quando normal e mesmo necessário era o pronunciamento demagógico de dirigentes, em solidariedade à corrupção e à comunização que se implantava no País. O povo teria, como já começa a ter novamente, necessidade de saber que tudo está em perfeita ordem e o Governo prestigiado, atingindo o objetivo desenvolvimentista, sem excesso de Segurança e «pressões» descabidas. O AI-5 e o 477 não serão utilizados por este «Governo Popular», contra os «inocentes» ou «bem intencionados» homens que desejam: Liberdade de Imprensa, Respeito aos Direitos do Homem; Abertura Política; Retorno dos Cassados; Legalização do Partido Comunista; Direito à Greve Dentro das Universidades; Proletismo nas Salas de Aula; Diretórios Livres e Autônomos; Proibir as Proibições; etc, etc. É uma mentira e uma farsa! Ineludível é a posição comprometida do Governo com os aproveitadores do nosso ainda subdesenvolvimento. A «Distensão» está levando civis e militares a posições incômodas de meros expectadores, sem desejarem ser decisiva e abertamente contrários ao mal presente; presente com profundezas e larguras dificilmente recuperáveis.

À sanha dos falsos democratas, oferecemos a nossa coragem e a fé em Deus de que o País não será absorvido pelo MCI. Que o Presidente Geisel ouça, veja e sinta que os comunistas estão tomando conta do poder. Deve Sua Excelência dar um basta a tudo isso, mostrando que existe e está vivo, ouvindo, vendo e sentindo e mais, honrando a farda que vestiu e a faixa presidencial que usa.

Ressuscite Presidente Geisel e faça valer o peso de sua força moral tão assoalhada por aí além!

Sem arrependimento o senhor viverá seus dias finais no irreparável, sem qualquer valor!

BRASILEIROS!
Filiem-se, como nós, ao
MOVIMENTO DE RECUPERAÇÃO



O galã Golbery

Capítulo VIII

A 1ª de agosto próximo passado a Nação brasileira assistiu a confissão pública e solene - por parte do principal responsável pela desastrosa e infeliz iniciativa inspirada pelos comunistas

Capítulo IV

Tentando minimizar os efeitos das denúncias contidas nos capítulos anteriores, alguns falsos líderes da Revolução têm procurado nos acusar de divisionistas perante nossos companheiros. Mas, na realidade, quem são os divisionistas?

São aqueles:

- que nos confortáveis gabinetes tramavam sorrateiramente o retorno de Jango «et cetera»;
- que traíndo a confiança dos companheiros - a custa dos quais galgaram o poder - realizam a chamada abertura, distensão, détente ou outro disfarce qualquer para cumprir a linha estratégica do comunismo internacional;
- que esquecidos dos mártires de 1935, para as quais carpem todos os anos a 27 de novembro, favorecem e cooperam com a infiltração maíça de comunistas de todos os matizes nos diversos setores da administração pública;
- que para facilitar a atuação comunista chegam a dar cobertura à insidiosas acusações contra companheiros que arriscaram suas vidas no combate ao terrorismo urbano. - E aqui cabe perguntar: onde se encontravam e o que faziam naquela ocasião esses que hoje se arvoram em arautos dos direitos humanos dos comunistas?
- que persistem na ação de esvaziar e coibir a eficiente atividade dos destemidos Órgãos de Segurança na sua luta contra a subversão;
- que vêm fazendo vista grossa para a corrupção endêmica em todos os níveis da administração pública.

Estes temos certeza, são os verdadeiros divisionistas do Movimento de Março de 1964 pois estão a atraí-los a renegar os sagrados princípios que o inspiraram.

Isto posto, deixamos ao julgamento dos companheiros os seguintes fatos que estão a ocorrer:

• o inteligentíssimo laçao da Dow Chemical, atual ocupante da Casa Civil do Planalto, maquiavelmente, desde os idos do Pavilhão do Largo da Misericórdia, vem montando um servi-

O fiasco da "abertura"

Figueiredo não perde tempo em mostrar sua «democracia relativa». A estratégia que traçou para o enfretamento das greves é na linha de tratar a questão social como caso de polícia. De outro lado, a realidade vai demonstrando que a democracia necessária aos trabalhadores é bem outra. E que a ela, só se chegará pela conquista.

E bem verdade que o governo e os empresários há muitas luas iniciaram sua própria campanha da fraternidade. Tecnicista com banqueiro militar, com tubarão, ministro com executivo de multinacional todos há muito tempo se dão as mãos. Agora, no momento em que os metalúrgicos do ABC deflagraram a maior greve já registrada nestes 15 anos de regime militar, os laços que unem essa turma, se estreitam cada vez mais.

Os trabalhadores estão atacando os patrões naquele lugar que para eles é mais sagrado, no próprio bolso. Exigem um aumento que compense, ainda que seja parcialmente, o que foi roubado nestes anos de controle absoluto das classes dominantes, dos patrões nacionais e estrangeiros sobre a imensa maioria do povo brasileiro, particularmente sobre a classe operária. E é mais do que natural (do ponto de vista patronal, é claro) que eles esperiem e estrebuchem para ceder um só cruzeiro a mais que seja. E simplesmente uma questão de coerência.

Mas a greve dos metalúrgicos não incomoda os patrões e o governo apenas pelo que ela significa em termos econômicos, sobre as supostas implicações que terá sobre o controle da inflação. Ela incomoda é justamente pelo perigo que apresenta para a dominação absoluta e incontestada do capital sobre o trabalho em nosso país, pelo exemplo que transmite a todos os explorados de que é preciso lutar, de que é possível lutar, e mais do que tudo, que é necessário lutar se pretende conseguir conquistar o direito a melhores condições de vida e trabalho, se busca assegurar um espaço político onde os trabalhadores

possam se manifestar livremente e, com eles, a imensa maioria da população oprimida.

Do cavaleiro número um do país ao trombador mais famoso, todos são unânimes em afirmar que a greve é ilegal, que representa a ditadura de uma minoria, a busca de privilégios, de formação de uma elite que beneficia de greves ilegais. O próprio Alberto Villares, principal dirigente dos negociadores empresariais chegou mesmo a afirmar que a luta dos metalúrgicos do ABC deixou de ser uma questão que se resolve na defesa da economia, devendo passar aos cuidados do Ministério da Justiça. Ou, se quiserem, como nos velhos tempos, as greves, a questão social, continuam sendo um mero caso de polícia.

E é essa interpretação do problema que seguramente está orientando o governo e seus patrões. Bem o dizem as tropas fortemente armadas enviadas para as portas de fábricas, a cavalaria e os cachorros, as viaturas que percorrem os bairros industriais para intimidar e espancar os trabalhadores grevistas, prender ativistas, ameaçar com demissões os que não aceitam trair o movimento.

Para a grande massa o cacete, para as lideranças sindicais, além disso, a ameaça de intervenção nos sindicatos e cassação de seus mandatos. Pois se continuar falhando a tática de «exaustão» do movimento, anunciada pelo Ministro do Trabalho, só restará ao governo e empresários ceder ou a intervenção.

E fazer concessões, a menos que os trabalhadores consigam conquistá-las mantendo sua mobilização, não está nas cogitações dos empresários. Para eles é mais do que importante

dobrar as atuais lideranças sindicais, «mostrá-lhes o seu lugar», desmoralizá-las.

Mas de outro lado uma intervenção na greve — da mesma forma que a posição de intransigência frente à reivindicação do delegado sindical, entidade reconhecida nas matrizes de não poucas multinacionais instaladas no ABC abalará o apelo distensionista de Figueiredo, mostrando como são nulos os alegados compromissos com a democratização do país, alardeados pela atual equipe governante. Delimitando com clareza as fronteiras entre a democracia que reivindicam os trabalhadores e aquela que pretendem nos impor as classes dominantes. Indicando enfim, que o regime não consegue absorver os conflitos sociais típicos de um país democrático que se preze, tremendo suas estruturas institucionais e políticos ao menor abalo.

Nesta greve, que é um ato político ao ignorar a legislação trabalhista que mantém os seus sindicatos atrelados, os trabalhadores estão jogando uma cartada séria: ou se vence a confrontação aberta com os patrões e o governo conseguindo impor um rumo que lhes interessa nos acontecimentos políticos, ou se deixa Figueiredo e sua «troupe» com as rédeas na mão, conduzindo à sua maneira a abertura consentida que herdou de Geisel.

A greve no ABC dura quase 10 dias, aumentando cotidianamente o número de adesões e de presenças nas assembleias promovidas pelos sindicatos. Suas reivindicações são justas, como a exigência de que não se desconte os aumentos obtidos em maio de 1978 (o próprio delegado do trabalho reconheceu que os acordos do ano passado previam aumentos salariais e não antecipações, como interpretam, hoje, os patrões).

E preciso que seja vitoriosa, necessitando, para isso, não só da disposição de luta dos trabalhadores que pararam, mas da solidariedade das demais categorias profissionais, associações e entidades oposicionistas. Como propuseram os dirigentes de São Bernardo, todo apoio à Campanha Nacional de Sustentação da Greve.



"Contra os exploradores do Brasil"

Terça-feira à tarde, numa «Carta Aberta aos Brasileiros» o Sindicato de São Bernardo convocou o conjunto das oposições a se unir na luta contra os patrões, ajudando por todos os meios possíveis na sustentação da greve. Aqui, a íntegra do documento.

«As multinacionais estão em guerra aberta contra os sindicatos dos metalúrgicos do ABC. Elas não toleram a atividade sindical. Não suportam que os trabalhadores se organizem.

Não é pelo dinheiro que eles ainda não cederam. O motivo é não permitir que os trabalhadores avancem, que tenham entidades realmente fortes e representativas. O que elas querem são sindicatos cheios de pelegos manobráveis, que tudo aceitam para manterem seus cargos e que amaciam a classe trabalhadora para ser mais explorada.

Nossa luta é pacífica e justa. Querem impingir-nos um acordo de 63% para os que percebam de 1 a 3 salários mínimos e de 57% para os que ganham até 10 salários mínimos. O que as multinacionais escondem em sua farta publicidade é que os aumentos conseguidos com as greves do ano passado serão

descontados. Assim, nossas conquistas de 11%, 15% e até 20% ficarão anuladas. Em muitos casos, a simples aplicação dos índices do governo é mais favorável.

Entendemos que esta luta não é apenas dos metalúrgicos do ABC. E a luta de todos os brasileiros e democratas. Daqueles que, nos mais diversos campos, lutam pelas liberdades, pela anistia, pela constituinte, pela implantação enfim, do verdadeiro estado de Direito. Nossa luta insere-se neste contexto.

A estes brasileiros, homens, mulheres, jovens, e às suas entidades dirigimos veemente apelo. AJUDEM-NOS. Não podemos ceder por falta de alimentos, dinheiro de aluguel, etc! Estamos lançando uma CAMPANHA NACIONAL DE SUSTENTAÇÃO DA GREVE. Nela já estão integradas várias entidades de todo o País às quais agradecemos.

Trabalhadores: vocês que estão trabalhando, façam a doação de um dia de serviço.

Profissionais liberais: ajudem-nos com donativos em dinheiro.

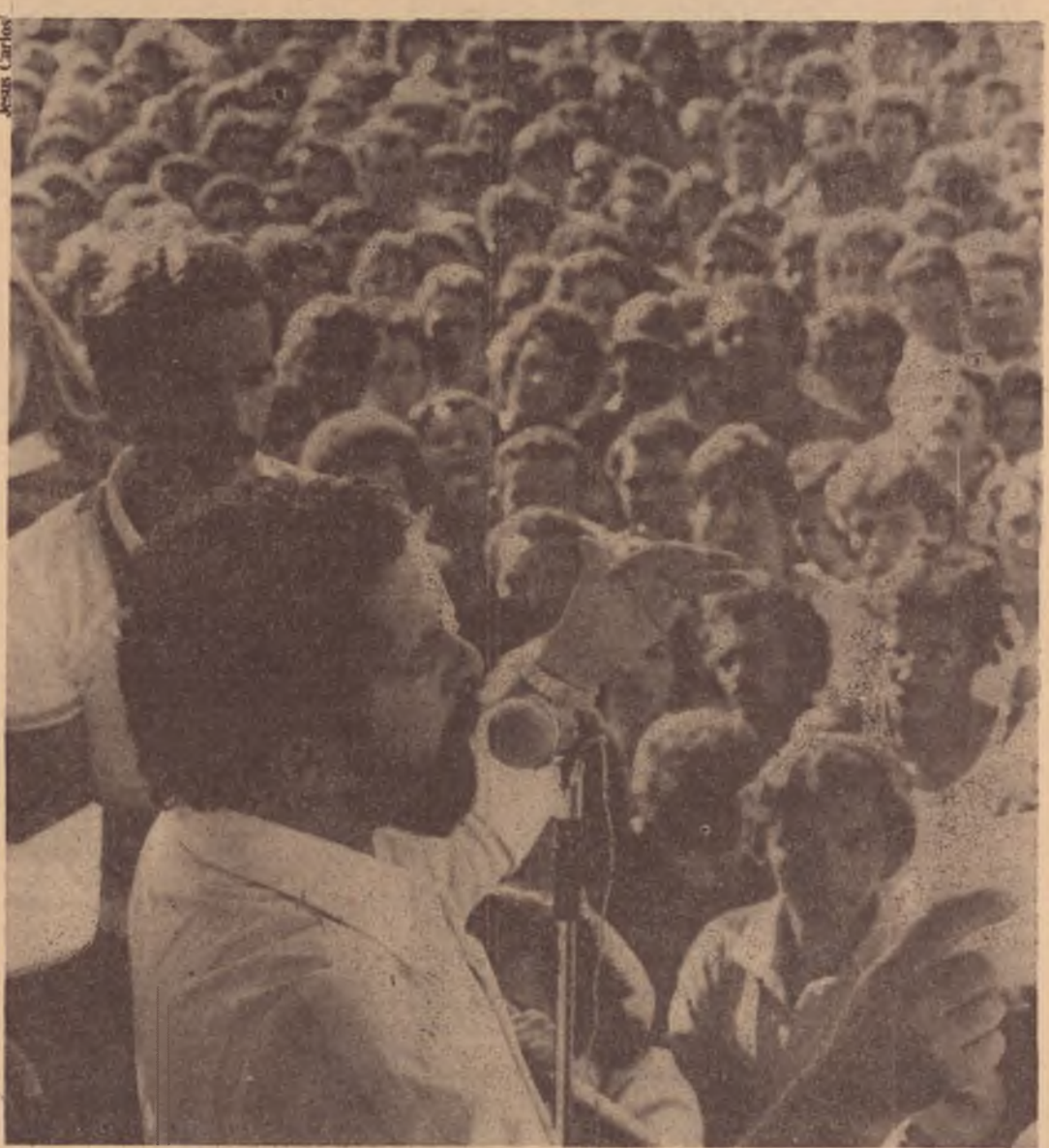
Entidades sindicais e representativas. Façam campanha e remetam-nos alimentos.

Aceitemos toda e qualquer ajuda.

Engrossem nossas fileiras conta os explorados do Brasil!»

LULA

Há uma greve quase geral em São Bernardo, cidade que tem um campo de futebol diariamente apinhado de dezenas de milhares de metalúrgicos. Eles exigem aumento salarial. No centro de tudo está um palanque, uma armação de ferro, e lá, Luiz Inácio da Silva, o Lula, comanda a massa.



hoje. Ninguém tem necessidade de ir na porta da fábrica a não ser a comissão de salário. Pelo amor de Deus, deixem de ser curiosos. Se quiserem saber alguma coisa o sindicato estará à disposição para informar». Ou ainda, para evitar o confronto com a repressão: «Quem foi na porta da Volkswagen hoje viu que a polícia tomou

conta da Via Anchieta para não deixar que a gente conversasse com os trabalhadores. E a gente conversa e é pacífica. Eu disse a vocês que nós não vamos aceitar provocação de quem quer que seja. Nós vamos derrotar os patrões pacificamente. Ao invés de irmos à porta das fábricas, a gente pode ir nos pontos dos ônibus, na casa dos

companheiros ao sair daqui, e pedir para eles criarem vergonha e não ir trabalhar».

No encerramento, o presidente do Sindicato de São Bernardo relatou que se reunira naquela manhã com a diretoria da entidade para avaliar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de considerar ilegal a greve e chegaram à conclusão de que o movimento deveria continuar «mesmo que tentem cassar a diretoria e cortar o pescoço dos diretores». «É necessário vocês entendam que esta vitória é tão importante como o nascimento de um filho, o crescimento e o casamento de nosso filho».

Lula faz então um apelo aos governantes: «Hoje tomou posse um novo presidente da República e um novo governador. Em nome da classe trabalhadora de São Bernardo do Campo e Diadema eu peço a Deus que estes novos governantes da nossa terra parem e pensem um pouco de que este povo tem que sair da miséria que ele se encontra. E ao fazer uma lei, pensem nos trabalhadores. Ao tomarem uma medida de recessão, ao aumentar a gasolina, pensem na miséria que vão ter essas decisões sobre a classe trabalhadora. Eu peço a Deus que as autoridades pelo menos uma única vez, lembrem-se de que nós somos os responsáveis pela grandeza da nossa terra».

E finalmente, Lula conclama dramático: «aconteça o que acontecer, eu acho que a vida se for necessário temos que dar para ganhar esta causa. O que nós não podemos fazer é amolecer diante das pressões dos empresários, das mentiras destes corruptos da classe trabalhadora. É necessário que vocês entendam que a miséria...». O sindicalista não consegue terminar a frase, cortada pela unissono: «Lula! Lula!».

Ao recobrar, Lula pede que ao chegarem em casa, os trabalhadores reúnem a família e digam: «minha mulher e meus filhos, ou meu pai e minha mãe, a gente está numa briga e se for preciso a gente vai morrer para ganhar esta causa, por que da nossa vitória é que depende, e eu não tenho dúvida nenhuma, o destino da classe trabalhadora brasileira».

A assembleia no quarto dia da greve, na sexta-feira, começou com um pedido de Lula para que os membros da comissão de salários espalhados pela multidão que novamente compareceu ao estádio Costa e Silva abrissem as faixas. Imediatamente surgem os dizeres de vários cantos: «Delegado sindical com estabilidade», «Só unidos venceremos», «78% ou greve até a vitória», «Só a assembleia geral decide», «Cristo foi operário. Ele está do nosso lado», «Lula, estamos com você». Uma delas parece ter causado irritação no presidente do Sindicato de São Bernardo («União pela libertação e pelos direitos do povo»), que determinou que só poderiam ser empunhados os cartazes contendo palavras de ordem condizentes com o movimento salarial.

Neste novo colorido, Lula começou denunciando «fatos lamentáveis». Em São José dos Campos, o sindicato havia fechado as portas para 38 mil trabalhadores que estão em greve, deixando-os «corações de pai e mãe». Aos metalúrgicos daquele cidade que compareceram a São Bernardo, Lula deu a seguintes instruções: «Primeiro — o movimento tem que ser pacífico. Segundo — elementos estranhos à categoria não podem entrar no movimento. Não podemos permitir em hipótese alguma que pessoas estranhas entrem para estragar o movimento. O movimento é nosso. Se tiver que apanhar, vai apanhar é o metalúrgico. Se tiver que bater, vai bater é o metalúrgico».

O segundo episódio semelhante ocorreu em Campinas, segundo a fala de Lula. O presidente da entidade teve que fugir e a casa dele foi apedrejada, por que os trabalhadores não aceitaram o acordo que o sindicato fez. «Esses dirigentes sindicais irresponsáveis são os únicos culpados

ou eles assumem seu papel e lideram a categoria ou pedem demissão e vão embora, por que com estas atitudes os únicos que saem perdendo são os trabalhadores».

Os milhares de metalúrgicos aplaudem as denúncias do peleguismo mas vibram mesmo é quando Lula anuncia que em Campinas e Jundiaí os trabalhadores também abriram greve, rejeitando o acordo firmado pelas cúpulas sindicais, de 63%.

A chegada de uma comitiva ao estádio causa o maior reboliço: é o prefeito emedebista Tito Costa, de São Bernardo, que vem trazer sua solidariedade ao movimento. Lula esclarece que aquilo não é contraditório com as suas afirmações diárias de que o movimento de greve é meramente reivindicatório: «A presença de Tito Costa aqui não é um ato político, mas um ato de segurança, para todos nós metalúrgicos». Explica também que o prefeito compareceu ali a convite seu, pois estava preocupado com uma possível ação da polícia militar no campo de futebol, o que poderia machucar os trabalhadores. «De pronto — relatou Lula — Tito Costa ligou para o coronel Jair e ouviu dele a palavra de que a polícia não viria aqui nos importunar».

Político ou não, o fato é que o prefeito emedebista além de comprometer-se em garantir a segurança do principal local de encontro dos grevistas, considerou o movimento «pacífico», «humano» e «justo», emprestando-lhe sua «simpatia», ao observar que vinha sendo conduzido «Com grandeza, disciplina e verdadeiro espírito de fraternidade». Neste dia, ele foi mais ovacionado que o próprio Lula. Sua entrada no palanque foi saudada com o unissono repetido de seu nome, ao que ele respondeu com o gesto dos políticos tradicionais, juntando as mãos em concha e erguendo-a à direita e à esquerda da cabeça, muito sorridente. A todo instante, na sua fala, era interrompido pelos gritos da imensa assembleia.

Apoio também importante, lido em seguida por Lula, foi o do Bispo de Santo André, que em nota oficial, declarava ser legítima a reivindicação salarial e praticamente abençoava a greve ao definir que ela «não atenta contra a lei dos homens, nem contra a lei de Deus».

Luiz Inácio conta a história de um fura-greve — que foi obrigado a trabalhar numa máquina diferente da que ele conhecia, se acidentou chegando ao estado de coma — e ataca duramente os empresários: «patrões sem escrúpulos usam da necessidade e da miséria do trabalhador para fazer com que aconteça uma coisa destas; quando um companheiro fura greve, ele é inconsciente, ele não pensa; os patrões são os únicos culpados por isso acontecer. Caberia aos patrões atender nossas reivindicações mas eles preferem gastar o dinheiro com viagens para o exterior com casas modernas, com apartamentos para mulheres quem sabe até que não sejam as deles» (vibração da assembleia com esta última acusação).

A catilinária seguinte é dirigida aos biônicos do movimento operário: «Todos dias tem aparecido boletins que não são do sindicato. Ontem os trabalhadores já queriam bater num elemento que estava distribuindo e ele saiu correndo. Se alguém for pego entregando boletim que não seja do sindicato e apanhar, não venham depois me culpar, não venham depois dizer que eram inocentes, pois nós estamos avisando em todas as assembleias — não entreguem material que não seja da comissão de salários ou da diretoria do sindicato, com o timbre próprio e a minha assinatura. Não tentem confundir a nossa greve. Muita gente pensa que está ajudando, mas não está. Quem for à porta da fábrica sem ser metalúrgico, vocês podem por pra correr, pois eles pensam que estão ajudando, mas estão é atrapalhando. Nós metalúrgicos somos capazes o suficiente para resolver nossos problemas» (aplausos entusiasmados).

Desta vez o final foi apoteótico. Lula anunciara momentos antes que os três sindicatos do ABC haviam formulado um slogan conjunto, «apesar de ser chavão», como disse: «ABC unido jamais será vencido». E agora ele pede que a massa de metalúrgicos encerre com este grito de guerra. Das primeiras tentativas, os 80 mil trabalhadores tropeçam um pouco, mas acertam logo o ritmo e o slogan sai fluente a uma só voz: «ABC unido jamais será vencido». Lula diz agora para todos levantarem as mãos e imediatamente por sobre a vaga de cabeças surgem as palmas abertas, num espetáculo singular e expressivo. «Unidos até a vitória final», comanda Lula. E um urro alegre e profundo responde com a mesmo consigna, completada pelo «ABC unido jamais será vencido», que aos poucos evolui para «Trabalhador unido jamais será vencido». Esse coro fecha a quarta maior assembleia metalúrgica dos últimos tempos no País.

Uma raixa erguida numa das assembleias metalúrgicas de São Bernardo do Campo dizia «primeiro Deus, segundo Lula, terceiro a união». O operário que escreveu esta frase errou. Não seria nenhum pecado de heresia, afirmar que na greve que parou o coração metalúrgico do país, o presidente do sindicato dos trabalhadores, Luiz Inácio da Silva, o Lula, estava disparado na frente de Deus ao exercer sua autoridade de líder sobre a massa de milhares de grevistas e sobrepor sua influência e seu comando à ação nada extra-terrena do governo, dos patrões e dos cassetes da polícia.

Compreender esta situação e aceitá-la como dado incontestável da realidade é meio caminho andado para se chegar ao centro da dinâmica dos dez primeiros dias da greve de São Bernardo do Campo e Diadema. Há um campo de futebol, com o sugestivo nome de Costa e Silva, onde se encontram diariamente nada menos que 80 mil metalúrgicos, nas otimistas estimativas dos jornalistas que fazem a cobertura do setor. Nas arquibancadas e no gramado esparramam-se os grevistas, com os olhares fixos numa armação de ferro, numa das extremidades do campo, pertinho da trave do gol. É o palanque. Daí parte a voz de comando da greve, da boca de um cidadão de 33 anos, nos últimos dias com a voz no fim, de tanto falar no microfone. É o Lula, que domina o palanque rodeado de outros metalúrgicos membros da diretoria do sindicato e assessores jurídicos, e assediado por uns trinta jornalistas e fotógrafos. Entre o palanque e a massa de metalúrgicos não existe qualquer elo mais organizado: o palanque expressa a vontade coletiva daquela imensa massa e por isso é por ela aplaudido, às vezes com fervor e por isso continua firme nos seus quatro pés.

O potente sistema de som abriu a assembleia do terceiro dia da greve com um forró esquentado, recebido alegremente pelos ocupantes do campo de futebol e das arquibancadas do estádio. Dois pequenos cartazes, improvisados espontaneamente, surgiram neste dia logo perto do palanque chamando atenção das objetivas dos inúmeros fotógrafos: «Chega de exploração. Queremos 78% e «Greve até a vitória», eram as palavras de ordem rabiscadas.

Com a voz começando a dar os primeiros sinais de cansaço, Lula falou pausadamente dialogando na primeira pessoa com a massa de metalúrgicos: «A Volkswagen diz que ontem compareceram mais de 7.500 para trabalhar, e hoje, mais de dez mil. Companheiros, é uma deslavada mentira. O comunicado é prova de que a empresa está apavorada. Se tivesse dez mil macacões lá dentro, ela teria colocado o pessoal de amostra para vocês. O que ela quer é coagir vocês, mostrando que tem muita gente trabalhando, pra vocês ficarem preocupados e voltarem ao trabalho. Mas a minha opinião pessoal é que vocês não devem voltar ao trabalho enquanto não forem atendidas as reivindicações».

E prossegue na mesma linha: «É só olhar essa assembleia para ver que não tem quase ninguém trabalhando. Hoje, a gente vê na cara de vocês um otimismo descomunal, eu tenho certeza que continuará por muito e muito tempo. A classe trabalhadora vai até o final, dessa vez, ou a gente vai ter que voltar a trabalhar de cabeça baixa».

Mais adiante, Lula demonstra, com sinceridade, como domina bem os valores de sua plateia e como os transforma em elementos do seu discurso: «Gostaria que nós fôssemos até o fim, não pensando somente em nós, mas nas nossas esposas e nos nossos filhos. Eu peço a vocês que quando se recusarem a ir para a empresa, pensem na família de vocês, desejando que os filhos de vocês não passem pelo estado de miséria que estamos passando. Por que com todo o respeito que eu tenho pelo meu falecido pai, se ele tivesse feito por mim, o que nós estamos fazendo pelos nossos filhos, talvez não estivéssemos na miséria que nos encontramos».

E arremata, elevando a voz: «Quem não tiver coragem de fazer hoje, será cobrado amanhã pelos seus filhos e por sua esposa. Por que a nossa passagem aqui na terra é curta, mas nesse pouco espaço de tempo, temos de dar o máximo de nós, para podermos conquistar o direito de andar de cabeça erguida e olhar a frente, e viver com um pouco de dignidade», afirma Lula, num tom quase bíblico.

Lula lança mão também de seu reconhecido prestígio pessoal para dar as palavras de ordem, traçar a tática de prosseguimento de paralisação: «A nossa jogada é a coisa mais importante que nós já fizemos, e por ser a mais importante e que a polícia anda batendo na gente nas ruas. Ontem eu dei uma orientação e volto a repeti-la

São Bernardo

Vencido dia "D"

Por Tom Duarte

O dia mais crítico da greve, principalmente na Volkswagen. Assim era definida a terça-feira, dia 19, em São Bernardo do Campo. E esse temor não era gratuito: no dia anterior os patrões distribuíram um documento apócrifo onde se dizia que o Lula está mandando o pessoal voltar para o batente. De quebra, era dia de vale na Volks: para quem já anda duro o ano inteiro, dava para aguentar sem ir receber o tutu? , se perguntavam todos os que participam mais ativamente na organização do movimento. E, uma vez lá dentro, quem resistiria às pressões patronais (fala-se que a empresa contratou centenas de assistentes sociais para tentar convencer os trabalhadores a voltar ao trabalho e aceitar o acordo «generosamente» oferecido).

Mas o pessoal tirou de letra. Pouco mais de três mil pessoas entraram. E nem tudo foi de fura-greve: muita gente acabou aplicando mesmo foi o conto do vale nos alemães. Entrava lá, pegava o tutu, cruzava os braços até chegar o fim do turno ou simplesmente dava o seu mais cordial «aufriedesen» para os gringos.

Com toda a tropa de brutamontes postada em frente aos portões seria suicídio organizar piquete. Mas se o homem que saiu já mandou usar a imaginação criadora, a moçada seguiu a risca. Ao invés de piquetear na entrada da fábrica, o grosso do pessoal se concentrou nos cruzamentos e pontos de ônibus. O lero era simples: como todo mundo lá é trabalhador, era só dar o sinal que o ônibus transportando os operários parava. O pessoal entrava, dava um alô e convidava para descer. Quem se negava, como um sujeito que se



deitou no banco traseiro, um bom peteleco resolvia a questão. E como disse um piqueteiro: o trabalho foi facilitado às pampas pelos motoristas dos ônibus, que não criavam o menor problema. Afinal, se tudo correr bem, eles próprios entram em greve logo, logo. Pois não é só calo do pessoal do metal que está doendo.

Populares na parada

Naquele dia, pela segunda vez os grevistas contaram com um valioso apoio, o de um grupo de deputados do MDB, conhecido como deputados populares. Lá estavam Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira Filho no portão da via Anchieta e Fernando Moraes e Sérgio Santos no portão da avenida Maria Demarchi, o principal de acesso à fábrica. Os opalás presos com chapa da Assem-

bléia Legislativa de São Paulo eram poucos, mas contribuíam decisivamente, como reconhecem as lideranças grevistas para conter outras chapas oficiais, sejam as frias das viaturas da polícia política, sejam as das Rotas que comboavam os ônibus aos pátios da Volkswagen. Para não falar da cavalaria que andava indócil pelas imediações.

O Bispo apoia

Se o poder temporal estava razoavelmente representado, o pessoal que foi tentar impedir a entrada dos fura-greves não se esqueceu do espiritual. Firme, desde as 4h40m da manhã, lá estava no portão da avenida Demarchi, o bispo de Santo André, dom Cláudio Hummes. Mas sua missão, como a dos parlamentares, era bem terrena: garantir a integridade física dos trabalhadores. Dom Cláudio, que acredita estar atuando de acordo com a orientação da igreja mais progres-

sista na América Latina, estranhou que na nossa democracia não se respeite um preceito mínimo de qualquer democracia menos relativa: «o direito de ambas as partes se dirigirem aos trabalhadores. Com a intimidação policial se está impedindo que uma delas o faça, no caso o sindicato». A participação do bispo não ficou apenas isso: desde o fim da semana passada que ele está dando uma força à comissão de greve, ao abrir as portas das igrejas de sua diocese, para o recolhimento de mantimentos e dinheiro para o fundo de sustentação do movimento.

Mais adesões

«Repudiamos a violência policial, a intervenção do Estado nas negociações e as ameaças de intervenção nos sindicatos, porque elas não se justificam em hipótese alguma. A negociação é entre patrões e trabalhadores e a eles cabe a decisão. Os trabalhadores metalúrgicos, aos milhares, paralisaram seu trabalho, pois este é um direito legítimo e seu último recurso para arrancar suas reivindicações aos patrões. A greve não impede a negociação, mas é parte integrante dela». Esse é o trecho de um documento de apoio aos metalúrgicos do ABC lido pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, David de Moraes.

São 38 entidades que manifestam sua adesão aos grevistas: Federações, sindicatos, movimento contra a carestia, Pastorais operárias, que ao mesmo tempo expressam seu repúdio à repressão aberta, denunciando a falácia dos empresários que «quando se trata de controlar preços saem fazendo propaganda do liberalismo, que negam quando se discute salários».

Mulheres não negam fogo

Greve também é coisa de mulher, não só das que trabalham, mas das que ficam em casa cuidando da criança e preparando o feijão com arroz de cada dia. E nem mesmo as perspectivas de que as coisas fiquem mais difíceis, do que o já difícil cotidiano da família operária, parece intimidá-las.

«Sentimos, no dia a dia, o quanto é difícil manter uma casa. Descrentes das promessas não cumpridas de todos os governantes, acreditamos que somente com a justa greve, levada pelos trabalhadores é que conseguiremos melhorar o nível de vida de nossas famílias. A luta dos trabalhadores é a luta da família do trabalhador. Se somos companheiros na luta pela sobrevivência com os baixos salários, seremos mais do que nunca companheiras na luta por melhores condições de vida» (manifesto assinado pelo Departamento Feminino do Sindicato de São Bernardo, Movimento Feminino pela Anistia e Departamento Feminino do CBA, Associação das Donas de Casa, Associação das Mulheres, Jornal Brasil Mulher e grupo Nós Mulheres).

Do estrangeiro também

Nem só gringo safado existe no estrangeiro. Os trabalhadores do ABC ficaram sabendo, mais uma vez que lá também existem operários como eles, na mesma luta contra a exploração dos patrões. Primeiro veio o apoio da Confederação Francesa do Trabalho (CFDT). Agora, é a Federação dos Metalúrgicos da Itália e a Confederação Mundial do Trabalho, com sede em Bruxelas. Só falta mesmo, uma grevezinha nas matrizes da Volks, da Mercedes, da Ford, da GM pra coisa ficar como o diabo gosta.



Populares em ação no piquete

O fundo de greve

Na certa, até o bispo foi pego de surpresa. Mais de 80 mil trabalhadores presentes ao Estádio «Costa e Silva», braços entrelaçados rezavam com fervor um «Padre Nosso» puzado pela representante das esposas dos metalúrgicos em greve. E, provavelmente, ficou mais do que grato com a lembrança da oradora: aquela terça-feira, dia 19, era o dia dedicado a São José, o padroeiro dos trabalhadores e «pai do líder dos trabalhadores de todo o mundo, Jesus Cristo».

Quem também deve ter ficado assustado foi mesmo o Lula. Pois afinal, ele também acabou lembrando que, por uma dessas felizes coincidências, Luiz Inácio da Silva tinha a mesma idade de Cristo, 33 anos. No mínimo, é para bolar a sua espessa barba de molho: foi com a dita idade que o homem que nasceu na Galiléia foi crucificado. Lula, em todo o caso, nasceu em Garanhuns.

Mas não foi o padre nosso que a massa rezou. Como de costume, ela seguiu renovando sua disposição — cada vez mais comprovada pela continuidade da greve — de seguir parando as máquinas. E ouvindo as orientações de denúncias do Sindicato e aplaudindo o apoio dos diversos setores presentes.

E a massa ficou furiosa quando o Lula denunciou as manobras dos patrões, que convocaram uma reunião para a tarde de segunda-feira só para enrolar, enquanto davam uma punhalada pelas costas: pois ao mesmo tempo em que Mauro Marcondes, diretor da Volkswagen discutia com os representantes dos trabalhadores, num hotel do bairro de Moema, na capital, sua empresa distribuía boletins apócrifos, supostamente assinados pelo Lula, concitando o pessoal a voltar ao trabalho.

Sustentar a Greve

Na tarde ensolarada de terça foi a vez do Sindicato lançar um dramático e veemente apelo a todos os setores democráticos e

progressistas do País: ajudem a greve do ABC. Numa «Carta aos brasileiros» eles reivindicavam apoio, pedindo auxílio em dinheiro e mantimentos para sustentação do Fundo de Greve que os sindicatos montaram (para os trabalhadores de todo o Brasil eles pedem a doação de um dia de serviço):

«É mais do que certo que se essa campanha vingar, os grevistas do ABC terão um novo alento para levar a greve até o fim. Pois se o salário já é míngua por natureza, o pessoal ficará um tempo sem receber, aí a coisa fica ainda mais preta.

Ainda que modestamente, o apoio à greve já começou a funcionar na própria região, a partir do momento em que a Diocese resolveu estimular os grupos de auxílio e coleta de mantimentos. E o feijão, o arroz, o óleo, o açúcar e outros gêneros de primeira necessidade começaram a ser enviados para o Sindicato. Lá, a garagem foi transformada em posto de abastecimento, ajudando com um rancho modesto ao pessoal mais apertado. Só no primeiro dia de funcionamento, segunda-feira, 168 famílias foram atendidas. E muito mais do que isto aconteceu na terça.

Mas todo mundo sabe que no ABC vivem mais que algumas centenas de famílias. São centenas de milhares de famílias. E o que tem atualmente não vai dar para todos que necessitam. Daí, a importância do apoio dos outros setores. Os jornalistas já começaram a fazer sua vaquinha, os artistas vão promover espetáculos, vão passar um chapéu de teatro em teatro. Os estudantes vão organizar um pedágio no sábado, 23 para arrecadar fundos. Os parlamentares do MDB vão dar contribuição financeira. E todo o mundo disposto a manter a mão na massa.

O pessoal que está enfrentando as filas, geralmente mulheres dos trabalhadores, sabe que a parada está dura, mas está todo mundo apoiando, «estão com a greve e não abrem», como afirmou a maioria. É evidente que nem sempre a razão que vem é aquela ideal. Mas o pessoal já está preparado: como diz o Chico, se a comida escassear, o jeito é botar água no feijão.

Santo André

Por dentro da greve

Por Rosa Pontes

Depois de uma semana de greve, quase sem comer ou dormir, «virando» várias noites, os membros mais combativos da Comissão de Salários do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André estavam prontos para qualquer tarefa, como continuar organizando os piquetes da madrugada. Mas também para atender todos os companheiros com problemas, que procuram esclarecer questões importantes, até dúvidas as mais simples, típicas de pessoas que participam pela primeira vez de um movimento como este.

Por isso, foi impossível reunir todos eles, como se queria, para fazer um balanço da paralisação, na sua primeira semana. Terminada a assembléia desta segunda-feira, ainda era necessário organizar os piquetes para o turno das 22 horas.

Só depois, extenuados, é que quatro membros da Comissão puderam dar seu depoimento a Em Tempo. As idéias apresentadas não representam a opinião do conjunto da Comissão, mas são a análise de quatro metalúrgicos que estiveram trabalhando ativamente durante toda a semana no encaminhamento da greve. Aqui, resumidamente, os principais pontos do balanço.

Um salto qualitativo

As greves do ano passado, comparadas com a de agora, têm diferenças não só quantitativas — pois a participação é bem maior — mas também qualitativas. Esta foi uma paralisação preparada, com distribuição de boletins, reuniões em portas de fábrica, assembléias e encontros por empresa. Essas atividades permitiram consolidar, nos últimos quatro meses, a consciência da necessidade de se fazer uma greve geral.

Na realidade, há quinze anos que esta greve está sendo preparada. Em maio do ano passado, ela explodiu, de forma violenta. Agora, ela começa a se consolidar, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Nas experiências de maio e novembro do ano passado, o movimento foi mais atomizado, a categoria estava dentro das fábricas, ao pé da máquina ainda presa a uma estrutura que o próprio sistema de trabalho impõe.

Apesar de estarmos em greve, não houve condições de formar lideranças.

Nesta paralisação atual, já conseguimos duas grandes vitórias: a primeira, foi a categoria ter parado em peso; a segunda, é ela estar dentro de seu Sindicato, se conhecendo, discutindo não só os problemas de cada fábrica, mas chegando a um consenso quanto a seus problemas conjuntos, de classe.

A deflagração, e principalmente, a manutenção dessa greve até agora — apesar de todas as pressões — resultam em boa parte, de uma lição que os metalúrgicos do ABC puderam aprender com a experiência de tração vivida por seus companheiros de São Paulo. Lá, a diretoria do Sindicato não vaciou em aceitar um acordo vergonhoso com os patrões. Isso só veio reforçar, aqui no ABC, a consciência da necessidade de uma greve — único instrumento que os trabalhadores têm para conseguir a vitória de suas reivindicações. E por isso que, na assembléia que decidiu a paralisação, só se gritava «greve, greve, greve». E que, agora, passada uma semana, a cada nova negativa patronal, a mesma palavra de ordem se repete com mais força. Os metalúrgicos do ABC não querem passar mais um ano com um salário de «miséria», como seus companheiros de São Paulo. Toda essa experiência também reforçou a necessidade das diretórias dos sindicatos do ABC em assumir as paralisações, o que permitiu dar unidade ao movimento.

Um ponto fundamental do avanço qualitativo que essa greve representa em comparação com as mais recentes é a formação de novas lideranças, que surgem com uma disposição de luta impressionante. Antes da paralisação, muita gente no Sindicato dizia que não adiantava convocar o pessoal para a greve, porque não havia disposição para o movimento.

Hoje, os companheiros não só estão parados, como também estão ajudando os outros pararam. A participação nos piquetes — muitos vão a vários por dia — é impressionante. A Fichet, por exemplo, se organizou sozinha e partiu para a paralisação de outras empresas. Daí, é preciso que a direção do Sindicato tenha a sensibilidade não só de permitir que esse pessoal participe, como de ajudar a encaminhar essa participação. Se estamos em greve, não é pra ficar sentado, mas pra trabalhar pela greve.

Há dois exemplos muito claros para se mostrar a vontade de lutar e a firmeza de posições de metalúrgicos que mal participaram do Sindicato. Além de trabalhar em quatro ou cinco piquetes por dia, são muitos os que são detidos e, logo em seguida, voltam a se oferecer para ir de novo às portas de fábrica. Outro exemplo foi a reunião que houve no segundo dia da greve, de quatro horas de duração, em que a palavra ficou



praticamente todo o tempo com companheiros do plenário.

E houve um, cuja intervenção sintetiza todo o processo de formação de novas lideranças: «nunca fui sindicalizado, nem vim no Sindicato», ele disse. «E, agora, temos em greve e tenho que aprender tudo de uma vez». É o companheiro sentindo o impacto das tarefas que vai ter que cumprir, descobrindo-se como o trabalhador que, dali pra frente, terá que levar adiante esse movimento.

A maioria do pessoal que participa ativamente é jovem e não tem experiência sindical, já que foram forçados de baixo da ditadura. Embora não saibam, na maioria dos casos, expressar, as coisas de uma forma mais concreta, elaborada, sentem que, do jeito que está, não dá: trabalham praticamente o dia inteiro, para ter um nível de vida dos mais baixos.

Outra coisa importante de se ressaltar é que as novas lideranças não surgem somente entre os homens, mas entre as mulheres. Na Brozol, 80% dos trabalhadores são mulheres e elas é que paralisaram o trabalho. O piquete que conseguiu parar a Pirelli — uma das empresas onde a repressão foi mais forte — era composto por dez mulheres. Elas tem trabalhado em outros piquetes; ajudaram a organizar o Fundo de Greve, e passaram a falar mais nas assembléias. Nós já falamos com o Marclio e vamos criar um Departamento Feminino uma semana depois do fim da greve, haverá discussão para organizá-lo.

Mantendo as conquistas

O trabalho ativo dos metalúrgicos nessa greve e a formação de novas lideranças é que vão construir e solidificar nossa vitória. Esse processo é básico para a eleição de delegados por empresa e para a formação das comissões de fábrica — que não se excluem. O mínimo de organização é necessário, inclusive, para a manutenção das conquistas que essa greve vier a ter. O delegado por empresa, escolhido em assembléia de seus companheiros de trabalho,

seria a pessoa de ligação mais direta com o Sindicato.

Deve haver o maior número possível de delegados, para que eles possam levantar todos os problemas nas fábricas e trazer ao Sindicato.

Já a comissão de fábrica, também tirada em assembléia, deveria ser aberta à participação de todos, conscientizando-se o conjunto dos trabalhadores sobre as questões. Se houvesse esse nível de organização, não haveria necessidade de se formar piquetes para paralisar as empresas: se o Sindicato deflagrasse uma greve, ela sairia imediatamente.

Sindicato combativo

Numa semana de greve, a campanha de sindicalização já ganhou quatro mil novos associados, passando a ter 18 mil sindicalizados. Esse é um avanço dos mais importantes. E um dos fatores que demonstram a maior confiança dos metalúrgicos em sua entidade além do grande acerto político da direção ter assumido a luta pelos 77%. No momento, ainda são apenas os companheiros que estão vindo ao Sindicato, participando das assembléias, que se sindicalizam, pois estão sentindo mais de perto o impacto da greve. Quando houver uma vitória concreta em termos econômicos, a sindicalização deve triplicar, pois os setores mais atrasados da categoria também passarão a acreditar mais no Sindicato.

Nestes últimos 14 anos, o trabalhador passou a achar que o Sindicato não servia para nada — a não ser para frequentar médico, dentista, advogado, etc. O acordo salarial ia para dissídio e sempre vinha o que o governo decretava: um reajuste que na maioria das vezes, não cobria nem a inflação.

Mas, a partir das greves do ano passado, começou a voltar a idéia do Sindicato como um organismo em torno do qual se unir para lutar. Isso ficou muito mais claro nesse ano, quando o Sindicato é que assumiu a greve e está encaminhando o movimento. Então, passa a ser uma

decorrência natural o trabalhador se aproximar da entidade.

Só palavras?

Os setores que dizem apoiar a luta dos trabalhadores por melhores condições devida devem se colocar, concretamente, dentro dela. Existem diferenças no nível de cooperação: há os políticos do MDB, que fazem discursos a favor da greve e as entidades que mandam comunicados de apoio. E há, efetivamente, os que colaboram com o Fundo de Greve, recolhendo dinheiro e alimentos, pois não podemos levar esse movimento sozinho, com o nível de organização que temos. A Igreja, por exemplo, além de defender a justiça do movimento, está trabalhando ativamente no Fundo de Greve. Existem muitos outros exemplos, entre eles o dos professores, que além de enviar nota de apoio ao Sindicato, também estão recolhendo dinheiro. Outro dia, veio uma caravana de deputados apoiar o piquete. Mas só que às 10 horas da manhã: eles estivessem nos piquetes, principalmente onde a repressão é mais dura, seria um pouco mais difícil os trabalhadores apanharem ou serem detidos.

Lobo e pele de cordeiro

A greve colocou em xeque todo o palavreado que o governo e os empresários «progressistas» vêm usando. O governo — tanto o do Geisel como o atual — promete abertura, distribuição de renda, etc. Os empresários «progressistas» falam em democracia, em direito do trabalhador se organizar no seu sindicato, ter o seu partido. Agora, quando há uma greve para lutar por salários mais dignos, para repor um pequena parcela de renda que, nestes últimos 15 anos, foi roubada do trabalhador, governo e empresários, unidos não procuram saber os motivos, mas investigar as «infiltrações» na greve. Acusam a Convergência Socialista de estar «infiltrada» aqui em Santo André. Isso é procurar justificativa para poder reprimir os trabalhadores. Não há argumento para isso e a força de greve é cada vez maior: depois de uma semana, o número de participantes na assembléia aumentou. Nesta segunda-feira, havia cerca de 8 mil metalúrgicos presentes. São trabalhadores que vivem em péssimas condições de vida e estão lutando por um salário digno: estes são os insulfadores da greve. E os empresários, que posam de democratas, mandam chamar a polícia pra prender trabalhador na porta de sua fábrica. Gastam 800 milhões em campanha de imprensa, para forçar a volta ao trabalho. E, como nem isso adiantou, começam a mandar telegramas de advertência para cada trabalhador e soltar falsos comunicados, com timbre do sindicato, dizendo que já houve acordo. Que democracia é essa? Chegou a hora de todos tirarem a máscara.

São José

Comando funciona, mas, não sustenta.

Em São José, a greve esquentou. Muita correria da polícia, teve até tiro de metralhadora. Organizada contra a direção pelega, criou um comando geral de greve, fato inédito na atual movimentação operária.

Por José Rosa e Laura Bueno

A greve dos trabalhadores metalúrgicos de São José dos Campos, foi decretada na Assembléia do dia 13 de março, quando 3000 metalúrgicos contra vontade do presidente resolveram não votar a greve secretamente e sim por aclamação, rasgando as cédulas do Zézinho Pelego. O mais importante foi a organização do Comando Geral da Greve apontando ao mesmo tempo a vontade da luta e a necessidade da Organização independente dos trabalhadores e a total falta de organização em que se encontra o movimento.

Um metalúrgico propôs que se votasse o Comando Geral da Greve, composto de um operário de cada fábrica e mais o presidente do Sindicato, imediatamente feito. A Siderúrgica FI-EL, foi a primeira fábrica paralisada pelos piquetes, organizados pelo CGG. A orientação do CGG era de comparecimento maciço no Sindicato dos Têxteis, onde estavam sendo organizados os piquetes. Em 12 horas, 30.000 metalúrgicos de São José dos Campos, Caçapava, Jacareí e Santa Branca aderiram à greve.

Na 4ª feira à noite a maior Assembléia operária de São José dos Campos reuniu 8000 metalúrgicos, quando foi articulada a continuidade do movimento, com organização dos piquetes e a proposta de contato da liderança do movimento grevista com os metalúrgicos do ABC.

Essa foi a última reunião em que o presidente do Sindicato apareceu. Na 5ª feira a polícia, reforçada por tropas de Taubaté e Guaratinguetá, interviu no movimento, reprimindo os piquetes e prendendo mais de 70 operários. Ao mesmo tempo, o Sindicato dos Metalúrgicos foi fechado pelo presidente, tirando dos trabalhadores sua gráfica e o apoio do Sindicato. Zézinho Pelego utilizou toda 5ª feira e nos dias seguintes as rádios e jornais da cidade, incitando os metalúrgicos a voltarem ao trabalho, pois a greve tinha terminado. Mesmo assim, 5ª feira à noite, estavam reunidos em Assembléia 5000 trabalhadores. Mas a confusão estava estabelecida. Com uma organização frágil, o CGG não teve condições de imprimir panfletos esclarecendo os trabalhadores que a greve continuava, os piquetes foram desarticulados pela polícia e a preocupação maior na 6ª feira era achar e soltar os grevistas presos e feridos pela polícia. Nesse dia, 5000 metalúrgicos voltaram ao trabalho.

Os grevistas tentaram então, sob repressão policial, continuar os piquetes, agora já nos bairros operários da cidade, nos pontos dos ônibus das empresas e, utilizando da propaganda operária boca a boca, com a palavra de ordem «a greve continua».

Muitos trabalhadores entravam nas fábricas, obrigados pela polícia e paralisaram as fábricas de novo, ou entravam nos ônibus da empresa e convenciavam os trabalhadores a descerem no meio do caminho, aderindo à greve. Começaram também a coletar de um «Fundo de Greve» para comprar papel, pagar gasolina, faixas, para revitalizar o movimento.



O piquete na General Motors, em São José dos Campos.

Na Assembléia de 6ª feira os trabalhadores de São José dos Campos receberam uma comissão de solidariedade à greve composta por membros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, resultado da ida de membros do CGG a São Bernardo, onde se reuniram com o Lula.

O MDB recebeu uma comissão de 250 trabalhadores pedindo apoio à greve, e reivindicando o fim da repressão policial ao movimento grevista. O prefeito do MDB, convocou uma reunião, em que participaram membros do CGG, o prefeito, o Comitê brasileiro pela anistia local, o clero, a OAB local, para tentar um acordo com a polícia, também presente.

Mas, Zézinho Pelego preparou um golpe ainda mais sério aos trabalhadores. Na 6ª feira, enquanto acontecia essa reunião, a polícia expulsou o CGG e os trabalhadores em plantão no Sindicato dos Têxteis, com um mandato judicial, a pedido de José Maria dos Santos, presidente do Sindicato dos Têxteis. Assim, na manhã de sábado, com 30% dos metalúrgicos ainda em greve, os grevistas não tinham lugar para se reunir, estavam sem dinheiro e sem uma gráfica para imprimir seus boletins.

Foi formada então uma comissão que foi pedir ao prefeito um lugar para se reunir. Assim, conseguiram que a Casa do Jovem fosse cedida a partir das 3 horas da tarde, e conseguiram nessa noite, com muita dificuldade, imprimir 5000 panfletos convocando os trabalhadores para a Assembléia de domingo. Mas a desmobilização provocada pela falta da sede e pela dificuldade de comunicação entre os trabalhadores, foi total. Durante todo o sábado, centenas de metalúrgicos foram aos Sindicatos dos Têxteis e o encontraram fechado. Outros se dirigiam ao Sindicato dos Metalúrgicos, também fechado. Na Câmara Municipal, se reuniram cerca de 500 operários aguardando a decisão do prefeito de ceder um lugar para os trabalhadores se reunirem, para dar continuidade à greve.

Assim, no domingo, a maior preocupação do CGG e dos trabalhadores mais combativos era de

distribuir nos bairros, pontos de ônibus e igrejas, seus folhetos convocando os trabalhadores para uma assembléia às 19 horas. Mais de 100 trabalhadores foram presos pela polícia, sendo soltos com o apoio do CBA, de vereadores do MDB, e da OAB. E as ameaças e demissões das fábricas começavam a surgir.

Durante todo domingo cerca de 300 trabalhadores metalúrgicos passaram pela Casa do Jovem, querendo informações sobre a greve e pegando material para distribuir no seu bairro.

As 8 horas da noite no domingo, 600 trabalhadores sob um clima de tensão, decretaram o fim da greve, anunciando a criação da Oposição sindical dos metalúrgicos de São José dos Campos, culpando a polícia e os pelegos pela situação do movimento. Domingo dia 25 às 15 horas, vão se reunir os trabalhadores para organizarem seu movimento.

NA ESTEIRA DOS METALÚRGICOS

Outras categorias, mesmo com o descenso da greve dos metalúrgicos, procuraram seguir o seu exemplo. Foi o caso dos trabalhadores da Breda e da SB Turismo (empresas que transportam operários para muitas fábricas da cidade) que procurou o Comando Geral de Greve para orientá-los em suas reivindicações salariais. Também um grupo de guardas de segurança procurou o Comando, em busca de um local para se reunirem e discutir os seus problemas.

Mas não ficou nisso. Uma indústria do setor têxtil, a Kanebo foi paralisada. Em Jacareí, 50 operários do Lanificio Vale do Paraíba procuraram o sindicato da categoria: eles queriam um aumento de 30% em relação aos 54% concedidos em novembro do ano passado. Os 400 operários também não vacilaram: ameaçaram parar caso não recebam logo 30% de reajuste salarial.

Já a Volkswagen não é combativa só em São Bernardo: seus operários de Taubaté enviaram um SOS para os metalúrgicos de São José, pedindo que ajudassem na organização de sua greve.

Passando por cima do pelego

Campinas

A reconstrução do movimento sindical campineiro anda atrás, bem atrás, da reviviscência por que passam as mobilizações no ABC. Embora portador de um passado glorioso — todos na cidade lembram o tempo em que os ferroviários da Paulista comandavam as grandes movimentações trabalhistas — após longos anos de silêncio, apenas recentemente tem-se manifestado esboços de um sindicalismo mais vivo. Em 1978, os professores articularam uma chapa de oposição — derrotada; também a metalúrgica foi derrotada; e agora os bancários tomam iniciativas oposicionistas. Enfim, parece que a política anda atrás do vertiginoso crescimento industrial e urbano da região.

MERCEDES NA FRENTE

A oposição metalúrgica, em especial, esfrelou-se após a derrota de 1978. Nas assembléias, hoje em dia, um ou outro de seus membros toma a palavra, individualmente. E o comando efetivo parece estar em mãos dos metalúrgicos da Mercedes, que apresentam aos operários alternativas e propostas novas.

De 13 de março (data da «assembléia da tração» veja EM TEMPO nº 55) em diante os metalúrgicos não estão parados. A Mercedes entrou em greve e a partir de sua comissão de fábrica desenvolveram-se as atividades. Houve tentativas de piquetes em algumas indústrias, quase todas mal sucedidas. A Bosch não paralisou; e a Bosch, para quem não sabe, é um símbolo: 1000 operários ao todo, a maior massa sindicalizada da região, salários e condições de trabalhos privilegiadas em relação às demais indústrias da região e, dizem antiga base de apoio de Cid. Pois bem, a Bosch não parou.

Frustrados na tentativa de reunir-se no sindicato local, os operários mobilizados encontram-se no Centro de Convivência, um grande anfiteatro da prefeitura encravado no meio do grã-fino bairro do Cambui. Reuniram-se sexta, sábado, domingo e segunda. 50 trabalhadores, às vezes 100, não mais. De lá organizaram-se piquetes. Pararam já, o turno da noite da Bendix (no sábado) e segunda-feira Gordon e Açode, duas indústrias de pequeno porte.

ABAIXO O PELEGO

Os discursos são inflamados, embora o público pequeno. Falam operários, bancários, jornalistas. Todos defendem o movimento grevista. Alguns poucos propuseram iniciativas que passavam pelo sindicato: derrubar Cid, com um abaixo-assinado, realizar as reuniões na sede, convocar assembleias atra-

vés de algum membro da diretoria ou da comissão salarial. Mas todos quase todos, preferem privilegiar nas intervenções a construção de um sindicalismo autônomo, paralelo, à revelia da legislação autoritária.

— Companheiros, mais que do aumento de 78% precisamos agora é de organizar as comissões de fábrica. Não ao pelego Cid. Mas não também ao sindicato português, filho da legislação do patrão. O novo sindicato nasce agora, desde já, de nossa iniciativa de organização de base — esta a tônica das intervenções principais.

Os trabalhadores presentes aplaudem. Como aplaudem também quando algum antigo líder da oposição fala em tirar o sindicato das mãos de Cid. Aplaudem o 78%. Valem a repressão patronal.

Emociona a firmeza dos poucos trabalhadores presentes. Todos, quase todos, certamente serão despedidos: a polícia passeia tranquilamente no local, acerca-se dos grupinhos, identifica as lideranças. Todos seguramente todos, apostam na greve geral. Com toda a confusão reinante, propostas contraditórias, cruzando o espaço sem baixar na cabeça de cada um, o exemplo do ABC pode frutificar em Campinas. O ar nas fábricas está pesado, carregado de eletricidade. Os operários vivem e comentam as notícias nos pátios, ônibus, ao pé das máquinas, minuto a minuto.

— Se a gente der um empurrãozinho pára tudo — comentam os trabalhadores.

Para solidariedade ao ABC, pára pelo 78%. Apesar da confusão desta semana tensa.

A CRISE DE DIREÇÃO

Com a entrada dos trabalhadores da GE, são cinco mil trabalhadores em greve (de um total de 45 mil). O entusiasmo é grande, quase tão grande quanto as dificuldades enfrentadas para dirigi-lo. O presidente do sindicato, o pelego Cid, há muito foi ultrapassado pelo movimento: na terça-feira, teve que sair do sindicato em meio a um verdadeiro «corredor polonês», onde todos lhe viraram as costas e cuspiam no chão. Mas, superado o sindicato, não surgiu ainda uma direção alternativa, com uma implantação mais sólida nas fábricas (exceto uma ou outra fábrica como a Mercedes Benz).

Assim mesmo a direção grevista, que tomou o sindicato na terça avançou cinco reivindicações: 1) a formação de comissões de fábrica (ao invés dos delegados sindicais da plataforma de unidade) com estabilidade de dois anos; 2) aumento de 78%; 3) piso salarial de três salários mínimos; 4) recebimento dos dias parados; 5) não dispensa dos grevistas.

O piquete já voltou?

A repressão ao piquete nas greves do ABC é a outra face do não reconhecimento, ainda, do direito de greve. É o que afirma nesta entrevista, José Alvaro Moysés, sociólogo e autor de vários estudos sobre movimento operário brasileiro.

Como você avalia o ressurgimento dos piquetes enquanto forma de paralisação do trabalho agora nas greves do ABC?

— O central é a mudança de conjuntura. O piquete é um instrumento de mobilização para a greve, que é eficaz na medida de sua extrema maleabilidade. E pelo seu tipo de ação, ele só pode ocorrer colado a uma determinada conjuntura política. Não se pode fazer piquete durante o estado de sítio, por exemplo. No caso de agora, quando o conflito chegou a um grau de institucionalização muito maior que em 78, o piquete foi usado de modo extremamente criativo por grupos vinculados à direção sindical.

— O piquete aqui não foi aceito, e a repressão atacou duro sobre quem estava tentando fazer a paralisação nas portas das fábricas...

— Mas sua mera ocorrência já é reflexo do grau pelo qual a sociedade foi capaz de absorver a expressão do conflito social. No caso de países desenvolvidos como Inglaterra e Estados Unidos, o piquete funciona porque a greve é legítima; já o direito de greve, de certo modo define a qualidade da cidadania. Neste caso, o piquete não é mais do que um instrumento pelo qual os grupos que defendem a greve como uma ação coletiva exercem o seu direito de liberdade de expressão e de propaganda. Na Inglaterra, no inverno de 1972, os mineiros pararam; e devido ao carvão que produziam ser decisivo, praticamente parou tudo. E os piquetes iam até os portos impedir o desembarque do carvão importado, tentando que os caminhões não saíssem. A polícia garantia este direito constitucional, pois tratava-se de um país onde o direito de greve é legitimado e aceito por ambas as partes. Em casos como o brasileiro, onde se dão experiências de um sindicalismo estruturalmente subordinado ao Estado, o uso do

piquete depende em grande parte do grau de tolerância que os regimes estão dispostos a manter em relação ao papel mobilizador do sindicalismo. Esta a razão de porque o piquete no populismo tinha grande importância. Um sindicalismo atrelado, mas tolerado e estimulado pelo Estado.

— Você acredita que o piquete esteja entrando em cena para ficar?

— Com o regime autoritário atual, a eficácia do piquete está em grande parte comprometida, pois a greve não é reconhecida legalmente. As autoridades da segurança pública são incapazes de ver que o uso do piquete é um modo de exercício da liberdade consagrada pelo direito de greve. Assim, o resultado é contraditório.

... — Que importância você atribui aos piquetes nesta paralisação?

— Quando ocorre, como agora, das greves serem assumidas pelos sindicatos, num quadro de um sindicalismo atrelado ao Estado e na conjuntura política diferente já da de 78, o desenvolvimento da greve passa a depender em grande parte das lideranças sindicais. E estas, por mais hábeis e politicamente capazes que sejam, como é o caso das lideranças do ABC, acabam tendo o seu espaço de atuação restringido pelos estreitos limites da estrutura sindical. O resultado é que os piquetes passam a ter sua eficácia dependente da maior capacidade ou criatividade de pequenos grupos de 30 ou 40 operários que são a sua mola propulsora. Pois do ponto de vista legal não há nada que impeça as autoridades do Estado de descarregarem sobre os operários toda a sua fúria repressiva. A fragilidade do piquete como instrumento é apenas a contrapartida da inexistência do reconhecimento ao direito de greve.



em Volks, em São Bernardo

A mágica dos 63%

Os patrões não brincam em serviço. Já no dia 23 de janeiro último, a direção da Volks recebia um estudo elaborado por seu setor de «Relações Trabalhistas» e de «Pesquisa Salarial — Coordena-

ção e Projetos» relativo à distribuição salarial nas 25 maiores empresas do ABC envolvidas na campanha salarial, e que empregam 107.237 trabalhadores.

À luz das discussões travadas nas mesas-redondas, o estudo foi de grande valia para orientar a proposta patronal: 63% para quem ganha até 3 salários mínimos e 57% para quem recebe entre 3 e 10 salários. Por trás desta aparência filantrópica de distribuir melhor a renda entre os empregados — mas tão somente entre eles — o estudo revela outra realidade: tomando-se somente os trabalhadores horistas, que são fundamentalmente os operários da produção,

a primeira faixa, até 3 salários, engloba 23.805 trabalhadores (28%) enquanto que a segunda faixa, de 3 até 10 salários, perfaz 59.210 operários (70%). Mas os dados não param aí: em termos de gasto na folha de pagamento — o que importa aos patrões — a primeira faixa representa somente 15% de gastos enquanto que a segunda atinge um montante que equivale a 80% da folha de pagamento dos horistas.

O estudo traz ainda a situação específica da Volks, nos mesmos termos da tabela acima. Os resultados vão na mesma linha, só que mais acentuadamente: a primeira faixa representa tão

somente 9% da folha de pagamento, enquanto que a segunda atinge 84% do total de gastos com pessoal da produção.

Assim, comprova-se, e com dados das próprias empresas, o irrisório — para elas próprias, pois para os trabalhadores já era óbvio — que é o reajuste de 63% que propuseram para a minoria dos trabalhadores e, ao mesmo tempo o contingente de operários que seriam logrados com a esmola dos 57%. De outro lado, salta aos olhos como que esta proposta escalonada, não mexeria na base dos lucros patronais.

Não precisa explicar, eu só queria entender...

RELAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES

- 01 — Motores Perkins S.A.
- 02 — TRW — Gemmer Thompson S.A.
- 03 — Brastemp S.A.
- 04 — Mangels (Baukus — Mangels D.A.)
- 05 — Borg Warner do Brasil Ind. Com. Ltda
- 06 — Ind. C. Fabrini S.A.
- 07 — Equipamentos Villares S.A.
- 08 — Ferropeças Villares S.A.
- 09 — Aços Villares S.A.
- 10 — Alcan — Alumínio do Brasil S.A.
- 11 — Brasinca S.A. — Ferram. Carroc. Veículos
- 12 — ZF do Brasil S.A.
- 13 — Cofap — Co. Fabricadora de Peças S.A.
- 14 — Elevadores Otis S.A.
- 15 — General Elétric do Brasil S.A.
- 16 — Elumá S.A. Ind. Com. — Div. ISAM
- 17 — Fichet S.A.
- 18 — Philips S.A. (Philips — Ibrape — Constanta)
- 19 — Prensas Schuler S.A.
- 20 — Valmet do Brasil S.A. — Ind. Com. Tratores
- 21 — Volkswagen do Brasil S.A.
- 22 — Saab-Scania do Brasil S.A.
- 23 — Toyota do Brasil S.A.
- 24 — Karmann-Ghia do Brasil S.A.
- 25 — General Motors do Brasil S.A.

HORISTAS			MENSAL/EXEC.		GERAL	
C DE S.M.	Nº	FOLHA PAGTO.	Nº	FOLHA PAGTO.	Nº	FOLHA PAGTO.
0 - 1	207	229.494,00	48	57.187,80	255	286.681,80
1 - 2	4.690	12.702.009,40	444	975.219,00	5.134	13.677.228,40
2 - 3	18.908	75.018.627,80	779	3.147.546,50	19.687	78.166.174,30
3 - 4	19.047	105.599.017,60	1.471	7.998.442,50	20.518	113.597.460,10
4 - 5	18.606	131.673.517,40	1.345	9.293.931,50	19.951	140.967.448,90
5 - 6	8.876	76.259.839,20	1.729	14.784.812,50	10.605	91.044.651,70
6 - 7	5.455	55.282.248,60	1.416	14.387.863,00	6.871	69.670.111,60
7 - 8	3.554	41.589.273,60	1.362	16.079.879,00	4.916	57.669.152,60
8 - 9	2.036	26.811.232,60	961	12.769.023,00	2.997	39.580.255,60
9 - 10	1.636	24.430.609,80	960	14.308.966,00	2.596	38.739.575,80
10 - 11	802	13.093.640,40	1.498	30.302.295,00	2.300	43.395.935,40
11 - 12	373	6.872.885,40	1.127	20.420.837,00	1.500	27.093.722,40
12 - 13	210	3.983.095,60	915	18.071.853,50	1.125	22.055.549,10
13 - 14	160	3.265.178,40	709	14.890.191,00	869	18.155.369,40
14 - 15	62	1.381.017,60	1.042	23.172.346,00	1.104	24.533.363,00
15 - 16	15	370.584,00	1.140	30.434.200,00	1.155	30.804.784,00
16 - 17	—	—	1.104	27.904.000,00	1.104	27.904.000,00
17 - 18	—	—	679	18.365.453,00	679	18.365.453,00
18 - 19	—	—	720	20.681.391,50	720	20.681.391,50
19 - 20	—	—	350	10.706.162,50	350	10.706.162,50
20 - +	—	—	2.801	125.753.688,14	2.801	125.753.688,14
TOTAIS	84.637	578.362.871,40	22.600	434.505.288,44	107.237	1.012.868.159,84

Política Econômica

A "engorda" de Delfim

A ênfase na agricultura dentro da política econômica do novo governo continua não passando de declarações vagas, mesmo após a posse de Figueiredo e seu ministério.

Quase ninguém sabe ao certo quais as medidas que serão tomadas pelo recém empossado Ministro da Agricultura, no que diz respeito à propalada prioridade que o 5º governo militar prevê para a agricultura, e que, ainda segunda-feira, era confirmada pelo gen. Figueiredo.

Isto porque a política econômica implementada por uma ditadura militar não pode ser menos autoritária e anti-democrática que a própria ditadura. Daí que suas medidas e planos, necessariamente anti-populares, só nos chegam aos ouvidos depois de decididas, e por intermédio de decretos e decisões palacianas ou ministeriais, quase sempre articuladas por tecnocratas vinculados aos interesses empresariais, sobretudo financeiros.

Pode-se supor, no entanto, que esta prioridade à agricultura vise favorecer a produção agrícola, fazendo com que o seu maior crescimento possa compensar, a curto prazo, a baixa relativa da produção de alguns setores industriais e até mesmo, a médio prazo, possa ter um efeito dinamizador da produção industrial. E tudo isto, mantendo-se a inflação em patamares mais «accessíveis».

Mas conhecendo-se o apego do prof. Delfim ao chamado «modelo exportador» e à manutenção do império financeiro e de sua orgia concentradora de capitais, bem podemos imaginar com que agente econômico pretende contar para o propalado aumento da produção agrícola e da produtividade no campo brasileiro. Não poderá ser outro que o seu velho amigo: o grande capital de grupos nacionais e estrangeiros. As grandes empresas já dominam consideravelmente a produção de bens agrícolas destinados à exportação, com a única exceção do café. Um recente estudo do Ministério da Agricultura mostra como nos últimos 10 anos o crescimento médio da área destinada aos produtos de exportação foi de 5,4% ao ano enquanto que a área destinada ao consumo do mercado interno

creceu somente 2,9% ao ano, quase o mesmo que o crescimento da população.

Muito secundariamente e dependendo do poder de barganha que conseguirem manter, poderão exigir participação nos projetos agrícolas do regime algumas grandes cooperativas e capitalistas individuais dedicados à produção interna. Neste sentido o governo parece disposto a subsidiar alguns produtos, tais como o feijão, milho, mandioca, arroz, batata e trigo mas reduzindo, ao mesmo tempo, os gastos com crédito agrícola e tornando-o mais caro ainda, obrigando a utilização de capital próprio.

Assim, aos pequenos proprietários, como também aos bóias frias e demais trabalhadores do campo, reserva-se, em primeiro momento, o papel de meros observadores passivos das modificações que se articulam nos corredores e gabinetes ministeriais. Em um segundo momento a sua crescente proletarização e empobrecimento.

Ao Incri, caberá basicamente o papel de «reduzir tensões», e seu novo presidente acaba de confirmar que não há dentro da nova política agrícola a ser adotada — mas que ele não explica qual seja — a intenção de promover uma Reforma Agrária com fins mais sociais que econômicos. O que interessa é aumentar a produção.

Esta nova política agrícola que se esboça nas mentes de alguns tecnocratas e que deverá ser implementada pelo prof. Delfim não poderá jamais pretender-se uma política que busque soluções aos prementes problemas sociais do campo ou enfrente as aberrações criadas pelo capitalismo na estrutura fundiária brasileira. Estas deverão continuar sendo preocupações e razão de luta e organização, não de «economistas desempregados» — como caracterizou o Ministério Simonsen a quantos preocupam-se com a reforma agrária — mas do conjunto da oposição democrática e popular e sobretudo dos trabalhadores da cidade e do campo. (J.M.).

Rio continua sem aulas

Os professores do Rio de Janeiro defendem a continuidade da greve. Algumas vitórias já foram conquistadas: quase todas as escolas do estado estão paradas e a entidade — Sociedade Estadual dos Professores — passou a ser amplamente reconhecida pela categoria. Os pais e alunos vêm sistematicamente prestando solidariedade ao movimento

Da sucursal

A greve dos professores do Rio de Janeiro, que se alastrou para Niterói e Interior, ganha esta semana novo impulso, com a adesão de mais de 100 professores, que se incorporaram ao trabalho ativo nos núcleos zonais da Sociedade Estadual dos Professores (SEP).

Em alguns municípios como Magé, Teresópolis, Nova Friburgo e São João do Meriti, a adesão é total. A comunidade, particularmente os pais dos alunos, estão respondendo aos apelos dos boletins da SEP, apoiando os mestres através de abaixo-assinados, não enviando os filhos à escola e até oferecendo locais para reunião.

Enquanto isso, os professores continuam denunciando o descaso das autoridades frente às suas reivindicações. As Secretarias de Educação do Estado e do Município, cujas posições eram de não dialogar com os professores em greve, passaram a manter conversações com a Comissão Executiva da Greve, no decorrer da semana, sempre sem se comprometerem. Dos contatos entre o secretário da Educação do Estado, Arnaldo Niskier e a Comissão Executiva, havia sido tirada uma nota (redigida de próprio punho pelo secretário), onde este se comprometia a constituir uma comissão paritária para viabilizar as questões referentes a salários, efetivação dos contratos e gratificação por regência de turma. Essa nota, entretanto, ele se negou a assinar.

Muita solidariedade

A assembleia, que deveria realizar-se no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, foi transferida para o Clube Maxwell, em Vila Isabel, devido a pressões sofridas pelo Sindicato, que terminou não cedendo suas instalações. A presença de camburões no local, impediu até a colocação de cartazes avisando o novo local da reunião. Mesmo assim, a assembleia contou com a presença de 6000 professores, muitos dos quais, representantes de municípios do Interior que relataram o apoio que vêm recebendo dos pais, alunos, associações de bairro, igreja e comunidade em geral. Em Itaboraí, a Igreja local abriu suas portas para as reuniões, em São João do Meriti



Antonio Cláudio de Oliveira

chegou a haver uma passeata pelas ruas da cidade, e de Caxias deslocou-se um ônibus com pais e alunos, que foram à assembleia prestar sua solidariedade. Muitas entidades também enviaram moções de apoio e solidariedade aos grevistas, e os professores de São Paulo, que iniciam seu movimento, enviaram representante.

A grande maioria e a assembleia manifestaram-se pela continuidade do movimento grevista pois, estava claro que seu único instrumento de organização e luta era a greve e terminá-la agora, quando nada tinha sido conseguido, seria uma derrota que pesaria muito forte na categoria e na comunidade que vem dando apoio, em especial os pais e os alunos.

Ameaça constante

Esta semana, em nota conjunta, as Secretarias de Educação Estadual e Municipal anunciam que atenderam as reivindicações dos grevistas, já que os professores estavam voltando às aulas. Na nota, estabeleceram carga-horária mínima de 14 horas de trabalho em sala de aula, mais seis em atividades nas escolas no preparo de aulas, transporte e correção de provas; anunciaram a efetivação dos contratos, de acordo com escalonamento a ser estabelecido pela Secretaria Estadual de Administração; e a criação de uma

comissão formada pelos secretários de Educação (Estadual e Municipal), Fazenda e Planejamento, mas sem a participação oficial dos professores, embora possam ser ouvidos o Sindicato dos Professores e a Associação Brasileira de Educadores.

De acordo com a SEP, os canais de informação do governo discrepam totalmente dos canais de informação da coordenação de greve, pois, ao contrário do anunciado pelas autoridades, a greve continua tão firme como na semana passada, e só uma nova assembleia pode decidir sua suspensão.

Em seu comunicado, a SEP lamenta o recuo do Governo quanto à Comissão, que devia ser paritária de acordo com promessa feita há alguns dias. Com relação às punições, uma definição mais precisa por parte do Governo, se

faz necessária, pois o professorado tem sido constantemente ameaçado por autoridades, notadamente no Interior.

De modo geral, o comunicado governamental está sendo visto como manobra para esvaziar o movimento, uma vez que o Estado não acenou com nenhuma solução concreta.

Para os professores, o movimento deve continuar, pois já alcançou algumas vitórias, como a paralisação da quase totalidade das escolas, e a união e organização da categoria, seja nos núcleos zonais que encaminham a greve, seja pelo número crescente de filiações e criação de novos núcleos. É mais, o próprio reconhecimento da entidade (SEP), criada há apenas um ano e meio, graças ao trabalho desenvolvido desde junho de 1977, nas lutas da categoria.

Mestres paulistas batem o pé

Por Aldo Diógenes Lista

Conforme decisão tomada em assembleia, os professores municipais e estaduais de São Paulo irão propor durante o ato público do dia 23 que sejam realizadas assembleias gerais de servidores para continuidade da campanha salarial que está sendo encaminhada em conjunto com os diversos setores do funcionalismo público. Essa assembleia geral da categoria seria realizada, caso aprovada no ato público, no dia 1º de abril, às 14h, na Câmara Municipal.

Os professores também decidiram, em reunião realizada no último sábado, que a divulgação dessa assembleia geral deverá ser feita através de seus representantes na Coordenação Geral da campanha, de boletins a serem distribuídos no ato público do dia 23 e, verbalmente, nas escolas e repartições públicas.

Além da reivindicação comum a todo o funcionalismo público — 70% de reajuste salarial mais dois mil cruzeiros fixos —, os professores têm alguns itens a serem atendidos: estabilidade; aposentadoria aos trinta anos, para homens, e aos 25, para mulheres, com contagem recíproca de tempo de serviço; pagamento integral até o dia 10 de cada mês; adicional noturno, 13º salário concomitante com a licença-prêmio; reajustes salariais trimestrais;

equiparação salarial entre aposentados e ativos; extinção da lei antigreve; sindicalização a todos os servidores públicos, que estão impedidos pela legislação vigente de constituírem sindicatos; e regulamentação do Estatuto do Magistério.

Durante a assembleia dos professores da rede pública de ensino, um operário metalúrgico, ao informar que a greve o ABC continuaria, foi muito aplaudido. Nessa mesma oportunidade, solidarizando-se com os metalúrgicos, os professores arrecadaram Cr\$ 3.800,00 para o fundo de greve e propuseram que fosse redigido um abaixo-assinado em apoio aos metalúrgicos, a ser passado nas escolas públicas. Também foi aprovada uma moção de apoio aos professores do Rio de Janeiro que se encontram em greve.

Particulares

Os professores da rede particular de ensino de São Paulo também realizaram campanha salarial reivindicando 66,2% de aumento salarial; piso hora-aula de Cr\$ 128,00; estabilidade no emprego, reajustes trimestrais; fim de taxa assistencial, cobrada pelo Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro) a cada reajuste salarial acima do índice oficial; pagamento de reuniões adicionais ao 13º salário e pagamento da hora-atividade na base de 20%.

Ele está proibido de escrever em 9 jornais

Nome: Antonio Carlos Félix Nunes. Profissão: jornalista do setor sindical. Tempo de casa: 15 anos. O patrão prefere pagar mensalmente seu salário, mas não quer ver uma linha sua nos jornais da empresa «Folhas» defendendo os trabalhadores ou atacando o peleguismo. Aqui, nesta entrevista, o homem proibido conta suas histórias e conversa sobre o jornalismo sindical, área em que milita há 22 anos.

Por Flaminio Fantini

— Acompanhando de perto esta greve que se desenrola há dez dias no ABC, percebe-se que o elo diário entre as diretorias sindicais e a massa de 150 mil metalúrgicos, além das assembleias, são os boletins, bastante superficiais, que no máximo divulgam a orientação do que fazer no dia seguinte, isto é, se deve ir ou não para a porta da fábrica, se deve evitar ou não provocações etc. Neste momento de intensificação das mobilizações, não caberia ao sindicato dar ênfase na sua imprensa, nos seus jornais, como órgãos que levassem uma mensagem mais ampliada e frequente que as meras e telegráficas palavras de ordem?

— Exato. O jornal deveria ser isso, o sindicato devia ter jornal para cobrir os momentos importantes da vida do movimento operário, principalmente numa fase desta em que a grande imprensa pode não refletir exatamente o caráter do movimento. Um jornal da própria classe seria um espelho fiel do que está acontecendo e também um veículo de divulgação da mensagem e das palavras de ordem dos sindicatos. O que acontece é que as direções sindicais de um modo geral, sejam elas autênticas ou pelegas, não vêem o papel da imprensa deste ponto de vista. Eles ainda estão muito afastados da ideia da comunicação. Eles têm o jornal assim na conta de um veículo que comunica, mas não é lá estas coisas. Eles não se conscientizaram ainda deste papel da imprensa sindical. Como o jornal custa dinheiro para o sindicato, talvez seja uma despesa grande entre as diversas que a entidade tem; eles então relegam a feitura de um jornal ao extremo, atendem primeiro outras necessidades que eles acham prementes e o jornal é atendido por último e com a sobra do dinheiro, por que se não sobra eles também não fazem. Tudo isso porque os dirigentes sindicais não tomaram consciência ainda do papel da comunicação deles a partir dos sindicatos. Mas os antepassados destes dirigentes sindicais, de 1917, 1918, 1920, eles tinham uma consciência bem maior. Por exemplo, o sindicato dos gráficos, que hoje não tem jornal, chegou a ter em 1918, 1920, uma edição diária, naqueles tempos mais difíceis. Mas o sindicalismo daquela época era originário do movimento sindical mundial, tinha uma consciência muito grande da importância da imprensa, da divulgação. Esta falta de reconhecimento do papel da imprensa sindical fica patente nesta época de greve agora — mesmo os autênticos preferem fazer o jornal depois que terminar o movimento e não no decorrer dele.

— Você podia fazer uma descrição do que hoje é o jornalismo sindical no Brasil?

— O jornalismo sindical aqui não tem grande expressão, como tem em outros países. Nestes últimos tempos é que surgiram alguns jornais voltados para os problemas sindicais e operários, mas ainda com muita timidez. Também há um

outro que não chega a ser propriamente combativo, jornais que vivem mais em função das diretorias, do seu relacionamento com as autoridades, voltada para o lazer e assistência social do sindicato.

E antes de 64, teve uma fase mais combativa, uma época em que os próprios sindicatos eram mais atuantes, em que as entidades saíram das mãos de dirigentes sindicais getulistas. Então teve uma era em que os sindicatos deram muita importância à divulgação, surgiram vários, no período de 58 a 64.

Eram voltados para a organização dos trabalhadores e todo seu conteúdo girava em torno da união, das reivindicações, das movimentações políticas, eram jornais bons, de luta. Em 64, todos desapareceram. E só ressurgem a maioria de três, quatro anos para cá. O sindicalismo da época sentiu muito o peso da repressão do novo governo.

— Nunes, traça aí o perfil de um típico jornal do peleguismo. Que assuntos teria, quais temas são abordados?

— O pelego muda de cor, como o camaleão. E hoje ele não faria um jornal que correspondesse à sua peculiaridade tradicional de dirigente sindical pelego. Ele teria hoje um jornal com alguma semelhança ao jornal do sindicato combativo. Não tem outra maneira do pelego se colocar na crista da onda e acompanhar o sindicalismo, senão ele se aproximar do processo do movimento operário. O jornal do pelego hoje aborda também problemas de greve, da estrutura sindical, as reivindicações específicas da categoria, mas não se aprofunda nas questões; ele aborda e noticia o fato mas não analisa nem oferece perspectivas para o trabalhador. E o caso por exemplo do jornal dos metalúrgicos de São Paulo: diz que aconteceu uma greve em novembro, pois a greve é notícia; aconteceu o congresso estadual de metalúrgicos é notícia, mas o jornal não apresenta nenhuma saída para os trabalhadores se organizarem. Tirando esta parte reivindicatória, como o forte do sindicato pelego é a assistência, dão muita ênfase para assistência. Os jornais trazem páginas inteiras com médico, lazer, tudo que o sindicato oferece gratuitamente como assistência, o jornal destaca isso que é para atrair o trabalhador para aquela atividade assistencial. Hoje é assim, mas antes quando havia maior repressão contra os trabalhadores eles, se limitavam a divulgar os aspectos assistenciais e a fazer promoção da política governamental. E comum por exemplo uma fotografia muito grande do ministro na primeira página anunciando que ele tomou esta ou aquela medida em favor do trabalhador, ou então, a foto de um banquete entre os dirigentes sindicais e autoridades. Esta é a característica da imprensa pelega quando o sistema está fechado e não há luta e eles são os únicos a dirigirem o movimento. Mas agora quando o sistema está mais aberto eles se aproximam dos autênticos, mas sem nunca tomar



uma posição clara, se limitam a divulgar simplesmente o que acontece. Os trabalhadores de modo geral não se interessam por estes jornais. Pegam, rasgam, jogam fora. A única coisa que atrai e faz com que eles tomem conhecimento do jornal são as informações relativas à assistência que o sindicato presta — querem saber o horário do médico, o horário do dentista, quando ele pode ir à colônia de férias do sindicato.

— Você podia contar a experiência do jornal «A Tribuna Metalúrgica» lá em São Bernardo, que você dirige há oito anos?

— Surgiu até de uma maneira engraçada. O presidente do sindicato na época era o Paulo Vidal e ele não tinha grande prestígio junto aos trabalhadores de São Bernardo do Campo. Foi um sujeito que concorreu com oposições e foi muito atacado e ficou mais ou menos desmoralizado durante algum tempo. Então ele sentiu a necessidade de desfazer essa onda de desmoralização em que foi envolvido. Ele idealizou o jornal e pediu que eu o estruturasse, que ele queria se dirigir aos trabalhadores e fazer com que a imagem dele chegasse até eles, a imagem real, que não era aquela que a oposição divulgou. Nos primeiros números da «Tribuna Metalúrgica», os trabalhadores estavam tão desacreditados com relação ao presidente do sindicato que eles também não liam o jornal, pegavam e simplesmente jogavam fora. Teve caso até de trabalhador rasgar, fazer um bolo e atirar na cara do Paulo Vidal, que estava distribuindo. O pessoal não sabia o que tinha dentro do jornal, não chegava a ler, por que simplesmente não acreditava que o sindicato pudesse fazer alguma coisa em função dos trabalhadores. E começamos então a quebrar a cabeça para saber como fazer o pessoal ler o jornal. E foi aí que surgiu então o João Ferrador, o personagem que nós idealizamos e que sairia como uma atração para o metalúrgico tomar confiança e ler o jornal. Saímos no terceiro ou quarto número com o Bilhete do João Ferrador que não era ainda nem um personagem, era um tipo do jornal, desenhado pelo Otávio, em que o João Ferrador assina em baixo de bilhetes dirigidos às autoridades. Bora, alguns metalúrgicos tiveram curiosidade leram o João Ferrador e propalaram e passaram para os outros e aí o jornal começou a ser lido. O pessoal começou a abrir o jornal para ler o João Ferrador e acabaram tomando conhecimento de todo o conteúdo do jornal e passaram a ter uma outra ideia do sindicato e do Paulo Vidal, mudou completamente. O jornal ficou sendo uma atra-

ção de tal maneira, que se atrasasse a saída, os metalúrgicos iam no sindicato cobrar querendo saber por que não saiu naquele mês. Ao ponto do Paulo Vidal me dizer o seguinte: se antes eu estava desmoralizado por não fazer nada, agora se eu parar de fazer o jornal é que vou me desmoralizar mais ainda; o jornal não pode parar e não pode recuar na sua linha editorial. Foi assim que a «Tribuna Metalúrgica» cresceu e cada vez mais passou a ser a principal mensagem do sindicato. Foi através do jornal que toda esta organização acabou desembocando na greve de maio do ano passado, foi feito todo o trabalho de união, organização e confiança no sindicato. Foi através do jornal que os trabalhadores ganharam estímulo, confiança e consciência da organização sindical, e acabaram se conscientizando de tal maneira que fizeram a greve de maio. O jornal teve um papel fundamental dessa organização de São Bernardo.

Foi lançado em 1970 e circulou neste período 45 números. A «Tribuna Metalúrgica» saiu de um esquema, uma norma adotada por todos os jornais de entidade de classe que é a de se limitar a divulgar acontecimentos exclusivamente ligados à categoria. «Tribuna Metalúrgica» logo que saiu passou a abordar os assuntos mais gerais, sempre do ponto de vista de classe. Assunto que a imprensa diária divulga, mas analisado do ponto de vista de classe. Além dos assuntos específicos da categoria, o jornal abordava o movimento sindical de outros países, a política convencional, as manifestações e os atos do governo relativos às mais variadas questões, cultura, teatro, cinema, televisão, livros, enfim um jornal completo como um jornal. Assim, serviu inclusive para renovação da imprensa sindical em geral.

— Como você começou a fazer jornalismo sindical?

— Fazer jornal para sindicato eu comecei em 1958. O primeiro foi para o sindicato dos padeiros de São Paulo. E depois fiz uma série de outros, parei, voltei, mas fiz com muito mais intensidade a partir de 1965, quando comecei a fazer a Folha Bancária.

Como jornalista da imprensa diária eu comecei a dar os primeiros passos como foca, em 1956, num jornal popular, o Notícias de Hoje, onde permaneci até fechar, em 1958. De lá para cá trabalhei em vários jornais, talvez uns dez, sempre em imprensa operária e popular, fazendo cobertura sindical e também reportagens diversas.

Estou no Notícias Populares desde maio de 64, há 15 anos praticamente. Até pouco antes eu tinha três empregos, mas acabei perdendo todos. De repente apareceu esta vaga e eu fui para lá. O jornal era do Herbert Levi, depois foi vendido para a Folha da Manhã. Lá desde que eu iniciei fui contratado para fazer o setor sindical, especificamente, sem obrigação de fazer outra coisa, isto constava do meu contrato de trabalho. Varei a época da censura governamental, a época difícil em que os jornais eram violentamente podados, mas eu conseguia de uma forma ou de outra driblar a censura e manter o meu noticiário diário no Notícias Populares. E de qualquer maneira refletia o movimento sindical, tanto o peleguismo quanto a reação do movimento operário contra a repressão e o próprio peleguismo. Usando de habilidade na linguagem eu consegui manter esta coluna durante 13 anos. Em 1975,

quando a repressão contra a imprensa já tinha abrandado alguma coisa, eu fui pela primeira vez censurado, quando foi descoberto que a construtora Alfredo Matias mantinha prisões privadas nas suas obras para punir trabalhadores. Ocorreu que um trabalhador quase foi morto numa prisão dessa, virou caso policial, e veio à tona, noticiado por toda a imprensa, já sem restrição, sem qualquer censura policial. Eu me propus a examinar a questão do ponto de vista trabalhista, quais seriam as implicações, e mostrar a omissão do Ministério do Trabalho com relação ao problema. Fiz uma matéria e saiu. A segunda era uma continuação da primeira, que não tinha saído por problema de espaço, que era pequeno. Esta não saiu: foi a primeira vez depois de 13 anos que a minha coluna deixou de sair no jornal. O editor do jornal, Ramadan, retirou a matéria da oficina e não deu nenhuma satisfação. Eu me rebeli contra este ato do editor e em consequência ele acabou me proibindo de escrever a coluna. Já faz mais de três anos que eu não escrevo no Notícias Populares.

Logo que fui vetado no Notícias Populares eu consegui escrever na Folha de São Paulo, matérias de análise sobre o movimento sindical, com muita cautela, respeitando a linha editorial da empresa. Fui escrevendo numa fase de abertura já sem qualquer censura à imprensa, e o movimento sindical já com liberdade maior para se movimentar. Devido à campanha sistemática que eu fazia através dos meus artigos contra o peleguismo eu acabei censurado também na Folha de São Paulo. Aí o que influiu foi a censura mesmo do patrão. O Fria declarou que eu estava contrariando os interesses de classe dele e por esta razão eu não podia escrever em nenhum jornal dele. Eu só voltaria a escrever quando ele tivesse um jornal sindical, o que eu acho que não vai acontecer nunca. Continuo hoje como empregado recebendo meu salário mas proibido de escrever nos nove jornais da empresa Folha da Manhã.

Não perca, a partir da próxima semana, neste semanário

Memórias de Antonio Carlos Felix Nunes: a crônica da luta operária na Zona Leste de São Paulo, da morte de Getulio Vargas aos anos 60.

Polêmica

O Conflito na Indochina



Heng Samrin Presidente do FUNKS

Se não há dúvida quanto ao caráter reacionário da política externa chinesa que culmina agora na absurda agressão ao povo vietnamita, o mesmo já não ocorre em relação ao caráter da participação do Vietnã na derrubada do bárbaro regime de Pol Pot no Camboja.

Vários setores da esquerda hesitam diante da afirmativa de que trata-se de uma «invasão» do Vietnã com fins claramente hegemônicas, dado seu atual alinhamento com a URSS.

Wilfred Burchett, um dos jornalistas mais entendidos sobre a história da Indochina, amigo e admirador do príncipe Norodon Sihanuk, não partilha essa hesitação. Depois de passar 30 dias no Vietnã, concluiu pela total legitimidade e coerência desse país em apoiar o movimento de resistência no Camboja. Os artigos que se seguem foram publicados pela revista *Afrique-Asie*, números 179 e 182.

Por Wilfred Burchett



Mao e Nixon

A Insurreição Inevitável

«Com ou sem a URSS as relações sino-vietnamitas iriam se complicar. Com ou sem o Vietnã, um movimento de resistência no Camboja tentaria derrubar Pol Pot».

A reunião de janeiro do Conselho de Segurança da ONU ao invés de se preocupar com a sorte do povo cambodjano, foi apenas um palco para as grandes potências se enfrentarem deixando-se de lado os verdadeiros problemas.

Os debates foram tão confusos que para o grande público tornava-se difícil enxergar quais eram as verdadeiras questões. E havia duas essenciais.

A primeira é que, com ou sem a URSS, as relações sino-vietnamitas iriam complicar-se. A segunda é que, com ou sem o Vietnã, um movimento de resistência seria formado no Camboja para derrubar o odioso regime de Pol Pot.

Primeira questão. É preciso que se saiba que durante os mil primeiros anos de nossa era - e mesmo antes - o Vietnã foi ocupado pela China. Em 938 uma resistência vietnamita que jamais havia cessado conseguiu finalmente vencer os chineses. Mas nos séculos que se seguiram, cada dinastia chinesa (sem falar dos mongóis de Kublai Khan que tomaram Pequim) tentou reconquistar o país. E, no século XX ainda, a China do Kuomintang ocupou o Vietnã do Norte até o 16º paralelo. Para quem conhece os fatos históricos a tese defendida pelos chineses no Conselho de Segurança da ONU e segundo a qual o conflito Vietnã-Camboja seria uma mera consequên-

cia da vontade soviética de hegemonia no Sudeste Asiático não se sustenta. Além disso, quando os Hans, os Mings, os Sung e os Chins queriam submeter a península indochinesa, a URSS nem sequer existia.

Anteriormente os revolucionários vietnamitas quiseram «esquecer» as inúmeras tentativas chinesas de conquistar seu país, mas ficaram profundamente chocados ao ver, em pleno 1954, num livro destinado aos alunos do secundário, um mapa da China que incluía em todo ou em parte, dezesseis países definidos como «partes do território chinês que os imperialistas apropriaram...». Figuravam nesse mapa o conjunto do Vietnã, o Laos, o Camboja a Tailândia, a Malásia, o Nepal e outros países mais, assim como vastas regiões da Índia, do Japão e da URSS. Evidentemente, ninguém nega que a China tenha sido absurdamente maltratada pelas potências imperialistas (inclusive a Rússia dos Tsares) mas a China de Mao cometeria um erro de fazer seu o sonho de seus antigos imperadores. Esse foi notadamente o caso, em 1954, quando o Vietnã venceu os franceses.

Pode-se igualmente constatar que a China leva uma política destinada a favorecer seu próprio expansionismo no Sudeste Asiático. Ela utiliza para isso os vinte milhões de chineses que vivem fora da China e que representam um

grande poder econômico assim como todos os partidos desta parte do mundo considerado por ela como «marxistas-leninistas». O Vietnã socialista constitui certamente um obstáculo à realização desse sonho hegemônico... enquanto que o regime de Pol Pot era um dócil instrumento da propaganda chinesa.

Denunciando o «expansionismo soviético» a China quer desviar a atenção de seu próprio expansionismo. E o fato de que a ameaça chinesa tenha conduzido o Vietnã a estreitar seus laços com a URSS não muda em nada o problema: por mais preocupante que isto seja para os progressistas de nosso tempo, o fato é que os fatores históricos e geopolíticos hoje se impõem sobre a ideologia.

Segunda questão. Pretender que a derrubada do regime de Pol Pot seja a consequência de um «complot soviético» é absurdo. Independentemente desse regime bárbaro ser sustentado pela China, pelo Vietnã ou pela URSS, a insurreição teria lugar de qualquer modo. A contradição Vietnã-Camboja não nasceu apenas da rivalidade entre a China e a URSS. Mas ao sustentar Pol Pot até o fim, a atual direção chinesa foi apenas lógica com ela mesma: ela sustentou Pinochet no Chile, o Xá no Irã, Mobutu no Zaire, a FNLA (ligada à CIA) em Angola - e tem hoje uma política mais que complacente com os Estados Unidos.

O Cabo da Vassoura

Em 1972 Nixon sugeriu a Mao que convencesse vietnamitas, laosianos e cambodjanos a deporem as armas. Sabe-se o que se seguiu. Em 1979, depois da viagem de Teng Hsiao Ping aos Estados Unidos, a China ataca o Vietnã. Assim as questões anteriores ficam mais claras.

Em agosto de 1969, Penn Nouth, velho shanukista, foi substituído no posto de Primeiro Ministro cambodjano pelo pró-americano Lon Nol. Uma das primeiras coisas que ele fez foi exigir a saída da FNL vietnamita, seus homens estacionados nas regiões fronteiriças com o Camboja e a não utilização do porto de Kompong Som. Os vietnamitas que haviam concluído acordos precisos com Sihanuk exigiram que esses fossem respeitados.

Em 1º de outubro, festas pelo vigésimo aniversário da revolução chinesa, Lon Nol e Pham, Van Dong foram convidados a Pequim e submeteram a questão aos chineses. Estes deram razão a Lon Nol e advertiram Pham Van Dong que se a FNL não cedesse, surgiriam «graves dificuldades».

Em 18 de março de 1970 quando Lon Nol e Sirik Matak depuseram Sihanuk, Pol Pot estava em Pequim. No dia seguinte, vindo da URSS, chegou Sihanuk: quando disse a Chou En Lai que estava disposto a lutar, este o aprovou com entusiasmo.

AS TRÊS FRONTEIRAS

No mesmo dia, em Pequim, Sihanuk lançou um apelo pela criação de uma frente única de resistência. E como os chineses hesitavam em lhe conceder apoio publicamente Sihanuk pediu a Pham Van Dong que viesse vê-lo em Pequim. O dirigente vietnamita chegou três dias depois e lhe prometeu apoio irrestrito. Sihanuk então lançou o famoso apelo de 23 de março. Alguns dos Kmers vermelhos mais conhecidos, que estavam em contato com Hanoi, responderam favoravelmente.

Em 5 de abril, com 18 dias de atraso, Chou En-Lai, da Coreia do Norte, anunciou publicamente o apoio da China a Sihanuk. Mas era um acordo condicional: os chineses não aceitavam o primeiro ponto do apelo do príncipe, ou seja, a derrubada do regime de Lon Nol. Embora Pol Pot afirmasse que derrubar Lon Nol não passava de uma pretensão ridícula, os chineses tinham provas convincentes da popularidade de Sihanuk. Mais ainda, Nuon Chea, que na ausência de Pol Pot dirigia o PC cambodjano, obtivera ajuda militar dos vietnamitas e graças a ela as tropas

sihanoukistas haviam libertado totalmente quatro províncias cambodjanas de fronteira comum com o Vietnã.

Quando para salvar o regime ruído de Lon Nol, as tropas americanas e sul-vietnamitas invadiram o Camboja (30 de abril - 1º de maio de 1970), Pol Pot já havia retornado ao país. Desta vez ele mesmo implorou a ajuda militar do Vietnã e este concordou. No entanto, uma vez afastado o perigo, Pol Pot pediu a saída dos vietnamitas - eles se retiraram.

Em resumo, todas as vezes que a resistência cambodjana solicitou a ajuda dos vietnamitas, ela a obteve e todas as vezes em que ela lhes pediu que se retirassem, eles o fizeram. Quanto a isso cambodjanos e vietnamitas sempre se ativeram estritamente às decisões tomadas na conferência de cúpula dos povos da Indochina, efetuada em fins de abril de 1970, sob a iniciativa de Sihanuk.

A certos episódios dessa conferência permitem compreender melhor a atitude de que a China adotou mais tarde no conflito Vietnã-Camboja. Quando Sihanuk lançou a idéia de um encontro de cúpula, os chineses propuseram que se realizasse em Pequim. Evidentemente, os participantes não concordaram e a conferência se realizou em uma zona próxima das fronteiras dos três países.

Outras coisas mais são inexplicáveis se não se tem em conta qual era a «grande estratégia» de Mao. Depois da visita secreta de Kissinger a Pequim, em junho de 1971, Mao mandou chamar Pham Van Dong e lhe revelou sua intenção de se aproximar de Nixon. «Nós vamos negociar com Nixon», disse ele. «Um velho provérbio chinês diz: quando o cabo da vassoura é muito curto, não se pode perseguir as aranhas. O cabo da vassoura chinesa é muito curto para expulsar Chang Kai-shek de Taiwan. E o cabo da vassoura vietnamita é muito curto para expulsar Nguyen Van Thieu de Saigon».

Pham Van Dong respondeu: «O cabo da vassoura vietnamita é longo o bastante para expulsar todos os fantoches americanos do Vietnã do Sul.» O que, segundo um testemunho, deixou Mao insatisfeito.

Depois dos encontros entre Kissinger e Chou En-Lai, os chineses aconselharam o Camboja a aceitar a proposta americana: formar uma coalisção

tripartite que compreendesse Sihanuk, Lon Nol e como representante da «terceira força», o antigo Primeiro-Ministro, Son Sann. Sihanuk recusou e os Kmers vermelhos (então representados em Pequim por Ieng Sary) também não aceitaram. Os chineses continuaram, apesar disso, a defender a posição de Kissinger. Tentaram promover um encontro em Cantão, entre Son Sann e Penn Nouth, na época Primeiro Ministro do GRUNK. Mas Ieng Sary protestou junto aos chineses e estes abandonaram a idéia. Os dirigentes vietnamitas encorajaram vivamente Sihanuk a recusar qualquer solução de compromisso.

Enquanto isso, Mao e Nixon se encontraram. O comunicado publicado depois do encontro declarava que os Estados Unidos se empenham em retirar progressivamente suas tropas e suas instalações militares de Taiwan na medida em que a tensão diminuir nessa parte do mundo.

Os pretextos

Era uma maneira de Nixon dizer aos chineses: «Empenhem-se em fazer seus amigos, vietnamitas, cambodjanos e laosianos a deporem as armas e vocês recuperarão Formosa. «É justo supor que Nixon também conhecia o provérbio chinês e sabia que Mao tinha um cabo de vassoura muito curto. Mas vietnamitas, cambodjanos e laosianos lutavam pela vitória total. Quando ela foi obtida, os chefes das resistências vietnamitas e laosianas permaneceram a postos para regulamentar os problemas de reunificação e de reconstrução. Mas a direção da resistência cambodjana foi completamente desmantelada. A facção de Pol Pot acabou por se atribuir todo o mérito da vitória e se alinhou aos governantes chineses que, no quadro de uma política externa reacionária se voltam contra a revolução vietnamita. Conduziu por Pol Pot e Ieng Sary, Phnon Penh se prestou à política chinesa de desestabilizar a República Popular do Vietnã reunificado. O pretexto foi a afirmativa de que o Vietnã queria integrar o Camboja em uma federação indo-chinesa dominada por ele próprio, com ocupação dos territórios cambodjanos.

Funck: Por um Regime Popular

Quem são os dirigentes da revolta contra Pol Pot e Ieng Sary? Qual é o seu programa?

Assim como a maioria dos progressistas que defendera o povo cambodjano em sua luta contra o imperialismo americano e o repugnante regime de Lon Nol, inicialmente eu me recusei a acreditar nas histórias horríveis que os refugiados cambodjanos contavam.

Atrocidades, massacres de famílias inteiras, o trabalho forçado, separação de pais e filhos, casamentos em massa de casais que não desejavam viver juntos, fome por toda parte, a liquidação dos intelectuais! E tudo isso em nome do socialismo!

Que progressista poderia acreditar nisso? No entanto, ao longo dos meses as provas começaram a se acumular. Os refugiados vindos de todas as províncias do Camboja e que pertencentes a camadas sociais muito distintas repetiam histórias muito semelhantes. Além do mais, uma cortina de silêncio caíra sobre o país, do qual nenhuma notícia saía e isto suscitava a desconfiança.

Como eu tinha sido um dos mais calorosos defensores dos revolucionários cambodjanos, pensei poder retornar a esse país: estava certo de encontrar aí algo que pudesse corrigir a terrível imagem apresentada. Mas minhas inúmeras solicitações ficaram sem resposta. Eu estava de fato surpreendido com isto porque além do mais eu havia reencontrado Sihanuk em outubro de 1975, justamente antes de seu retorno definitivo ao Camboja e ele me prometera que eu seria «um dos primeiros senão o primeiro jornalista a entrar em seu país».

Fiquei ainda mais surpreso quando soube dos primeiros jornalistas que entraram no país. Eles não eram conhecedores dos problemas do Camboja - com exceção talvez de Vittorovich, um realizador iugoslavo de documentários. Em 1978, ele passou um filme sobre o Camboja de Pol Pot dando uma imagem sinistra do país e um dia me confidenciou: «Sim, é terrível. Mas a realidade é cem vezes pior do que eu pude dizer».

Do meu lado, depois de ter interrogado dezenas de refugiados do Camboja - tanto cambodjanos como

de origem chinesa e vietnamita - estava convencido que as histórias mais horríveis estavam ainda abaixo da verdade. Em quarenta anos de jornalismo, jamais havia escutado nada parecido.

O PROGRAMA DO FUNKS

Ao se ler o preâmbulo do programa em onze pontos do FUNKS (Frente de União Nacional pela Salvação do Kampuchéa) formado em 2 de dezembro de 1978, pode-se ter uma idéia do que aconteceu no Kampuchéa desde os 17 de abril de 1975, dia da derrubada do regime de Lon Nol. «Durante três anos, o Kampuchéa viveu sob uma ditadura militarista e fascista de uma ferocidade sem exemplo na história. A clique reacionária de Pol Pot e Ieng Sary reinou sozinha».

«Nos dias que se seguiram à libertação em nome de uma «revolução social radical, em todos os níveis» e sob pretexto de purgar a sociedade, eles esvaziaram as cidades, obrigaram milhões de cidadãos a abandonar suas casas e seus bens para irem viver no campo na miséria e em regime de trabalho forçado, o que os condenava inevitavelmente a morrer».

«Quanto ao programa propriamente dito, os quatro primeiros artigos e o início do quinto dizem que a Frente sucederá um governo provisório e que organizações democráticas serão ativadas em todos os níveis. A segunda parte do artigo propõe: «Suprimir a obrigação de trabalhar e de se alimentar em comum... Suprimir o confisco do arroz e os bens do povo... Criar um banco, uma moeda, restabelecer e melhorar a circulação das mercadorias... Suprimir a extenuante prática do trabalho forçado... Estabelecer a jornada de oito horas e a atribuição de salários de acordo com o princípio à cada um segundo o seu trabalho. «Artigo 6: «Supressão dos casamentos forçados... Restabelecimento de uma vida de família normal... Igualdade entre os homens e as mulheres».

Artigo 7: «Desenvolvimento de uma cultura nacional e popular. Eliminação

do analfabetismo. Criação de estabelecimentos para os estudos primários e superiores, criação de escolas técnicas. Empregar os cientistas, os técnicos, os artistas e os operários nos campos culturais de acordo com sua capacidade».

Talvez, melhor ainda que seu preâmbulo, esse programa permite que se imagine o que era o regime de Pol Pot. Ele permite ainda compreender que a criação do FUNKS não ocorreu ao acaso: é uma decorrência natural de três anos de intolerável opressão. Além do mais, de fevereiro de 1977 a maio de 1978, seis grandes levantes militares contra Pol Pot estouraram em diversos pontos do país. O mais importante começou em 28 de maio de 1978: várias unidades das divisões 280 e 290 de Phnon Penh se amotinaram e libertaram nas províncias do leste, vizinhas do Vietnã, uma zona de 15 mil quilômetros quadrados.

Um dos dirigentes desta revolta era So Phim, vice-presidente do Kampuchéa, comandante em chefe-adjunto das Forças Armadas e presidente do Burô Político do Partido na zona 203. Trinta batalhões participaram do levantamento, reforçados por numerosos desertores do exército de Pol Pot e por um grande número de cambodjanos refugiados no Vietnã. (2)

Não deve surpreender então que os quatorze membros do FUNKS sejam antigos chefes políticos e militares dos Kmers vermelhos, altamente situados, que consideraram que Pol Pot e Ieng Sary traíram a revolução. Entre eles está Heng Samrin, presidente do Comitê Central, antigo membro do comitê executivo do Partido do Kampuchéa para a zona 203; Ros Samay, secretário geral que foi oficial no quartel geral de Pol Pot; Chea Sim, vice-presidente do Comitê Central, antigo secretário regional do PC do Kampuchéa e antigo deputado na Assembleia Nacional. E quando o Governo Provisório for formado, pode-se ter certeza de que dele farão parte outras personalidades que tomaram parte ativa na luta contra os Estados Unidos e o regime de Lon Nol.

Os Verdadeiros Agressores

Em dezembro de 78, Pol Pot afirmou à imprensa estrangeira que o Camboja estava atacando preventivamente o Vietnã. Nesse caso, a agressão não teria partido dos vietnamitas.

A propósito do papel desempenhado pelos vietnamitas na questão cambodjana, falou-se muito de «invasão» e até mesmo de «conquista».

Em primeiro lugar, em Hanoi não se escondia de modo algum que o Vietnã sustentava o FUNKS e estava prestes a fazer muito por ela. Digamos igualmente que com ou sem o apoio do Vietnã um movimento de resistência seria criado no Camboja e tudo faria para derrubar um regime de terror universalmente condenado. E digamos enfim, a esse propósito, que o chamado «mundo livre» tem verdadeiramente a memória curta.

Um exemplo: há poucos meses o senador americano McGovern, antigo candidato à Casa Branca, pedia às Nações Unidas que empreendessem uma ação militar para derrubar o que Jimmy Carter, entre outros, chamava - não sem razão - o regime bárbaro de Phnon Penh. Se MacGovern fosse atendido e se as tropas da ONU derrubado Pol Pot, se diria no «mundo livre» que elas haviam libertado o Camboja.

Ora, depois que o povo cambodjano se sublevoou e em poucos dias derrubou o dito regime, o Vietnã tornou-se o «traidor» do drama e é denunciado como agressor. Em boa lógica, na medida em que os vietnamitas ajudaram o FUNKS, o senador MacGovern e seus pares deveriam felicitar-lhes por terem contribuído para abater a barbárie.

Na realidade, nesta questão, o Vietnã agiu com moderação. Se examina, sem paixão, o que foram durante esses últimos anos, as difíceis relações entre o Vietnã e o Camboja, quem é o agressor e quem é a vítima?

Não tenhamos memória curta. Lembremo-nos. Lembremo-nos das

fotos de centenas de vietnamitas do Camboja cujos cadáveres, mãos amarradas nas costas, flutuavam sobre as águas do Mecong: era março de 1970, alguns dias depois que Lon Nol tomara o poder. Os vietnamitas jamais imputaram esses crimes ao povo cambodjano e, ao preço de um sacrifício considerável, já que emprendiam sua própria guerra de libertação. Eles ajudaram os revolucionários cambodjanos na luta contra Lon Nol e seus protetores americanos.

Lembre-mo-nos. Foi também nessa época, a pedido de Sihanuk, que os vietnamitas enviaram dois mil de seus melhores quadros para se engajar na resistência cambodjana. E foi ainda a pedido de Pol Pot que eles perseguiram as tropas de Lon Nol em quatro províncias do leste do Camboja.

Ora, o genocídio dos vietnamitas no Camboja, foi retomado por Pol Pot, após Lon Nol. De 17 de abril de 1975 (libertação de Phnon Penh) a 30 de outubro de 1978, 268.350 vietnamitas passaram do Camboja para o Vietnã, do Sul, onde chegaram doentes ou subnutridos. Se juntamos o que foram mortos por Lon Nol e depois por Pol Pot, constata-se que quase toda a comunidade vietnamita do Camboja (500 a 600 mil pessoas) sofreu sob os dois regimes cambodjanos.

Mas os vietnamitas jamais exerceram a menor represália contra as centenas de milhares de Kmers que vivem no delta do Mecong. Ao contrário, os 131.800 cambodjanos que fugiram da ditadura de Pol Pot, se refugiaram no Vietnã e foram tratados fraternalmente.

De fato, sobre «invasão» ou «agressão» são os cambodjanos os culpados. Existe um enorme dossiê dos vietnami-

tas sobre a questão. Na província de Tay Ninh, no sul do Vietnã, durante minha última visita, em dezembro de 1978, fiquei preso sob os bombardeios cambodjanos. Eu vi cidades arrasadas, outras evacuadas. Comandos cambodjanos faziam ataques noturnos em território vietnamita. Huynh Van Luan, membro do comitê popular da província de Tay Ninh, dizia então: «Desde setembro de 1977, nós tivemos 1181 mortos e pouco depois quase o mesmo número de feridos em nossas cidades fronteiriças. Nós fizemos evacuar as regiões expostas aos bombardeios e aos ataques noturnos dos comandos. Abandonamos 15.000 hectares e deslocamos 71.000 pessoas.»

Isto só em uma província. Eu soube mais tarde que, ao longo da fronteira, 200.000 hectares haviam sido abandonados e 1.250.000 pessoas deslocadas.

Em 23 de dezembro último, Pol Pot concedia uma entrevista a Elizabeth Becker, do «Washington Post» e a Richard Dudman, do «Saint-Louis Post Dispatch». Ele lhes declarou: «Nós os atacamos para impedir-lhes de penetrar em certas zonas de nosso território. Mas, se eles conseguiram entrar, terão dificuldades para sair» Isso prova que, em 23 de dezembro, não haviam tropas vietnamitas no território do Camboja ao contrário, os cambodjanos atacavam «preventivamente».

O fato é que existe, hoje, em Phnon Penh, um governo que deseja restabelecer os direitos fundamentais do povo cambodjano e está prestes a negociar um acordo pacífico de amizade com o Vietnã. Se se é partidário da paz e se se crê nos direitos do homem, não se pode deixar de saldar o FUNKS. E saldar os vietnamitas que os ajudaram.

Censura também é cultura?

A Censura pode passar do Ministério da Justiça para o da Educação e Cultura, no todo ou em parte. Mas sabemos que quem parte, reparte, e não fica com a melhor parte ou é bobo ou não tem arte.

Por Flávio Aguiar

Novo governo, novos ministros velhas questões: volta à baila o que se faz com a censura sobre a produção intelectual do País, se fica mesmo no Ministério da Justiça ou se passa para o Ministério da Educação e Cultura. A ideia, que agora ressurgiu timidamente sob a égide da «abertura», fora embandeirada no governo anterior, sob a égide da «distensão». Na época, lá pelos idos de 74, quando o governo ainda achava que podia ganhar eleições, também se falou na criação de uma espécie de Conselho Federal de Censura (assim como existem o de Educação e o de Cultura), composto por intelectuais de renome e representantes do governo, que funcionaria como uma «comissão de alto nível», ou «instância de revisão» para a Censura. As opiniões variaram, desde o «pode ser uma boa» até a recusa completa, fosse por aqueles que pensavam impróprio para qualquer intelectual prestar-se a censor, fosse por aqueles que pensavam cair a troca de ministério um afrouxamento irremediável e irreparável na ilha de tranquilidade que era o Brasil.

Já houve algo parecido com isso na nossa história. Foi o Conservatório Dramático Brasileiro, ativo, com interrupções, desde a década de 1840 até a de 1870, durante o Império. O Conservatório fazia a censura e comentários críticos sobre as peças que pretendiam subir à cena da Corte. O texto liberado pelo Conservatório era

encaminhado à competente repartição de polícia, que tinha a palavra final sobre o assunto. Nomes ilustres circularam pelo Conservatório, exercendo a crítica e a censura: Martins Pena, que terminou por se desentender com a entidade; José de Alencar, que também teve desavenças com o Conservatório e com a polícia, pois esta proibiu sua peça «As asas de um anjo» em 1858; Machado de Assis, entre outros. Como se vê, a ideia realmente não é nova, e deve ser creditada ao fato de que o regime pós-64, especialmente na «era Geisel», sempre teve uma forte paixão (senão inveja) pela imagem que se faz do Segundo Império, de D. Pedro II: um mar de tranquilidade ferreamente conservador. Entretanto, o Conservatório não deu certo apesar dos anos longos em que funcionou; felizmente os intelectuais tiveram de cavar a vida de modo diferente do que pôr-se ao serviço das tesouradas do Estado. E a Censura ficou como uma «questão de polícia» apenas.

Houve depois o caso, também interessante, do Estado Novo, onde, diz-se, Gustavo Capanema, como Ministro da Educação, «cooptou», vários intelectuais para auxiliarem a pasta - e o regime. Mas, note-se bem, há uma diferença: o que os atuais detentores do poder querem não é apenas cooptarem intelectuais que sirvam de fachada para o regime. O que renasce sempre por trás da ideia dessas passagens e conselhos é a de se compartilhar da responsabilidade pela repressão e pela censura. O modelo verdadeiro, respeitadas as diferenças históricas, não é o Ministério do Estado Novo - mas sim o Conservatório do Império.

TERRENO ESCORREGADIO

Há quem argumente que a Censura, na pasta da Educação e Cultura, seria mais «branda»,

mas «sofisticada» ou simplesmente que «podia ter algum critério». Do lado do governo, fala-se em passar parte da Censura para o outro endereço - a parte referente a livros por exemplo - cujo mercado é um pouco mais restrito à intelectualidade ou público de formação pré- ou pós-acadêmica. (Isto, sem dúvida, liberaria a pasta da Educação e Cultura de todo o peso da Censura e ao mesmo tempo criaria uma imagem «favorável», de «abertura relativa».)

Nesta região, o terreno é escorregadio. A produção de Cultura, por si só, já é um jogo de claro/escuro. E através de diferentes graus de participação, acesso, produção, e apropriação de tudo o que empacotamos sob o nome de «Cultura» que se particularizam e se reconhecem as partes de uma sociedade - sejam classes, grupos, minorias, maiorias, média, vanguardas e retardadas, mediocridades ou genialidades. Podemos imaginar a Cultura como um espaço onde se aritam diferentes visões da sociedade e onde a visão dominante exerce a forma mais eficaz de sua dominação, permeando o conjunto todo com seus valores, formas de organização, e linguagem. A função do Estado - pela escola ou pela tesoura - é a de vigiar para que esse processo realmente chegue a seu fim. Para isso, nada melhor do que compartilhar a responsabilidade pela parte mais incômoda da carga de vigilância com quem, já tradicionalmente, tem uma vida um tanto conflituada com esse mesmo Estado: a intelectualidade. Este é o sentido de passar a Censura pelo menos em parte, à pasta que é mais afim, à produção intelectual em termos de um possível «diálogo». A classe dominante procura sempre legitimar-se no campo da Cultura, oferecendo os seus valores como valores univer-

sais, e ou nacionais. Mas não se pode esquecer de que é neste mesmo espaço a que chamamos de «Cultura» que, no dizer de Antonio Gramsci, se dá o momento ou a oportunidade de que se comece a formular a possibilidade de «uma nova ética» para a sociedade - ou seja - a ideia de um novo compromisso entre os homens que ajude também a conduzir a uma sociedade mais democrática e mais igualitária. E em nome de se manter aberta esta possibilidade - e a autoridade intelectual e moral para se persegui-la - que a questão, para a intelectualidade é áreas afins, não deve ser a de se saber se a Censura vai mesmo para Educação e Cultura ou fica no Ministério da Justiça. O importante é saber se o

próprio Ministério da Educação e Cultura vai desativar o seu chamado «Serviço de Segurança» que, conforme repetidas denúncias surgidas na CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo sobre a Universidade ou no Encontro Nacional de Associações Docentes, dá oportunidade a que se exerça a todo vapor a discriminação ideológica no ensino brasileiro, a par do próprio Serviço Nacional de Informações e similares. A questão, portanto, não é «pôr» mais um órgão de «segurança» no Ministério da Educação e Cultura, em nome de que isso seria mais «brando», mas sim esvaziar os que já estão lá, agindo por dentro ou de fora, e de forma nada «branda», há quinze anos.

Filósofos pedem passagem

Com duas mesas redondas, uma sobre «Filosofia no Brasil» e outra sobre «Ensino da Filosofia no Brasil», na semana passada, na USP, a Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas, SEAF; seção S.P. fundada em setembro do ano passado e contando já com 200 sócios iniciou suas promoções.

A Sociedade nasceu, reunindo estudantes e professores com o propósito de lutar contra a marginalização do trabalho filosófico em todos os níveis - desde a vigilância exercida sobre todas as formas de pensamento crítico e o afastamento arbitrário de professores, até a supressão do ensino de filosofia no secundário. A coisa não para aí; circula na burocracia governamental um projeto jogando a filosofia para a área exclusiva da pós-graduação.

A Sociedade brotou de discussões na SBPC do ano passado, a partir da necessidade de construção de uma organização racional, capaz de se contrapor às já existentes, de caráter conservador ou mesmo de direita.

SEAF's já existiam com núcleos regionais em Porto Alegre, Belo Horizonte, Belém, Campinas e Vitória. Agora, contudo também com São Paulo, cuja integração se decidiu em Congresso realizado em Dezembro passado no Rio, os filósofos contam com uma entidade nacional, se juntando assim às lutas dos demais setores populares.

No próximo sábado, dia 24 de março, a seção paulista deverá realizar assembleia para aprovação dos estatutos e eleições de diretoria definitivas.

Educação brasileira:

Atualmente, 93% das vagas disponíveis nas universidades paulistas são pagas. Este é o resultado de um plano de privatização do ensino superior posto em prática, há alguns anos, pelo regime militar. Inclusive, as declarações do recém empossado e engomado Ministro da Educação e seu par na Secretaria da Educação de São Paulo, vem, descaradamente, confirmar esta orientação.

Por Ireda A. Cardoso

A vaga de insatisfação que tem levado, primeiro estudantes e em seguida, professores de todos os níveis, a protestarem e unirem-se por melhores condições de ensino e salário é, sem sombra de dúvida, fruto da política educacional que vem sendo imprimida pelos governos do pós-64. Se não bastasse o dado, por si só vergonhoso, que revela ser o Brasil um dos últimos países do mundo no montante de verbas destinadas à Educação, (e que Educação!) - abaixo do Haiti da dinastia Duvalier - o novo governo que se instalou promete e, se não houver resistência conseguirá cumprir, acabar com o ensino público nas Universidades Federais.

Na realidade, a pública confissão, agora posta a nu pelo atual ministro da Educação - acompanhado pelo coro de acolitos - de acabar de vez com o ensino superior gratuito é a culminação de um plano que vem sendo posto em prática há longos anos, mas disfarçadamente. A intenção de estender a medida também ao segundo grau, todavia, começa já a ser também desvendada. O que aconteceu na mentalidade desses governantes tão diferenciada de governos anteriores à 64, quando a Educação era considerada um bem nacional, cujos investimentos revertiam-se, a longo ou médio-prazo, para a própria Nação?

Levando-se em consideração os dados reveladores fornecidos pelo economista e jornalista Ulisses José de Souza, em artigo recentemente publicado na «Folha de S. Paulo» («O custo do ensino superior é repassado para os alunos»), vemos que pouca coisa resta a destruir no setor do ensino público. E, além disso, o que resta do ensino público no País, encontra-se em estado de lamentável abandono, havendo necessidade de muita luta e esforço da sociedade civil para que

este último golpe sobre seus direitos não seja desfechado.

Ulisses José de Souza, depois de rigoroso levantamento estatístico, revela que 93% (passmem) das vagas disponíveis no Estado de São Paulo são pagas. «vale dizer, considerando os anos necessários para a complementação do curso, que cerca de 600 mil alunos estão arcando com o alto custo das anuidades e apenas 40 mil frequentam as escolas gratuitas».

MULTINACIONAIS

Há quem elogie a atuação das multinacionais na economia. Todavia, a entrada dessas transacionais no mundo inteiro tem operado modificações bastante lesivas ao povo, de modo geral. Se fizermos breve análise da abertura de nosso mercado, sem defesas contra essas empresas, veremos que o crescimento indiscriminado de faculdades particulares e de escolas privadas em outros níveis de ensino ocorreu ao mesmo tempo. Daí a possibilidade de estabelecermos uma ligação necessária entre os dois fenômenos.

Ninguém, em sã consciência, pode ser de opinião que é necessário ou mesmo indispensável a diplomação de nível superior para todos os cidadãos. Entretanto, num país em que a renda é de tal forma injustamente distribuída, toda pessoa que para no segundo ou primeiro grau ou, mesmo, cursa uma escola superior, de segunda categoria, é considerada marginal ou, ainda, um cidadão de segunda classe. Portanto, o problema da Educação não pode ser resolvido, como muitas das autoridades governamentais revelam diariamente, com paliativos reformistas, impedindo cada vez mais o acesso à formação de nível superior.

por outro lado, são estupefacentes os argumentos utilizados em favor do ensino superior e de 2º grau pagos. O que se usa para essa justificativa, para qualquer pessoa de mediano bom senso, só pode causar indignação. Se não vejamos: o novo secretário da Educação do Estado, Luís Ferreira Martins, e também ex-diretor do DAU/MEC, Edson Machado, ao tentarem explicar que o ensino superior deveria ser pago, alegaram que o sistema atualmente vigente é injusto, uma vez que são os estudantes com maior recursos financeiros os que conseguem entrar nas faculdades públicas. Estes - segundo eles - podem cursar melhores escolas, pagar «cursinhos» e, por isso, estariam preparados para ingressar nas Universidades de melhor qualidade - as públicas.

MOBRALIZAÇÃO

Ora, sabemos, através de pesquisas já publicadas pela Fuvest, que na Universidade de São Paulo entram, em condições quase idênticas, candidatos que fizeram ou não «cursinhos». Em segundo lugar, o argumento peca ainda pelo fato de revelar que as escolas públicas de 2º grau estão descuidadas, preparando mal o aluno. Esse fato é bastante conhecido, uma vez que o próprio ex-secretário da Educação do Estado, José Bonifácio Coutinho Nogueira, em reiteradas ocasiões afirmou que dedicaria sua administração ao 1º grau, pois não dispunha de recursos para o 2º: resta, nesse quadro, aos alunos carentes, cursar as péssimas escolas de 2º grau, do governo, e ingressar nas caras faculdades particulares, nem sempre de bom nível de ensino.

Resta ainda observar que se confessou serem as escolas públicas superiores as melhores. Provavelmente é com isso que as autoridades não se conformam. Por que não melhorar as escolas de 2º grau e abrir mais vagas nos cursos superiores públicos? Não seria esse o caminho mais sensato para preparar adequadamente uma mão-de-obra fundamental ao verdadeiro desenvolvimento econômico do País?

E eis que é aqui que a porca torce o rabo: não há propósito, ao que tudo indica, de formar essa mão-de-obra de alto nível. Com as multinacionais devorando mão-de-obra baratas e desquali-

ficada ou semi-qualificada, de que serviria uma população crítica, bem formada e bastante incoomodativa?

Ao que tudo indica, deseja-se uma país de mobralizados. Aliás, embora tenha decaído o percentual dos analfabetos (34%) adultos, em 1970, neste País, o número deles aumentou para 18 milhões, quando, em 1960, a taxa era de 39%, mas o total era de 15,8 milhões.

Os planos levam, portanto, a uma triste realidade: empurra-se a população para escolas mal cuidadas, formam-se profissionais marginalizados com lamentáveis perspectivas de vida que darão toda uma vida para copiar e repetir mecanicamente o que já vem enlatado de fora. A luta para escapar deste cerco, todavia, vem sendo ativada. Se os estudantes da USP protestam contra o preço do restaurante, são acusados de serem «filhinhos de papai». No entanto, estão denunciando o avanço do ensino pago e da ausência do Estado, cada vez maior, nos serviços que, por obrigação deve prestar à coletividade; se os

professores prometem greves, responde-se que os cofres públicos estão vazios. Esquece-se, no entanto, de que um professor com 44 horas de aulas semanais não tem condições de exercer sua função. Esquece-se de que, para que uma Nação possa conseguir sua independência econômica e E, além disso, para se desejar o trabalho do operário, é preciso que ele sobreviva e possa também aperfeiçoar-se profissionalmente. Mas, quem é que está interessado nisso? O povo fede, o povo não escova os dentes; o povo não sabe votar; o povo, portanto, deve calar-se e aceitar o destino indianizado que estão querendo destinar-lhe.

Felizmente, os professores e estudantes não aceitam esse menosprezo. A pedagogia «colonizadora», que estende seus tentáculos possantes ao ensino superior, terá seis anos e toda máquina administrativa para ser implantada. É uma tarefa que exigirá a cooptação da maioria, o que parece atualmente, impossível.



Teatro

VEREZA DESATA "NÓ CEGO"

«Nó Cego» é a peça teatral de Carlos Vereza, premiada com o Troféu Mambembe 78 na categoria de melhor cenografia e atualmente em cartaz em São Paulo. Trata-se de uma peça que não pode ser catalogada como engajada, pois permanece dentro das leis básicas do teatro, e, segundo seu autor, abrir mão destas leis seria ficar num «meio termo, numa demagogia, em que não se faz nem teatro nem política».

Por Denise Santana Fon

As coisas vão se sucedendo. Uma conversa se inicia. Poderia ser a continuação de um papo interrompido ontem. Barbosa e Do Carmo estão aí, brigando na vida, falando a mesma linguagem. Mas os silêncios, as interrogações e os medos se sobrepõem. Medo econômico, social, o medo atávico de um vidro que não foi quebrado e que sepepa o meu inconsciente do seu. O eu coletivo existe ou não? Os personagens são de hoje ou de sempre? Qual o sentido do conflito que se interpõe entre seres tão idênticos? Silêncio, pois tudo se passa à sombra de uma força.

Esse o contexto básico de «Nó Cego» que na linguagem forte e eminentemente popular de Carlos Vereza alcança uma dimensão impressionante. Aqui o imponderável da condição humana se extrapola da sua essência social e econômica e vai mais alto, rasgando e buscando nos ruídos e conflitos da alma as respostas dos silêncios.

A peça está agora em São Paulo, no Teatro Experimental Eugênio Kusnet, após uma temporada de quatro meses no Rio e de apresentações em Salvador, Recife, Belo Horizonte e Brasília.

ALGUMA ELE FEZ

Dois personagens compõem o elenco. Por cenário, uma força. Sobre o texto, fala o autor: «Não sei exatamente o que pretendi dizer com «Nó Cego». Sei que me incomoda muito a História do Brasil que aprendi, a História oficial. Creio que essa peça, a minha primeira, seja um carinhoso debruchar sobre duas pessoas (o guarda Barbosa e o catador de restos Do Carmo) que têm que aborçar cedo, pagar aluguel, e sobretudo, que têm que ter medo. É um mergulho também na reação desses homens frente ao enforcamento de uma pessoa que ambos sabiam inocente. É a reprodução de dois anônimos que, na realidade, fazem a História e são eternamente transformados em massa de manobras. «O que resultou dessa nova visão da História? Posso dizer sem errar que a resultante política de «Nó Cego» é Do Carmo e Barbosa; política

porque é sobretudo existencial, porque tenta mergulhar na alma de duas pessoas cheias de medo, duas pessoas situadas abaixo do zero social. A peça gera uma angústia muito grande nas pessoas. Elas ficam esperando uma explicação que termina por não vir. Então, é como se o espectador chegasse à mesma conclusão de Barbosa e Do Carmo: «Alguma ele fez...»

O que ele fez? Quem fez? E Vereza conduz o texto neste clima de não identificação e extemporaneidade. Na força não está ninguém. Em toda a peça, em nenhum momento, fala-se no nome ou na figura histórica do enforcado. Nome proibido? De hoje ou do passado? Um nome não importa. O essencial está no homem, em Barbosa e Do Carmo.

Barbosa está ali porque precisa sobreviver. Ele é um guarda e precisa desmontar o patíbulo antes que sobrevenha a manhã. Nada deve restar. Nenhum traço do enforcamento do homem amado deve perturbar o amanhecer da população, mesmo que o equilíbrio tenha sido quebrado. Barbosa vai cumprir sua tarefa. Do trabalho dos dois anônimos, homens do povo, semi-analfabetos, vivendo um momento de uma cidade dominada pelo medo, surgem as primeiras angústias de Barbosa:

— Até na minha rua estou sendo olhado na vizinhança como se fosse o Satanás, como se fosse a própria força ambulante.

Do Carmo vive de restos, ele próprio um resto, sua única certeza. Ele cata os restos do banquete que a sociedade consumiu. Esta sempre foi a sua vida. Mas aquela escória era diferente. Parecia que a madeira do patíbulo tinha, sangue

próprio. Mas enforcado vomita sangue? E de onde, então, vem surgindo a angústia que leva aquele homem simples, sem tormentos existenciais, a questionar e divergir do amigo que até aquele instante era igual a ele?

Um enforcamento tem seu peso próprio, pode até mudar o rumo da História Final, «só um inocente dorme na véspera da execução».

Vereza e Francisco Milani (o personagem do Carmo) acreditam que «Nó Cego» não pode ser catalogada como um péca engajada. Ambos não abrem mão das leis básicas do teatro. Caso contrário fica-se num «meio termo, numa demagogia, em que não se faz nem teatro nem política». A realidade brasileira em que estamos vivendo tem algo a ver com a peça, mas muito mais no sentido da realidade existencial de seus personagens.

Política, Vereza e Milani fazem na rua, como cidadãos brasileiros que pagam INPS, Imposto de Renda, aluguel de cada e que indagam o sentido e alcance da falada «abertura» ou da indicação de Eduardo Portela para o Ministério da Educação.

Vereza confessa-se pessimista com relação ao momento político atual. Ele acredita que essa razoável descontração política que se está assistindo é mais fruto de um diálogo que está se estreitando, do que de uma brecha que se está abrindo.

— E como uma mudança de lentes de óculos. É necessário trocá-la de vez em quando para que

se possa dar um passo mais à frente. As profundas contradições econômicas, culturais e políticas do regime estão a exigir alguns remanejamentos. Mas para continuar E uma ilusão acreditar que movimentos mais amplos, tais como o do «Custo de Vida», represente a opinião da população brasileira. Nossa sociedade somente teve uma pequena prática de democracia burguesa no período Juscelino. Já a direita, organizou-se muito: ela deixou de ser tupiniquim e criou suas bases filosóficas, com «Know-how» e tecnologia altamente sofisticadas. Ainda vai ser necessária muita luta, muito trabalho.

É dentro desta mesma ótica que Milani vê a indicação de Portela:

— Um remanejamento a mais. Claro que gostaria muito mais de ver o Drummond neste cargo. Contudo é melhor o Portela que o Zezinho Bonifácio. Resta saber, no momento em que ele questionar o regime com o seu parecer para a liberação de uma peça, de um livro, até onde vai a sua autonomia.

Carlos Vereza e Francisco Milani interpretam os dois personagens de «Nós Cego», premiada com o Troféu Mambembe 78 na categoria de melhor cenografia (Marcos Flaksman). Em virtude de solicitação de Thomas Petz, diretor do Theaterfestival de Munique, a peça está sendo vertida para o cinema. A direção de Cena é de Orlando Martins. A música, de John Nesching, é executada pelo conjunto A Barca do Sol. A iluminação é de Jorginho de Carvalho.

Pedaços de minha vida

José Emílson Ribeiro, jornalista e poeta, é preso político de Itamaracá (Pernambuco) desde 1973 teve seu olho de vidro quebrado durante torturas sofridas recentemente neste presidio, conforme relatam seus companheiros de prisão. Atualmente os presos políticos de Itamaracá estão empenhados em conseguir Cr\$ 13.000,00 necessários à recuperação do companheiro. Eis aqui trechos de um poema de José Emílson sobre sua prisão.

25 de agosto,
5 horas da manhã...
Caminho, rua a fora
longamente atento
aos meus deveres cumprir,
não posso falhar, não posso
é o amor que impõe
e eu sigo esperançoso
de encontrar e cumprir
meus deveres com amor.
Caminho longamente
atento, olhando, e...
o indesejável vigiando,
e eis que
de longe vejo
a quem procuro
e sigo
e confio
e me aproximo
de lábios abertos e na face o riso
como sempre ao seu encontro ia.
Mas...

Não é alegria que me chega,
não é amor que recebo,
não é amor que sinto,
não é felicidade que me saboja,
não é o prazer que me invade,
são seus opositos que me esperam.

E o vigiado indesejável aparece,
são cinco e trinta da manhã!
Gritos, correria,
armas em profusão,
cena de horror...
e eis que tomo, e
sobre mim caem
brutamontes às dezenas,
numa pancadaria infernal
e eu,
que da arma sacara,
nada, nada pude fazer.
Mundo paralisado, entorpecido
pelos choques dos fatos
mais pareço um grão de arroz
por formigas carregado.
ESTOU PRESO
Sou um fardo vivo
no lastro
de um carro jogado
Caras medonhas me litam,
e gritam:
«Aparelho, pontos, pontos, aparelho...»
Pancadas, contorsões, desmaios,
giros no próprio corpo, e
nos fios enrolando-se
fios trazendo
formidulosos choques
paralisando corpo e mente.

De repente...
Tudo escurece à minha vista...
É um saco negro
em minha cabeça envolvido.
E continuo, nestes estertores
até que,
do veiculo arrancam
este fantasma mascarado,
rasgado,
de sangue tingido,
e sigo
numa caminhada difícil
nas paredes, aos encontros,
choques violentos...

De repente, de repente,
numa minúscula sala estou,
toda branca, forrada, abafada
para os gritos lancinantes
das dores não trespassar.
No chão...
água, sangue, vômitos, fezes
doutros que me antecederam.
E a CÂMARA DE TORTURAS.

Agora,
nu, pendurado
com a bunda pró mundo
a fotografar
caras nojentas, imundas,
mais imundas
que minha própria bunda
que sangra e derrama
sob pressão
da haste da vassoura
fazendo as vezes
de falo devastador.
E A TORTURA...
e ouço
entre choques e dores
gritos que perguntam,
na pausa da agressão,
mostrando retratos:
«Conhece esta?»
É a mulher dele?
Aparelho, pontos, aparelho...
Não sei!
Nunca vi!
Não tenho!
Choques, convulsões...
Tiram-me do «pau-de-arara»
desatam-me as mãos
roxas, insensíveis
pelo torpor do sangue
nas veias paralisado
Puxam-me, arrastam-me
pelos cabelos,
rodopiando sobre vômitos,
fezes, baba, sangue, urina...
É A TORTURA...
Depois...
Depois a cela sem pão
que falta não fazia.
Só um desejo louco
de não viver...
Um desejo ardente, de Morrer.
Morte rápida
sem agonias.
Só tu, oh Morte,
falta fazias.

Cariocas deixam EM TEMPO

A sucursal de EM TEMPO, no Rio de Janeiro, em reunião realizada no dia 15 de março — por unanimidade dos presentes — deliberou desligar-se do jornal. Na mesma reunião a sucursal manifestou sua solidariedade ao EM TEMPO, repudiando a investida da repressão apreendendo o jornal, e, também, decidiu dar início a um processo de elaboração de projeto jornalístico alternativo. Eis os argumentos dos companheiros

Cada jornal tem o público que merece. De uma tiragem inicial em torno de 25.000 exemplares, EM TEMPO vende hoje, nas bancas, apenas cerca de 5.000 exemplares. Os débitos do jornal já atingiram seu ponto mais alto e continuam crescendo mensalmente. O jornal não vende: a crise financeira tornou-se crônica. Qual a causa deste suloco?

Existem, atualmente, duas concepções antagônicas de jornal. Acharmos que sem um público bem definido não se pode ter uma linha editorial clara. Porque jornal é jornal: trabalha com fatos e notícias do interesse do seu público.

EM TEMPO converteu-se numa tribuna de debates. Não tem uma linha editorial voltada para o grande público: os setores mobilizados do movimento popular e as grandes massas exploradas. Está descaracterizado como jornal: é mais um compêndio, ou coisa que o valha. Publica artigos e ensaios sobre verdades pré-fabricadas a respeito de temas nem sempre ligados ao dia-a-dia do movimento popular. Com textos pesados, as denúncias políticas de EM TEMPO acompanham a mesma tendência: não sendo feitas em cima de fatos concretos, resultam em meros discursos genéricos e superficiais. O jornal não atrai jornalistas profissionais porque não trabalha com reportagens.

A falta de vínculos sólidos com o movimento popular, assim como a ausência de um acompanhamento regular de seus problemas em cada frente de luta contra a Ditadura, levam EM TEMPO a retratar em suas páginas uma «salada», nem sempre com os ingredientes do «furo» jornalístico. Em muitos casos, suas matérias nada acrescentam, contribuindo somente para reviver personalidades que já estão retiradas de vida política nacional.

Onde estão as notícias?

As greves e as lutas populares atingem hoje diversos setores da população. Duzentos e cinquenta mil metalúrgicos paralisaram as máquinas, em São Paulo; noventa mil professores permanecem de braços cruzados nas salas de aula, no Rio. Lixeiros, instrutores do SENAI, operários das indústrias urbanas, médicos e enfermeiros, rodoviários, a cada dia cresce o número de trabalhadores que se mobilizam em defesa dos seus interesses. Ao mesmo tempo, acumulam-se as denúncias contra as mais diferentes formas de opressão. Tudo isso contribui para a ampliação do público potencial de um semanário popular.

A questão vital, hoje em dia, é a cobertura das notícias criadas pelo

ascenso do movimento popular. O acompanhamento das diversas áreas de ação do movimento sindical e a reportagem sistemática sobre as lutas que, mal iniciadas, já tomam vulto, contra a alta do custo de vida, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelo fim do regime militar.

Noticiar tais fatos, dar a maior divulgação a estas lutas, denunciar os abusos e arbitrariedades do regime, estas são algumas das questões centrais de uma imprensa popular. Um jornal leve, com a mira voltada, permanentemente, para a denúncia das condições de sufoco das camadas mais pobres da população será, sem dúvida, um jornal popular. Com uma linha política definida, que identifique sempre a Ditadura Militar como um regime de opressão e exploração.

Que «socialismo» é esse?

Como fundamento mais geral de concepção jornalística a que nos opomos está uma visão de «socialismo» equivocada porque dilui, do ponto de vista das classes trabalhadoras, as questões fundamentais do poder.

Entendemos que o movimento popular hoje trava suas principais lutas por reivindicações de caráter econômico e pelas liberdades democráticas. A visão correta do Socialismo implica no reconhecimento de que as lutas populares apontam, atualmente, para a derrubada do regime militar e para uma solução que garanta o cumprimento das reivindicações e conquistas obtidas no processo sem prejuízo do avanço na direção dos objetivos históricos das classes trabalhadoras.

PS: O companheiro Marcelo Beraba e outros decidiram continuar fazendo parte da sucursal e trabalhando para EM TEMPO, até 29 de abril.



Almino Afonso atrai Arraes e Brizola para Corrente Popular

Ao Editor-chefe:

1 — Na condição de atual colaborador deste semanário, escrevi (ET n° 54, pag. 7) uma reportagem sobre os resultados da viagem de Almino Afonso ao exterior. Na matéria (texto e título), tive, não apenas a preocupação de apresentar fatos, pois interessava-me também dar o devido valor ao papel político do ex-Ministro do trabalho, tendo em vista a articulação de um partido de massas, popular e democrático, e — por isso mesmo — comprometido desde logo com a construção de uma sociedade socialista no Brasil. Portanto, preparei um artigo, não apenas respeitoso às iniciativas de Almino, mas também de apoio (ainda que não incondicional) a tais iniciativas.

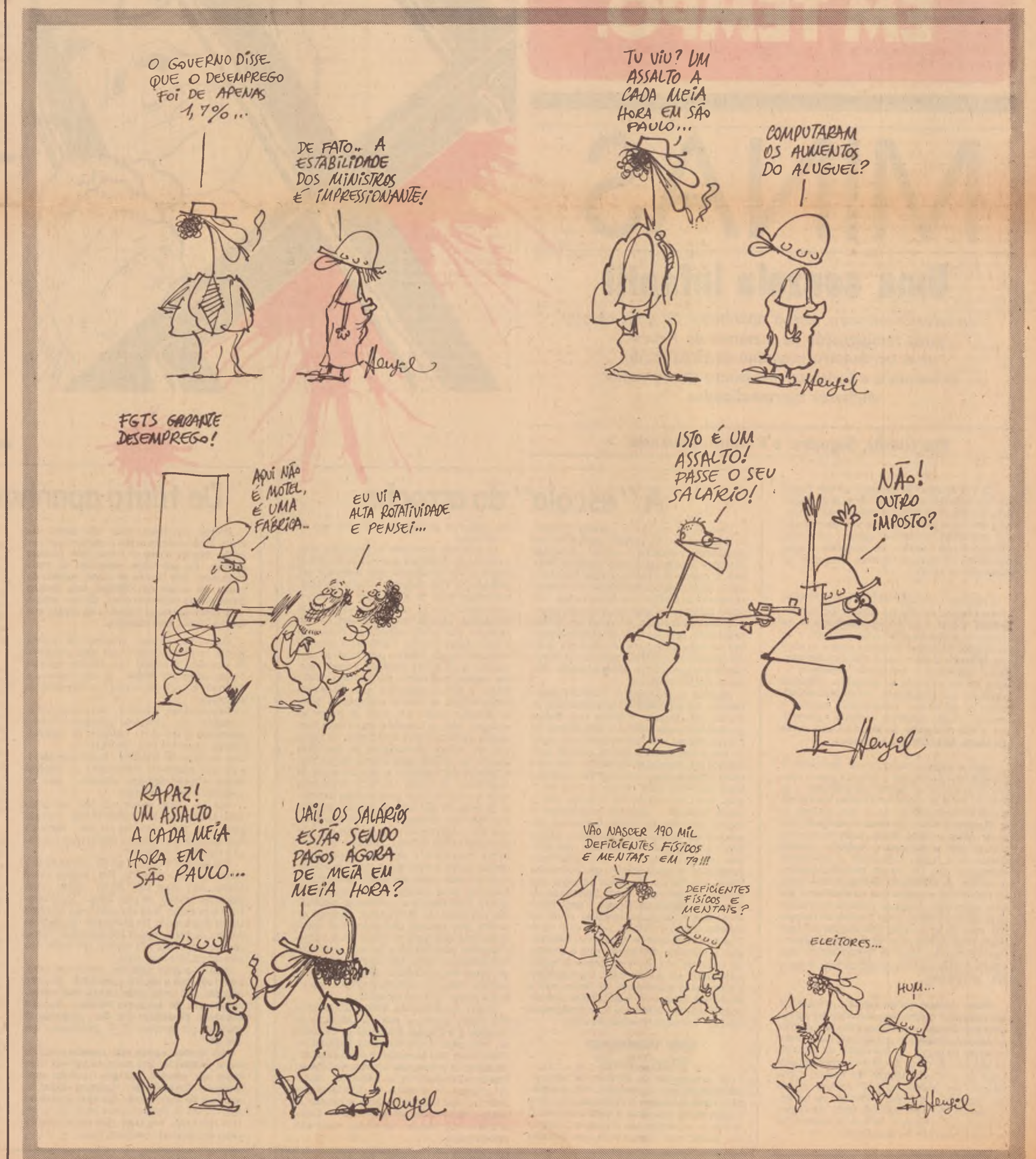
2 — Os problemas: substituíram-me o título da matéria «Almino Afonso atrai Arraes e Brizola para Corrente Popular» por «O pacificador das oposições» (!). Embaixo do título, enfiaram uma introdução (olho): «Depois de

vários dias de conchavos pacificadores com Brizola, Arraes e outros exilados, o ex-Ministro do Trabalho...» Enfim, os exertos dão uma prova exemplar de sectarismo político, além de significar uma brincadeira de mau-gosto, infeliz galhofa, ironia barata para assunto tão sério (criação de um partido popular, etc...)

3 — Isto posto, pensando no leitor, protesto contra a edição do referido artigo. Sem dúvida, o companheiro editor resolveu fazer passar suas opiniões (que não são as minhas) através do trabalho de minha autoria e publicado com minha assinatura. Isto é que é pegar carona no trabalho alheio; coisa comum na «grande imprensa», mas inadmissível para EM TEMPO.

Jorge Baptista

RESPOSTA DO EDITOR: Ora pois, pois, sr. Jorge... Qual é? Sectarismo e galhofa logo com o Almino? Realmente você não entendeu nada: somos um jornal bem humorado. E só!





Ano Internacional da Criança

SÃO PAULO

Entre o suicídio, o assassinato e a morte.

A perspectiva dramática dos menores da Febem paulista e os processos de tortura a que estão permanentemente submetidos.

Por Carlos Alberto Luppi

«Olá, tudo bem? Você já ouviu a fita, gostou? Estou com medo de não ter sorte, me escreva, tá? Olha estou numa difícil, me sinto só no meio

de tanta gente, não sei o que fazer, pensei em me desligar de tudo, viver jogado, ficar isolado, tudo isto porque me sinto frustrado. Minha mãe

EM TEMPO:

MINAS

Uma senzala infantil

No interior mineiro, sob a aparência de uma escola para recuperação de menores da Febem, uma verdadeira máquina de exploração econômica e torturas, massacra diariamente menores marginalizados.

Por Giselle Nogueira e Fátima Anastasia

«Eu vou escrever ao promotor de São Paulo, que deu aquelas declarações no «Jornal Nacional», para que ele venha visitar a nossa Escola. Aqui não temos nada a esconder». E para provar que não tinha mesmo, o diretor da Escola FEBEM «Lima Duarte», sr. Benjamin Fullin, que se diz ex-salessiano, começa a mostrar as instalações da escola.

A primeira vista tudo vai bem com a FEBEM «Lima Duarte», situada em Antônio Carlos, uma pequena cidade a 12 km de Barbacena, a se considerar a aparência do estabelecimento e as declarações do diretor. Enquanto mostra as oficinas, biblioteca e enfermaria a serem instaladas, Fullin fala sobre o tratamento dispensado a cerca de 400 crianças ali abrigadas: educação adequada, boa alimentação, cursos profissionalizantes e, de quebra, compreensão, respeito e amizade: «Nosso método de disciplina é preventivo, e não repressivo. Se baseia na livre opção dos alunos, na liberdade e no diálogo».

O que se poderia concluir é que, finalmente, a FEBEM teria encontrado o caminho para a solução do problema do menor marginalizado e já teria no bolso do colete as fórmulas para reintegrá-los na sociedade. A versão bem acabada do sr. Benjamin Fullin, no entanto, contradiz com as de vários de seus alunos. Entrevistados nas oficinas onde gratuitamente cumprem jornadas diárias de 8 horas, executando a experiência «inovadora» dos tais cursos profissionalizantes, ou melhor, de exploração da mão-de-obra infantil, eles deram o quadro real do cotidiano a que estão submetidos. Longe da presença intimidadora do diretor, e ainda assim receosos de represálias, mais de 20 menores denunciaram os maus tratos, espancamentos, as deficiências da alimentação e higiene, além de demonstrarem uma revolta contida contra a exploração em empresas particulares.

Menos indefeso que os meninos, treinados a não prestarem declarações diferentes das permitidas pela Escola, o pedagogo Francisco Antônio de Alencar, também se transformou numa pedra no sapato do diretor Ex-funcionário da FEBEM, foi afastado do cargo de técnico responsável pelo setor de profissionalização da Escola «Lima Duarte», por insistir em fazer cumprir as leis que regulam e protegem o trabalho do menor. Atualmente, ele vem insistindo junto aos órgãos responsáveis no sentido de que se apurem as arbitrariedades por ele denunciadas.

A "escola" do arrocho

Baseando-se em leis do Conselho Federal de Educação e na própria legislação que regulamenta o trabalho do menor, o pedagogo Francisco Antônio de Alencar comprou briga com a direção da Escola «Lima Duarte» e com a própria Subcoordenadoria dos Estabelecimentos da FEBEM em Minas Gerais. Em outras palavras, os protestos que culminaram com seu afastamento do cargo de técnico responsável pelo setor de profissionalização, iam de cheio sobre o que ele considera como um «simulacro de profissionalização do menor carente» implantado no estabelecimento pelo diretor Benjamin Fullin.

Segundo o pedagogo a FEBEM «Lima Duarte», sob o pretexto de profissionalizar os alunos, tem firmado convênio com firmas particulares submetendo-os a uma jornada de 8 horas diárias, sem remuneração, sem registro nas firmas e sem nenhuma garantia estabelecida pela legislação trabalhista: «isto sem existir absolutamente quaisquer das condições legais previstas para estágio a nível de 2º grau como articulação do trabalho com o estudo realizado - inclusive prejudicando o mesmo, uma vez que à noite os meninos não apresentam as mínimas condições físicas para o acompanhamento das aulas - São estágios sem programação e acompanhamento pedagógico; avaliação etc». O que ele ressalta ainda, em vários relatórios enviados aos órgãos competentes, como Secretaria do Trabalho e Juizado de Menores, é que o método da direção da escola baseia-se, enfim, no trabalho árduo de crianças, sejam do 1º ou do 2º grau, em oficinas de serralheria, lanternagem e mecânica de reparos, com o objetivo de explorar mão-de-obra gratuita, semi-qualificada: «O diretor induz capciosamente essas firmas particulares de Barbacena a receberem meninos em suas oficinas, acenando-lhes com vantagens que só a transgressão das Leis Trabalhistas podem oferecer».

Que vantagem Maria leva?

Os argumentos do ex-chefe do setor de profissionalização, no entanto, não sensibilizam o diretor Benjamin Fullin, que considera a experiência «inovadora e inédita em todo o Brasil», e se destina aos «menores inteligentes, porém mais comportados, que portanto

estou desanimado. O que fazer? O juiz pensa que me segurando aqui eu vou me regenerar. Ele se engana porque eu tenho uma revolta de infância e quanto mais eu fico nessa maldita cadeia, vou me revoltando ainda mais. Pensei em ser um cara legal, mas a própria sociedade não deixa. Desculpe-me, por favor. Estou dizendo isto porque eu preciso de você. Se você soubesse o que estou enfrentando, você concordaria comigo. Olha, eu não fugi da UE-21 naquele dia porque eu lhe conheci. Se eu não tivesse lhe conhecido talvez eu, nesta hora, estaria sendo metralhado por um policial. Das duas, uma. Por favor, me escreva. Estou aflito. Preciso de você. Do seu amigo».

Esta simples carta do menor A.M.T.S., que boa parte de sua vida tem passado em várias unidades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, pode perfeitamente demonstrar quais as reais perspectivas que se apresentam hoje para centenas e centenas de menores que passam pela assistência da entidade em São Paulo. Na carta podem, perfeitamente, ser observadas três conotações básicas: a solidão com perspectiva de

suicídio, ou então a fuga com a perspectiva de matar e, ainda, a fuga e o retorno à criminalidade com a perspectiva de ser metralhado e morrer. Em última análise, seis perspectivas, sombrias pra um garoto de 18 anos, igual a tantos outros submetidos aos métodos de tratamento da Febem, demonstram claramente a necessidade de uma mudança radical nos sistemas da Fundação, atualmente, uma entidade que está muito longe de ser o modelo que se pretende sempre que fosse.

Os milhares de menores carenciados e colocados na condição de infratores em São Paulo voltam-se, se armam, se reúnem em quadrilhas e experimentam um crescente processo de insatisfação porque além de desprezados, já passaram dentro das unidades oficiais encarregadas de recuperá-los pelos mais incriveis processos de violência e maus tratos.

Vamos relacionar alguns desses processos que vêm deixando marcas inapagáveis na grande maioria dos menores. 1) O pau de arara em que o menor é amarrado e espancado com as mãos presas, 2) ajoelhar em grãos de milho e ficar nesta posição durante um bom tempo, 3) agressões com rodos em chuveiros (deixa marcas, mas não faz barulho), 4) violências com cassetetes revestidos de borracha mas que em seu interior têm pedaços de madeira; 5) os castigos em cubículos individuais onde a ventilação é péssima; 6) os espetos feitos de varas finas que servem para espicaçar o menor em várias partes do corpo; 7) os choques em tratamentos de menores em certas unidades psiquiátricas conveniadas, 8) as drogas para acalmar os mais violentos e que paralisam as pernas evitando uma mobilização do menor, 9) os espancamentos conhecidos pela terminologia «ir à missa» onde os garotos apanham nus, 10) a tática de acordar o menor de madrugada levá-lo para uma sala isolada e aplicar-lhe surras de «aprendizado», 11) isolamento em «cafuasa», espécie de cadeia medievál e que em algumas unidades sempre existiram em locais subterrâneos, 12) a tática dos «telefones», que consiste em dar tapas com as duas mãos sobre os ouvidos do menor e que invariavelmente leva a problemas de surdez para o resto da vida, 13) a tática do afogamento parcial para intimidar, 14) a tática de deixar os garotos semi-nus e levá-los a sessões denominadas de psiquiátricas, 15) dar tapas na frente dos outros, principalmente diante de colegas e de funcionários risonhos, 16) chamar a atenção em voz alta e também na frente dos outros, 17) puxar os cabelos do menor que cometeu alguma infração, 18) os estupros com a aquiescência de funcionários e muitos deles cometidos por funcionários 19) o uso do chicote para agredir menores, 20) a tática de vendar os olhos e espancar.

Esses maus tratos existem e fazem parte de uma espécie de um «manual do terror» com o qual muitos menores são tratados por funcionários despreparados. Eles explicam perfeitamente cartas como a escrita pelo menor A.M.T.S. de 18 anos incompletos onde a perspectiva pessoal de cada um deles é a pior possível: o suicídio, a morte ou o assassinato. Motivo mais do que suficiente para que a Febem faça uma autocrítica e se reformule para que tais perspectivas se modifiquem para centenas de menores hoje submetidos aos seus cuidados.

UMA UTOPIA ÀS AVES



NÃO DEIXE DE LER!

C\$ 85,00

De tanto apanhar, ficou doido.

«Entre pra escola com dois meses de idade. Minha mãe, eu tenho o registro que ela existe, mas eu nunca vi irmão, avô, parente nenhum. Eu não tenho esperança de mais nada, não». Aos 18 anos de idade, pulando de escola em escola da FEBEM, este menino franzino e de expressão triste, diz que acha a vida «um trem muito corrido». Só pensar que estou só assim, sem ninguém...

Como ele, várias crianças da Escola «Lima Duarte» também dão esta impressão de abandono e solidão. Os cabelos cortados rentes, as roupas puidas, os olhos baixos, a ausência do jeito de criança na seriedade do semblante.

Depoimentos colhidos nos locais onde trabalham em Barbacena compõem o relato, resumindo o que é o cotidiano de qualquer criança amparada pela FEBEM. Ots. Os locais de trabalho, bem como descrições que pudessem identificar os menores foram proposadamente omitidos, para se evitar possíveis represálias.

«Lá nós somos assim um tipo de preso livre. Levantamos às 5 e meia. O café é só pão puro. Eles tem condições de dar manteiga mas não dão. As 7 horas a gente pega o serviço e trabalha o dia inteiro.

Pro almoço, a comida sai da escola às 10 e meia e já chega aqui fria. É a mesma o mês inteiro, não troca não. Arroz, feijão e um macarrão branco, só com água. Na quarta-feira tem carne, mas ela vem com um mau cheiro desagradado. Na fazendinha os meninos cuidam da horta, criam bói, carneiro, porco, de tudo. Mas eles não matam pra gente, só pros outros, pra fazer festa.

Aqui no serviço cada um recebe um tanto. De acordo com o que vai aprendendo eles vão pagando. Não temos salário fixo e nem carteira assinada. Eu agora, por exemplo, trabalho 9 horas e 40 minutos por dia, ganhando 30 cruzeiros por semana. É a gratificação que eles dão.

Nas oficinas a gente não aprende o serviço assim totalmente. Prá mim tá variado. Eles falam que estamos aqui pra aprender uma profissão. Mas aprender a carregar chapa? Só se o cara for burro é que não sabe. Quando eu sair vou ver se arrumo outra profissão, lá em Belo Horizonte. Vou fazer um curso de electricista, de mecânico, qualquer coisa...

No dormitório nem no banheiro não pode fazer bagunça. Fica um guarda vigiando. O menino que falar um A apanha, ou então eles anotam o nome pra ficar no «paredão» até as 3 horas da manhã. É perigoso se a gente falar alguma coisa levar um tapa no ouvido. Não pode reclamar de nada. A água é fria e eles não dão nem toalhas nem sabonete. No almoxarifado é cheio de roupa e toalha, mas não dão nada pra gente.

Lá tem muita encheção de saco. A gente vai conversar com eles e eles vem com brutalidade. Eu, por exemplo, fui pego na rua, fugido. Mas se fuge, quando chega em Belo Horizonte a polícia pega e manda de volta. Eu fugi por que era muito perseguido. Não podia fazer nada que eles me batiam de vara. Era porque eu não sabia trabalhar depressa, que eu só sei mesmo é trabalhar devagar. Os guardas mais covardes que tem lá é o Alberto e um tal de Manoel Preto. Se for menino pequeno então eles aproveitam mais. Teve dia que eles até quebraram o braço de um com o cabo da vassoura.

Eles põem a gente num quartinho. É uma tal de Inspetoria. Ai fica um tanto de guarda pra bater. O menino fica de costa, escurado na parede e eles metem a mangueira. A gente fica só de calção e eles metem a mangueira. As coxas ficam até roxas. Nem dá pra sentar depois. Isso é quase todo o dia.

A mangueira é o negócio que eles batem. Uma tal de «Maria Claudina», «Claudinha», que é como nós chamamos ela. É uma mangueira preta, grossa, cheia de arca. Teve um que eles bateram tanto que ele ficou meio coisa da cabeça. Ficava só rindo. Mas eles metem a mangueira dá paulada na cabeça, que é por isso que a gente fica doido.

Outro castigo que tem é o paredão. O aluno tem de ficar de pé, sem dormir, muitas horas, de calção, descalço no azelejo frio, de frente de uma parede de pedra, lá no dormitório. Além disso, de vez em quando eles dão tapa, murro na cara e umas varadas.

Caboclo que acha ruim essa vida, de certo é gente que não está acostumado. Eu estou com 18 anos, e 18 anos de escola. Estou mais acostumado do que nunca.